

HANS-WERNER HUNEKE  
BERND SPEIDEL

Colaboração de Maria João Antunes

COMO LER  
TEXTOS JURÍDICOS  
EM ALEMÃO

AEQUITAS  
EDITORIAL NOTÍCIAS  
1992

## ÍNDICE

Prefácio .....	5
Introdução .....	9
Símbolos .....	11
Meios auxiliares aconselhados .....	12
Lições I — IX .....	13
Teste final .....	114
Soluções .....	117
Glossário por lições .....	126
Vocabulário .....	136
Abreviaturas .....	147
Lista de consulta de infinitivos .....	149
Sumário .....	153

## PREFÁCIO

É com o maior gosto que acedo ao convite que me foi dirigido pelos autores da obra *Como Ler Textos Jurídicos em Alemão* — os Drs. Hans-Werner Huneke e Bernd Speidel, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — para a fazer anteceder de duas palavras minhas, à guisa de prefácio. Assim me sinto arvorado em representante de muitos e muitos juristas que, uma vez lida e reflectida esta obra, e à medida que ela lhes irá revelando os seus frutos, quereriam decerto, tanto como eu neste momento, dirigir-lhes uma palavra de reconhecimento e outra de felicitações.

Por razões que não poderiam aqui ser dilucidadas, mas que todo o jurista de língua portuguesa liberto de preconceitos — quantas vezes derivados, precisamente, da sua incapacidade para ler textos jurídicos em alemão! — conhece, a literatura jurídica alemã tornou-se em *ancilla* verdadeiramente indispensável para o seu labor diuturno. E as condições de evolução do (cada vez mais pequeno) mundo em que vivemos conduzirão decerto, no próximo futuro, a que aquela indispensabilidade se torne, em cada dia, mais extensa e imperiosa. Se assim for, a capacidade de compreensão de textos jurídicos alemães, que até há pouco se representava como necessária quase só ao jurista empenhado numa carreira científica e, em particular, universitária, tornar-se-á cada vez mais uma exigência dirigida a todo o jurista de língua portuguesa, mesmo àquele exclusivamente dedicado às tarefas da *praxis*.

Posso dar testemunho pessoal do estado de confusão e quase terror em que, por regra, esta necessidade lança o jovem jurista de língua portuguesa. E compreendo-o, por isso, perfeitamente. Lembro-me, como se hoje fosse, do dia já longínquo de Novembro de 1959 em que, pela mão do meu Mestre Eduardo Correia, entrei como docente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. E em que, depois de me ter aconselhado a preparação

de uma dissertação (para o então 6.º ano de Direito) sobre o tema dos “crimes preterintencionais”, ele me meteu na mão um artigo de Gustav Radbruch intitulado *Erfolgshaftung*, que, com maliciosa candura, me disse constituir excelente texto para início da investigação! Olhei para o título do artigo, desfolhei as suas páginas, li duas ou três frases fazendo apelo desesperado aos conhecimentos de alemão que me haviam sido transmitidos nos anos de liceu... e a confusão e o terror instalaram-se de tal modo que logo ali fiz jura de mudar de ocupação. Vivia então em Coimbra um químico-farmacêutico alemão, o Dr. Gastão Larisch, personalidade fascinante à qual se atribuía como *hobby* (quase ao nível do cultivo amoroso dos seus canteiros de *finés herbes*) a exercitação do poder miraculoso de, em tempo breve, dar aos juristas que a ele recorriam em situação como a minha — ou mesmo em situação pior, por não terem tido quaisquer estudos de alemão — a capacidade de poderem servir-se da riquíssima literatura jurídica germânica para as suas investigações. A ele me acolhi. Com ele li Gustav Radbruch e, após este, alguns outros. Com ele ganhei asas suficientemente robustas para poder encetar uma carreira universitária e uma actividade de investigação em que a ciência jurídica alemã constitui o sextante a todo o momento indispensável.

Recordo ainda as discussões incendiadas — muitas delas em ocasiões públicas sobretudo na “Casa Alemã” de Coimbra — que se travavam entre Gastão Larisch e Paulo Quintela, o primeiro procurando justificar a validade do seu “método” face aos objectivos propostos, o segundo contestando a possibilidade (e a legitimidade) de se oferecer formação de qualquer espécie numa língua estrangeira se não fosse posto à frente o estudo das estruturas gramaticais respectivas. Não me pertence decidir de que lado estava a razão — se é que, como raramente sucede, ela estava de um só lado. Mas não posso omitir, expectador atento que eu era da controvérsia, que a minha “razão prática” estava toda com Larisch; e que eu próprio e tantos dos meus professores e colegas nos tínhamos por testemunhos vivos do êxito de um “método” que nos havia permitido fazer a nossa vida científica e universitária.

Se refiro esta pequena história é porque a leitura da presente obra de Hunecke e Speidel me fez recordar irresistivelmente a actividade de Gastão Larisch — daquele homem com quem, a justo título, se pode dizer que a Faculdade de Direito de Coimbra do meu tempo (e de algum tempo antes, e de algum tempo depois) aprendeu, com êxito, a ler textos jurídicos em alemão. E sirvo-me da oportunidade para lhe prestar a minha homenagem, à qual, estou certo, tantos dos meus colegas de hoje gostariam de se associar. Também a obra presente toma como ponto de partida o axioma (dado como conselho pelos Autores, logo nas primeiras páginas) segundo o qual “não vale a pena aprender

a mecânica de ur  
que o objectivo p  
dade dos juristas  
de textos jurídic  
aplicação daquel  
muito menos o  
todavia, do recor  
ser alheio o don  
por isso mesmo  
minha fundada co  
dada a público co  
vel a todo o jur  
ou tendo dela a  
capacidade de ut  
insubstituível da

E, se é verda  
autores ao terem  
referir-me à exte  
esteja certo de q  
circunstância de  
como Assistente  
exemplar do êxit  
dos meus colegas  
conhecimentos es  
autores da obra a  
se propõe, a Dra  
servir da literat  
investiga e ensin  
com todos quant  
quais nenhum m  
qualquer método  
presente.

Eis, em síntes  
também no de toc  
uma palavra viva  
forma também nu  
ma simples mas b  
empresa particula  
corresponda ao se  
dar a perceber a r

a mecânica de um automóvel quando se quer apenas conduzir”. O que significa que o objectivo preciso da formação aqui oferecida, e pretendida pela generalidade dos juristas de língua portuguesa, são as técnicas que permitam a leitura de textos jurídicos em alemão e a apreensão dos seus conteúdos através da aplicação daquelas técnicas, não exactamente a tradução em si mesma, nem muito menos o domínio, falado e escrito, da língua alemã. Sem prejuízo, todavia, do reconhecimento de que à consecução de um tal objectivo não pode ser alheio o domínio das estruturas gramaticais fundamentais daquela língua, por isso mesmo presentes ao longo das lições que constituem o livro. Daqui a minha fundada convicção, verdadeiramente a minha certeza, de que a obra agora dada a público constitui um instrumento não apenas excelente, mas indispensável a todo o jurista de língua portuguesa que, desconhecedor da língua alemã ou tendo dela apenas conhecimentos escassos, deseje adquirir rapidamente a capacidade de utilizar, com proveito e segurança, o manancial inesgotável e insubstituível da literatura jurídica de língua germânica.

E, se é verdade que “pelos frutos se conhece a árvore”, bem andaram os autores ao terem obtido a colaboração da Dra. Maria João Antunes. Não quero referir-me à extensão e valor de uma tal colaboração, que desconheço, embora esteja certo de que ela terá sido ampla e profícua. Quero referir-me, sim, à circunstância de a Dra. Maria João Antunes (que comigo vem trabalhando como Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra) ser testemunho exemplar do êxito do método de Huneke e Speidel — tal como eu e tantos dos meus colegas o seremos dos esforços de Larisch. Tendo-se licenciado com conhecimentos escassos da língua alemã, e tendo após isso trabalhado com os autores da obra agora publicada na prossecução do preciso objectivo que ela se propõe, a Dra. Maria João Antunes possui hoje plena capacidade para se servir da literatura jurídica germânica dentro da especialidade em que investiga e ensina. Estou absolutamente seguro de que o mesmo acontecerá com todos quantos — não regateando o esforço e o interesse próprios, aos quais nenhum método poderá milagreiramente substituir-se e sem os quais qualquer método estará votado ao insucesso — venham a servir-se da obra presente.

Eis, em síntese, as razões por que, em meu nome pessoal e, estou certo, também no de todos os futuros utilizadores deste livro, dirijo aos seus autores uma palavra viva e sentida de reconhecimento. E que, desta forma, se transforma também numa palavra de muito apreço e de sinceras felicitações pela forma simples mas brilhante, leve e atraente mas exacta, como levaram a cabo uma empresa particularmente difícil. Que o interesse que a obra venha a suscitar corresponda ao seu valor, eis o voto profundo que aqui exprimo. E que ela possa dar a perceber a muitos outros — que sabem ser o acesso à literatura jurídica

alemã imprescindível, mas pensam que ele lhes está praticamente vedado — que a realização do seu anseio se torna possível. O que sem dúvida permitirá aos autores aperfeiçoar ainda mais, em edições sucessivas, o livro, já profundamente pensado e elaborado, que agora tornam público.

Coimbra, Setembro de 1992

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS

No ano  
Coimbra, mi  
jurídicos em  
apresentado  
por razões p  
Alemão. Des  
alemã, permi  
sejam minist

No sentid  
de um texto  
livro tem en  
portuguesa e  
de bibliograf  
com um ma  
primeiro do

Elegemos  
Alemão — r  
estratégias, q

— a leit  
texto, à qual  
contém infor  
intensiva;

— o ap  
informações  
texto, pelos e  
verificação/re

alemã imprescindível, mas pensam que ele lhes está praticamente vedado — que a realização do seu anseio se torna possível. O que sem dúvida permitirá aos autores aperfeiçoar ainda mais, em edições sucessivas, o livro, já profundamente pensado e elaborado, que agora tornam público.

Coimbra, Setembro de 1992

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS

No ano  
Coimbra, mi  
jurídicos em  
apresentado  
por razões p  
Alemão. Des  
alemã, permi  
sejam minist

No sentid  
de um texto  
livro tem en  
portuguesa e  
de bibliograf  
com um ma  
primeiro do

Elegemos  
Alemão — r  
estratégias, q

— a leit  
texto, à qual  
contém infor  
intensiva;

— o apr  
informações  
texto, pelos e  
verificação/re



**11 O uso do hífen nas palavras compostas:**

Personal- und Vorlesungsverzeichnis = Personalverzeichnis und  
Vorlesungsverzeichnis

Verfassungstheorie und -wirklichkeit = Verfassungstheorie und  
Verfassungswirklichkeit

Völker- und Europarecht = \_\_\_\_\_



**12 Traduza alguns nomes das disciplinas do TEXTO I.**



**13 P.f. anote as palavras que são mais importantes para si e que pretende aprender. Ordene as palavras por grupos temáticos.**

— que  
irá aos  
amente

DIAS

## INTRODUÇÃO

No ano lectivo de 1990/91, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ministrámos um curso livre a juristas interessados na leitura de textos jurídicos em Alemão. O material que serviu de base a esse curso é agora apresentado ao público, fundamentalmente a juristas de língua portuguesa que, por razões profissionais, necessitam de consultar bibliografia jurídica em Alemão. Destina-se mesmo àqueles que não têm qualquer domínio da língua alemã, permitindo que o jurista seja autodidacta ou que os conhecimentos lhe sejam ministrados num curso específico.

No sentido de encurtar o caminho a percorrer entre a primeira abordagem de um texto jurídico em Alemão e o entendimento satisfatório do mesmo, este livro tem em consideração os conhecimentos prévios do aluno — a língua portuguesa e o Direito — e as necessidades específicas do jurista — a leitura de bibliografia jurídica em Alemão. Deste modo e ao contrário do que sucede com um manual geral, o jurista é desde logo encaminhado para o objectivo primeiro do seu estudo da língua alemã.

Elegemos como fim principal desta obra a leitura de textos jurídicos em Alemão — não a tradução dos mesmos —, adoptando para o efeito certas estratégias, que muitas vezes utilizamos também na língua materna:

— a leitura global, que nos permite intuir o conteúdo e a finalidade do texto, à qual se segue a leitura selectiva apenas se concluirmos que o texto contém informações que nos interessam e que venham a justificar uma leitura intensiva;

— o aproveitamento de conhecimentos prévios sobre o tema e das informações fornecidas pelo título, pelo tipo de publicação, pela estrutura do texto, pelos elementos gráficos, etc, de forma a fazer da leitura um processo de verificação/refutação de hipóteses.

O livro é composto por nove lições, servindo a última para rever os conteúdos das lições anteriores através de um teste final que permite uma auto-avaliação e por um anexo que contém as soluções dos exercícios, um glossário bilingue, uma lista de infinitivos e uma lista de abreviaturas.

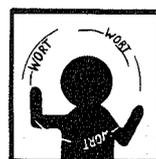
Agradecemos aos participantes no "Curso livre de Alemão jurídico" (FLUC 1990/91) pelo interesse e pela paciência que mostraram, e pelas multiplas sugestões construtivas sem as quais este manual não se teria tornado realidade. A Kathrin e Thomas Freundner (Hamburgo) agradecemos a elaboração das gráficas. Ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias ficamos a dever o encorajamento e o apoio à publicação deste livro.

#### CONSELHO AO JURISTA UTILIZADOR:

Não vale a pena aprender a mecânica de um automóvel quando se quer apenas conduzir!

HANS-WERNER HUNEKE  
BERND SPEIDEL

#### SÍMBOLOS



=>

\*

## SÍMBOLOS



Trabalho prévio à leitura do texto



Trabalho sobre o texto



Gramática



Formação de palavras e vocabulário



Exercícios

=> Equivalente em Português

\* Nota

## MEIOS AUXILIARES ACONSELHADOS

### Dicionários bilingues

Dicionário de Alemão-Português. Dicionários Editora. Porto, Porto Editora.

Langenscheidts Taschenwörterbuch Deutsch-Portugiesisch. Berlin, München, Langenscheidt.

Erik *Jayme* e Jobst Joachim *Hansen*: Dicionário jurídico e económico. Parte II Alemão-Português. München, Beck 1990.

### Dicionário jurídico unilingue

Rechtswörterbuch. Begründet von Carl *Creifelds*. Hg. v. Lutz Meyer-Gossner. München, Beck 1990.

### Gramática

Gerhard *Fuhr*: Gramática do Alemão científico. Heidelberg, Julius Groos Verlag / São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1989. (= Bausteine Fachdeutsch für Wissenschaftler).

Hans-Jürgen *Heringer*: Lesen, lehren, lernen. Eine rezeptive Grammatik des Deutschen. Tübingen, Niemeyer 1988.

Hanna *Rogalla* e Willy *Rogalla*: Grammar Handbook for Reading German Texts. München, Langenscheidt 1985.

### Abreviaturas jurídicas

Hildegard *Kirchner* e Fritz *Kastner*: Abkürzungen für Juristen. Alphabetisches Verzeichnis der Abkürzungen sowie Zitiervorschläge für Kommentare. Berlin, New York, 1983.

# LIÇÃO I

## TEXTO I

### Westfälische Wilhelms-Universität Münster

### Personal- und Vorlesungsverzeichnis



#### FACHBEREICH 3 RECHTSWISSENSCHAFTLICHE FAKULTÄT

##### A. VORLESUNGEN

030012	Einführung in das juristische Studium Mo, 9. 10. 1989, 11 - 13 Di, 10. 10. 1989, 11 - 13	<i>Großfeld, B.</i>
030046	Römische Rechtsgeschichte Mo 8.30 - 10	<i>Kupisch, N.</i>
030050	Grundzüge der Rechtsphilosophie Do 18 - 20, Fr 10 - 11	<i>Petev, V.</i>
030194	Juristische Methodenlehre Di 16 - 18	<i>Schmidt, J.</i>
030137	Zivilprozeßrecht I Di 11 - 13, Mi 11 - 13	<i>Lukes, R.</i>
030141	Insolvenzrecht Do 8 - 10	<i>Merle, W.</i>
030175	Internationales Privatrecht Mi 16 - 18	<i>Schmidt, J.</i>

- |            |   |                                      |
|------------|---|--------------------------------------|
| 030180     | Internationales Wirtschaftsrecht<br>(WFG 3 u. 6)<br>Mo 16 - 19  | <i>Sandrock, O.</i>                  |
| 030213     | Grundlagen des Strafrechts<br>(m. Rechtsfolgen der Tat)<br>Fr 10 - 12   | <i>Vormbau, Th.</i>                  |
| 030228     | Strafrecht, Allgemeiner Teil<br>- Lehre von der Straftat -<br>(m. Arbeitsgemeinschaften)<br>Mi 11 - 13, Fr 8 - 10   | <i>Marxen, K.</i>                    |
| 030247     | Grundzüge des Strafprozeßrechts<br>Mo 14 - 16, Do 10 - 11   | <i>Schumann, H.</i>                  |
| 031076     | Strafrecht und Kriminalpolitik in der<br>Volksrepublik Polen und in der Bundesrepublik<br>Deutschland<br>Di 16 - 18 | <i>Marek, A.</i>                     |
| (052081)   | Rechtsmedizin I für Juristen<br>Di 14 - 16, Juridicum   | <i>Brinkmann, B.<br/>Gerlach, D.</i> |
| (052043) * | Teilnahme an gerichtlichen Leichenöffnungen<br>- nach Vereinbarung -  | <i>Brinkmann, B.<br/>Gerlach, D.</i> |

#### ARBEITSGEMEINSCHAFTEN / PROPÄDEUTIKA

- |        |   |                     |
|--------|---|---------------------|
| 030400 | Arbeitsgemeinschaften zur Vorlesung<br>Strafrecht, Allgemeiner Teil               | <i>Marxen, K.</i>   |
| 030448 | Ethische und rechtswissenschaftliche Probleme<br>der Gentechnologie<br>Di 14 - 16 | <i>Pohlmann, R.</i> |

#### ÜBUNGEN

- |        |   |                   |
|--------|---|-------------------|
| 030486 | Übungen im Bürgerlichen Recht für Anfänger<br>(m. Leistungskontrolle)<br>Mi 16 - 18 | <i>Dörner, H.</i> |
|--------|---|-------------------|

#### REPETITORIEN UND KLAUSURENKURSE

- |        |   |                            |
|--------|---|----------------------------|
| 030620 | Klausurenkurs im Öffentlichen Recht<br>Do 14 - 18, Di 18 - 21 | <i>Stober, R.<br/>u.a.</i> |
|--------|---|----------------------------|

#### SEMINARE UND KOLLOQUIEN

- |        |   |                      |
|--------|---|----------------------|
| 030759 | Englische Rechtsterminologie<br>Mi 14 - 16                      | <i>Eremia, M.</i>    |
| 030945 | Doktorandenseminar<br>Mi 18 - 20                                | <i>Krawietz, W.</i>  |
| 030950 | Seminar für Geographen:<br>Völker- u. Europarecht<br>Do 18 - 20 | <i>Bleckmann, A.</i> |



**1 Sublinhe, no TEXTO I, as palavras e as partes das palavras que é capaz de entender.**



**2 Identifique as disciplinas pertencentes às seguintes áreas:**

- a) Introdução ao Direito           => \_\_\_\_\_
- b) História do Direito           => \_\_\_\_\_
- c) Direito Penal                   => \_\_\_\_\_
- d) Metodologia do Direito       => \_\_\_\_\_
- e) Filosofia do Direito           => \_\_\_\_\_
- f) Direito Civil                   => \_\_\_\_\_
- g) Direito Público               => \_\_\_\_\_
- h) Direito Económico           => \_\_\_\_\_
- i) Direito Processual Penal      => \_\_\_\_\_
- j) Direito Processual Civil      => \_\_\_\_\_



**3 Os dias da semana**

<i>dia</i>	<i>abreviatura</i>	<i>Português</i>
Montag	_____	_____
Dienstag	_____	_____
Mittwoch	_____	_____
Donnerstag	_____	_____
Freitag	_____	_____
Samstag	_____	_____
Sonntag	_____	_____

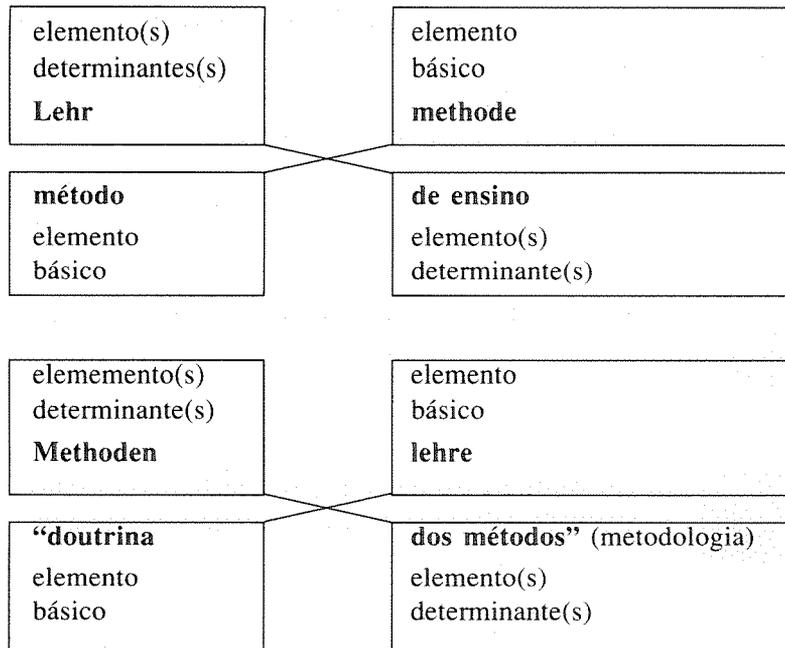
**4 Palavras «internacionais»**

As palavras de origem latina ou grega são facilmente entendidas.

**Traduza as seguintes palavras:**

Nation, national, Rhetorik, rational, Nationalismus, positiv, Positivismus, Revision, aktuell, präzisieren, latent, Systematik, Konkurrenz, Konkurrent, Ökonomie, ökonomisch, Illegalität, legal, legalisieren, Argument, argumentieren, argumentativ, Argumentation, Methode, Kriminologe, römisch





8 Quais são os elementos determinantes, qual o básico?

Bundesausbildungsförderungsgesetz \_\_\_\_\_

9 Sublinhe no TEXTO I todas as palavras compostas, diferenciando os elementos constituintes.

Ex.: Recht/s/philosophie

10 Forme palavras compostas:

	ZIVIL		
STRAF		ORDNUNG	PHILOSOPHIE
	RECHT(S)-		PROZESS
GESETZ			VERFASSUNG(S)-

## LIÇÃO II

### TEXTO II A

- 1 W. Flume: Die juristische Person. Berlin, New York 1983.
- 2 Hans Albrecht Hesse: Das Recht der Bundesrepublik Deutschland. Orientierung, Grundlagen, Funktion. Heidelberg 1984.
- 3 Christian Starck: Der Gesetzesbegriff des Grundgesetzes. Baden-Baden 1970.
- 4 Ulrich Meyer-Cording: Die Rechtsnormen. Tübingen 1971.
- 5 Uwe Wesel: Juristische Weltkunde. Eine Einführung in das Recht. Frankfurt 1984.
- 6 Radbruch, Gustav: Einführung in die Rechtswissenschaft. Hg. v. Konrad Zweigert. Stuttgart<sup>13</sup> 1980.
- 7 Helmut Coing: Epochen der Rechtsgeschichte in Deutschland. München 1987.
- 8 Dieter Fuchs und Ewald Schellenberger: Recht. Ein Arbeitsbuch für die Kollegstufe / Grundkurs. München, Paderborn 1987.
- 9 Festschrift für Kurt Rebmann zum 65. Geburtstag. Hg. v. Hans Eyrich u.a., München 1989.
- 10 R. Wassermann: Kommentar zur Strafprozeßordnung. Bd. 1: §§ 1-93 StPO. Darmstadt 1988. (= Reihe Alternativkommentare).
- 11 Verfassungen der deutschen Bundesländer mit Gesetzen über die Landesverfassungsgerichte, Grundgesetz und Gesetz über das Bundesverfassungsgericht. München 3. Aufl. 1988.
- 12 Schönfelder: Deutsche Gesetze. Sammlung des Zivil-, Straf- und Verfahrensrechts. München: Beck.
- 13 Kritische Justiz
- 14 Neue Juristische Wochenschrift



1 Leia a bibliografia (TEXTO II A). Escreva as palavras que já entende.



2 Quais as obras que lhe interessam?  
Quais os temas que conhece bem?  
Sobre quais gostaria de ter mais informação?



3 O que significam as abreviaturas?

<i>abreviatura</i>	<i>Alemão</i>	<i>Português</i>
a) Hg. v. ou Hrsg. v.	_____	=> _____
b) u.a.	_____	=> _____
c) Bd.	_____	=> _____
d) 41981	_____	=> _____
e) 3. Aufl. 1988	_____	=> _____



4 Em Alemão há três gêneros: masculino (m); neutro (n); feminino (f).

Nos substantivos compostos, o elemento básico é que determina o artigo.

#### O artigo definido

singular			plural
m	n	f	m = n = f
der Gesetzesbegriff	das Recht	die Person	die Rechtsnormen

#### O artigo indefinido

singular			plural
m	n	f	m = n = f
ein Jurist	ein Arbeitsbuch	eine Person	Ø Epochen

## 5 Declinação do artigo definido e indefinido

	singular			plural
	m	n	f	m = n = f
nominativo	der ein	das ein	die eine	die Ø
acusativo	den einen	das ein	die eine	die Ø
dativo	dem einem	dem einem	der einer	den Ø
genitivo	des eines	des eines	der einer	der Ø

## 6 Terminações típicas caso / género

	singular			plural
	m	n	f	m = n = f
nominativo	r	s	e	e
acusativo	n	s	e	e
dativo	m	m	r	n (n)
genitivo	s (s)	s (s)	r	r

\* As terminações entre parênteses juntam-se ao substantivo.



## 7 Traduza os substantivos com atributo no genitivo:

*Alemão*

*Português*

a) Das Recht *der Bundesrepublik Deutschland*

O direito *da República Federal da Alemanha*

b) Epochen der Rechtsgeschichte => \_\_\_\_\_

c) Die Verfassungen der Bundesländer => \_\_\_\_\_

d) Sammlung des Zivil-, Straf- und Verfahrensrechts => \_\_\_\_\_



### 8 Atributos

substantivo núcleo <i>Verfassungen</i>	+	atributo: genitivo <i>der deutschen Bundesländer</i>
substantivo núcleo <i>Kommentar</i>	+	atributo preposicional <i>zur Strafprozeßordnung</i>

Marque e distinga os atributos no genitivo e os atributos preposicionais no TEXTO II A.



### 9 Forme atributos no genitivo:

Ex: der Artikel, das Grundgesetz = der Artikel des Grundgesetzes

- a) die Länder, die Bundesrepublik Deutschland = \_\_\_\_\_
- b) das Recht, die Vereinigten Staaten = \_\_\_\_\_
- c) die Entscheidung, das Gericht = \_\_\_\_\_



### 10 Procure as seguintes palavras no dicionário. Observe as formas que encontra:

Kataloge, Bibliographien, Rechtsanwälte, Schöffen, Gläubiger, Vertragsabschlüsse, Entscheidungen, Irrtümer, Grundsätze

**Singular + e / en / er / s / " / - = Plural**

### 11 Posição do adjectivo atributivo

Traduza p.f.:

Português:

- a) die juristische Person => \_\_\_\_\_
- b) die deutschen Bundesländer => \_\_\_\_\_
- c) deutsche Gesetze => \_\_\_\_\_

- d) die moderne deutsche  
Rechtswissenschaft => \_\_\_\_\_
- e) Neue Juristische  
Wochenschrift => \_\_\_\_\_

### O adjectivo atributivo precede o substantivo

## 12 Declinação do adjectivo atributivo

O adjectivo atributivo é sempre declinado.

A terminação é:

- a) -e ou -en = quando o artigo ou equivalente levar as terminações referidas na tabela no n.º 6 desta lição

*ou*

- b) as terminações da tabela no n.º 6 desta lição.

## TEXTO II B

### Aus winem Verlagskatalog

JURA

#### Inhaltsverzeichnis

1. **Allgemeines**
  - 1.1 Allgemeine Ausbildungsliteratur
  - 1.2 Lexika, Nachschlagewerke
  - 1.3 Gesetzessammlungen
  - 1.4 Zeitschriften
  - 1.5 Einführung in die Rechtswissenschaft
2. **Rechtsgeschichte/Römisches Recht**
  - 2.1 Rechtsgeschichte
  - 2.2 Römisches Recht
3. **Rechtsphilosophie, Rechtstheorie und Rechtssoziologie**
4. **Bürgerliches Recht**
  - 4.1 Gesamtdarstellungen
  - 4.2 BGB Allgemeiner Teil
  - 4.3 BGB Schuldrecht
  - 4.4 BGB Sachenrecht
  - 4.5 BGB Familienrecht
  - 4.6 BGB Erbrecht
5. **Ausländisches und Internationales Privatrecht**
  - 5.1 Völkerrecht, Recht des Auslandes
  - 5.2 Europarecht
  - 5.3 Internationales Privatrecht

- 6. Handels- und Wirtschaftsrecht**
  - 6.1 Handelsrecht
  - 6.2 Gesellschaftsrecht
  - 6.3 Wertpapierrecht
  - 6.4 Bank- und Börsenrecht
  - 6.5 Wirtschaftsrecht
  - 6.6 Wirtschaftsverwaltungs- und Verfassungsrecht
  - 6.7 Privatversicherungsrecht
  - 6.8 Wettbewerbsrecht, Patentrecht, Gewerblicher Rechtsschutz
  - 6.9 Urheber- und Verlagsrecht
- 7. Zivilprozessrecht und Gerichtsverfassungsrecht**
  - 7.1 Zivilprozessrecht und GVG
  - 7.2 Zwangsvollstreckungs- und Konkursrecht
  - 7.3 Freiwillige Gerichtsbarkeit
- 8. Arbeits- und Sozialrecht**
  - 8.1 Arbeitsrecht
  - 8.2 Sozialrecht
- 9. Strafrecht und Strafverfahrensrecht, Kriminologie**
  - 9.1 Strafrecht
  - 9.2 Strafverfahrensrecht
  - 9.3 Kriminologie und Strafvollzug
- 10. Öffentliches Recht, Gesamtdarstellungen**
- 11. Staats- und Verfassungsrecht**
- 12. Verwaltungsrecht**
  - 12.1 Allgemeines Verwaltungsrecht, Verwaltungsgerichtsbarkeit
  - 12.2 Besonderes Verwaltungsrecht
    - 12.2.1 Gesamtdarstellungen
    - 12.2.2 Beamtenrecht
    - 12.2.3 Polizei- und Ordnungsrecht
    - 12.2.4 Baurecht, Boden- und Wasserrecht
    - 12.2.5 Verkehrsrecht
    - 12.2.6 Kommunalrecht, Haushaltsrecht
    - 12.2.7 Schulrecht, Hochschulrecht, Kirchenrecht
    - 12.2.8 Wehrrecht
    - 12.2.9 Gewerbeamt
- 13. Buchführung und Bilanz**
- 14. Steuerrecht**
  - 14.1 Allgemeines, Textsammlungen, Gesamtdarstellungen
  - 14.2 Abgabenordnung, Finanzgerichtsordnung, Steuerstrafrecht
  - 14.3 Einkommensteuer
  - 14.4 Gewerbesteuer
  - 14.5 Körperschaftsteuer
  - 14.6 Lohnsteuer
  - 14.7 Umsatzsteuer (Mehrwertsteuer)
  - 14.8 Vermögensteuer und Bewertung
  - 14.9 Sonstige Steuern
- 15. Examensliteratur**
  - 15.1 Gesamtdarstellungen
  - 15.2 Wahlfachgruppen
  - 15.3 Vorbereitung auf das Referendarexamen
  - 15.4 Vorbereitung auf das Assessorexamen
- 16. Verfasser- und Herausgeberverzeichnis**



13 Sublinhe no **TEXTO II B** as palavras e expressões que já entende.

Quais são as áreas em que se trabalha na sua Faculdade / no seu lugar de trabalho?



14 A que áreas jurídicas (**TEXTO II A**) pertencem os títulos da bibliografia (**TEXTO II A**)? Utilize o dicionário, p.f..



15 Quais as palavras desta lição que são novas e importantes para si? Quais as palavras que quer aprender?

## LIÇÃO III



1 No Direito Penal, em que medida é que o erro pode diminuir a culpabilidade?

O que se entende por “aberratio ictus”?

2 Leia a referência bibliográfica e o título do TEXTO III.

De que espécie de texto julga tratar-se?

Qual lhe parece ser o conteúdo de cada parágrafo?

Anote as suas hipóteses:

Parágrafo 1.1-6: \_\_\_\_\_

Parágr. A: \_\_\_\_\_

Parágr. B: \_\_\_\_\_

Parágr. C: \_\_\_\_\_

Parágr. D: \_\_\_\_\_

### TEXTO III

De: Erich *Samson*: Strafrecht, Frankfurt/M. 1985, pp. 96-98.

Kapitel 5:

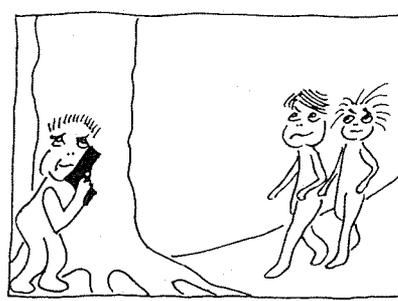
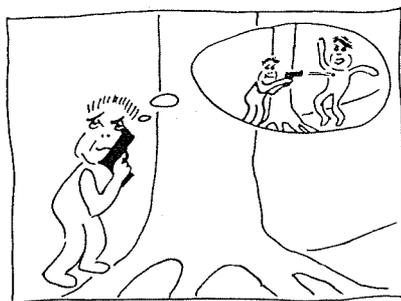
Irrtum und Schuld

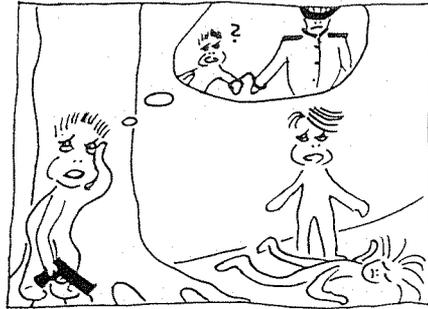
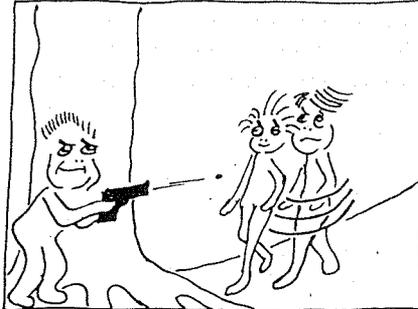
Fall 18:

**aberratio ictus**

A lauert im Park seinem Feind F auf, um ihn zu erschießen. F kommt mit seinem Freund X. A zielt genau auf F. Im Augenblick, in dem er abdrückt, tritt F zur Seite und X wird  
5 getötet. Das hatte A nicht für möglich gehalten.

Hat A sich strafbar gemacht?





**Lösung:**

**A. Totschlag, § 212**

A könnte einen Totschlag an X begangen haben.

10 **I. Tatbestand**

**1. Objektiver Tatbestand**

A hat den Tod des X verursacht und damit den objektiven Tatbestand des Totschlages erfüllt.

**2. Subjektiver Tatbestand**

15 Der subjektive Tatbestand setzt Vorsatz voraus. Hinsichtlich einer Tötung des X hatte A keinen Vorsatz, da er den Tod des X nicht einmal für möglich gehalten hatte. Es fehlt damit schon an dem für den Eventualvorsatz wenigstens erforderlichen intellektuellen Element.

20 Dagegen hatte A Tötungsvorsatz hinsichtlich F; da er F töten wollte, lag insoweit *dolus directus* 1. Grades vor. Fraglich ist, ob dieser Tötungsvorsatz für die Erfüllung des subjektiven Tatbestandes ausreicht. Wie oben (Fall 17) dargestellt, genügt für den subjektiven Tatbestand (hier: des Totschlages) nicht irgendein Tötungsvorsatz. Es muß vielmehr zwischen objektivem und subjektivem Tatbestand Kongruenz bestehen. Unter welchen Voraussetzungen bei Fällen der vorliegenden Art Kongruenz gegeben

25 ist, ist umstritten.

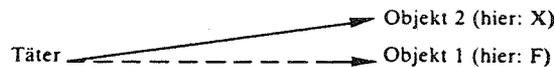
Es handelt sich hier um einen Fall der sog. *aberratio ictus* (Abirring des Schlages). Der Unterschied zur *Abweichung des Kausalverlaufs* besteht darin, daß der Täter dort den angestrebten Erfolg am angezielten Objekt erreicht hat, nur eben auf andere Weise, als er sich vorstellte. Hier dagegen trifft der Täter ein anderes als das angezielte Objekt. Die Verhältnisse lassen sich mit folgendem Bild darstellen:

30

**1. Abweichung des Kausalverlaufs**



**2. aberratio ictus**



-----> vorgestellter Verlauf  
 —————> tatsächlicher Verlauf

Die überwiegende Ansicht in Rspr. und Lit. lehnt in den Fällen der aberratio ictus Kongruenz ausnahmslos ab, so daß eine Bestrafung wegen vorsätzlichen vollendeten Delikts ausscheidet. Die Bestrafung erfolgt wegen versuchten und ggf. fahrlässigen Delikts (*Rudolphi SK § 16 Rn 33 m.w.N.*).

[Diskussion von alternativen Positionen]

35 Tatbestand in bezug auf eine Tötung des X ist nicht erfüllt. Der subjektive

A hat keinen Totschlag begangen.

#### **B. Versuchter Totschlag, §§ 212, 22**

40 A hat jedoch einen versuchten Totschlag an F begangen, da er F töten wollte und mit der Tötungshandlung auch schon begonnen hatte.

#### **C. Fahrlässige Tötung, § 222**

A könnte weiter eine fahrlässige Tötung an X begangen haben.

##### **I. Tatbestand**

45 A hat den Tod des X verursacht. Der Tod des X war für A auch vorhersehbar. Die Sorgfaltswidrigkeit ist demnach gegeben.

Damit ist der Tatbestand der fahrlässigen Tötung erfüllt.

II. Da keine Rechtfertigungsgründe eingreifen, ist auch die Rechtswidrigkeit gegeben.

III. Da Schuldausschließungsgründe nicht ersichtlich sind, hat A auch schuldhaft gehandelt.

50 A hat also eine fahrlässige Tötung begangen.

##### **D. Konkurrenzen**

Da A den versuchten Totschlag und die fahrlässige Tötung durch eine Handlung begangen hat, stehen beide Delikte in Idealkonkurrenz (§§ 212, 22, 222, 52).



3 Leia o TEXTO III com a ajuda do glossário e sem traduzir as frases.

Resuma as ideias principais do quadro:

A é culpado dos seguintes delitos:

		<i>não</i>	<i>sim</i>
a) StGB §212 (Totschlag)	=> homicídio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) StGB §212,22 (versuchter Totschlag)	=> tentativa de homicídio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) StGB §222 (fahrlässige Tötung)	=> homicídio negligente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4 O parágrafo 1.14-37 não se entende facilmente. Indique se as seguintes afirmações correspondem ao texto e, em caso afirmativo, indique as linhas:

	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>linha(s)</i>
a) A tinha intenção de matar X.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
b) A tinha intenção de matar F.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
c) O crime de homicídio pressupõe congruência entre o tipo subjectivo e o tipo objectivo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
d) Na doutrina, a definição dos casos de congruência é controversa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
e) O autor compara a aberratio ictus com o desvio no processo causal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
f) A doutrina defende que no caso de aberratio ictus haja uma condenação por tentativa da prática do crime ou por negligência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____



5 Formação de substantivos com -ung

raíz do verbo + *ung* = substantivo (f) *Português*

a) <i>lösen</i>	+ <i>ung</i>	e <i>Lösung</i>	=> _____
<i>prüfen</i>	+ <i>ung</i>	_____	=> _____
<i>lesen</i>	+ <i>ung</i>	_____	=> _____

zahlen + ung \_\_\_\_\_ => \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ + ung e Befragung => \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ + ung e Untersuchung => \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ + ung e Begründung => \_\_\_\_\_

b) Procure outros substantivos no **TEXTO III**

\_\_\_\_\_ + ung \_\_\_\_\_ => \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ + ung \_\_\_\_\_ => \_\_\_\_\_

c) Procure outros substantivos com o sufixo **-ung** que anotou nas lições I e II.



6 Pronomes pessoais e possessivos (3.ª pessoa)

		<i>m</i>	<i>n</i>	<i>f</i>	<i>plural m = n = f</i>
<i>pronomes pessoais</i>	<i>nom.</i>	<b>er</b> (=> ele)	<b>es</b>	<b>sie</b> (=> ela)	<b>sie</b> (=> eles, elas)
	<i>ac.</i>	<b>ihn</b>	<b>es</b>	<b>sie</b>	<b>sie</b>
	<i>dat.</i>	<b>ihm</b>	<b>ihm</b>	<b>ihr</b>	<b>ihnen</b>
<i>pronomes possessivos</i>		<b>sein-</b>	<b>sein-</b>	<b>ihr-</b>	<b>ihr-</b>

\* Os pronomes pessoais da 3.ª pessoa têm as terminações típicas caso-género (cf. lição II.6).

\* Os pronomes possessivos têm as terminações do artigo indefinido (cf. lição II.5).

7 Outros pronomes pessoais

**wir** => **nós**

1.ª pessoa plural nominativo

**uns** => **nos**

1.ª pessoa plural acusativo

=> **a nós**

1.ª pessoa plural dativo

**uns** + **terminação do artigo indefinido** => **nosso**  
pronome possessivo 1ª pessoa plural

**Sie** => **o/a Senhor(a), os/as Senhor(as)**  
forma de tratamento: singular/plural, nominativo/acusativo

**Ihnen** => **ao/à Senhor(a), aos/às Senhor(as)**  
forma de tratamento: singular/plural, dativo

**Ihr** + **terminação típica caso/género**  
pronome possessivo na forma de tratamento

## 8 O verbo conjugado: Como identificá-lo? (I)

O verbo conjugado muda de forma conforme o sujeito e o tempo verbal.

**Pode-se identificar o verbo conjugado pela terminação.**

terminações verbais      -(t)e, -(te)st, t, (t)en, (t)et

terminações exclusivas  
de verbos  
-t, -et, -st, -est

terminações que os verbos  
partilham com outras palavras  
-e, en, -n

## 9 Conjugação do verbo fraco (“regular”)

	<i>tempo presente</i>		<i>pretérito imperfeito</i>	
<i>singular 1ª pessoa</i>	frage	-e	fragte	-t-e
<i>2ª pessoa</i>	fragst	-st	fragtest	-t-est
<i>3ª pessoa</i>	<b>fragt</b>	<b>-t</b>	<b>fragte</b>	<b>-t-e</b>
<i>plural 1ª pessoa</i>	fragen	-en	fragten	-t-en
<i>2ª pessoa</i>	fragt	-t	fragtet	-t-et
<i>3ª pessoa</i>	<b>fragen</b>	<b>-en</b>	<b>fragten</b>	<b>-t-en</b>

\* Há casos em que o verbo conjugado não tem terminação (verbos fortes).  
Ex: “er ging”. Forma infinitiva: gehen



**10 Descubra o infinitivo para poder encontrar o verbo no dicionário:**

	<i>infinitivo</i>	=>	<i>Português</i>
a) lauert.....auf	_____	=>	_____
b) kommt	_____	=>	_____
c) zielt	_____	=>	_____
d) fehlt	_____	=>	_____

**11 Com a ajuda dum dicionário, verifique se se trata de verbos:**

	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>infinitivo</i>	<i>Português</i>
a) <u>b</u> egehen				
b) <u>g</u> ibt				
c) <u>f</u> ährt				
d) <u>f</u> ast				
e) <u>ä</u> ußert				
f) <u>n</u> icht				
g) <u>l</u> ügen				
h) <u>l</u> öst				
i) <u>R</u> echt				
j) <u>s</u> tößt				
k) <u>f</u> est				
l) <u>F</u> est				

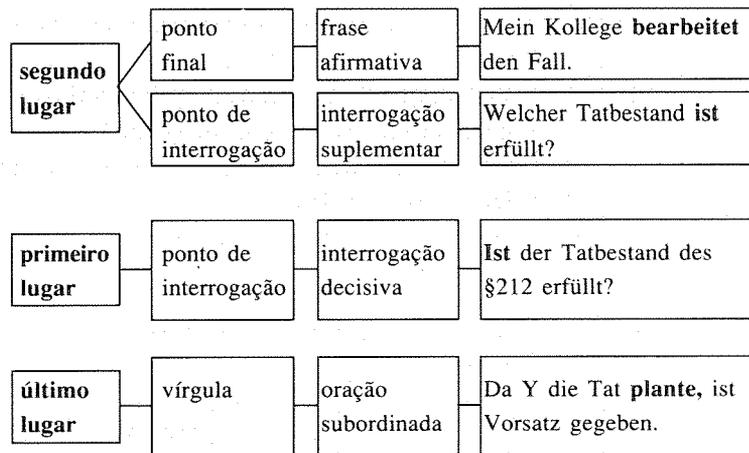


**12 O verbo conjugado: Como identificá-lo? (II)**

**Pode-se identificar o verbo conjugado pela sua posição na oração.**

Há três posições possíveis:

- segundo lugar:** F kommt mit seinem Freund X.
- primeiro lugar:** Hat A sich strafbar gemacht?
- último lugar:** Da Schuldausschließungsgründe nicht ersichtlich sind, ...



### 13 Sublinhe o verbo conjugado:

- A verursacht den Tod von X.
- Ist §22 einschlägig?
- Welchen Kommentar sucht der Kollege?
- In den Ferien arbeiten die Gerichte langsamer.
- Dr. Müller diskutiert den Fall mit einem Kollegen, der die Schuldfrage anders sieht.



### 14 O verbo conjugado: Como identificá-lo? (III)

**Pode-se identificar o verbo conjugado pelo significado verbal da palavra.**

Subtraíndo a terminação resta-nos a raíz com a qual se reconstrói o infinitivo, juntando **-en**.

forma finita	raíz	forma infinitiva	significado (dicionário)
tötet	töt-	töten	=> _____
ausscheidet	ausscheid-	ausscheiden	=> _____
zielt	ziel-	zielen	=> _____

\* Muitos verbos fortes mudam a vogal no tempo presente na segunda e terceira pessoas do singular e no pretérito imperfeito (cf. lista de consulta de infinitivos no anexo).

### 15 Questões a pôr para a identificação do verbo conjugado

1. A terminação do presumível verbo conjugado é sugestiva?
2. A posição na oração é a do verbo?
3. A forma infinitiva encontra-se no dicionário?
4. A frase faz sentido?

### 16 Tempos presente e pretérito imperfeito de sein, haben e werden (terceira pessoa)

		<i>presente</i>	<i>pretérito imperfeito</i>
sein (=> ser, estar)	<i>singular</i>	ist	war
	<i>plural</i>	sind	waren
haben (=> ter)	<i>singular</i>	hat	hatte
	<i>plural</i>	haben	hatten
werden (=> tornar-se; v.aux)	<i>singular</i>	wird	wurde
	<i>plural</i>	werden	wurden

### 17 Verbos com prefixo separável

Ex.: A lauert im Park seinem Feind F auf.

No dicionário encontra-se “*auflauern*”. O complexo verbal desta oração é composto por duas partes: o verbo conjugado ocupa a segunda posição na oração; a outra parte, o prefixo separável, encontra-se no fim da oração, “segurando” desta maneira a oração com um “gancho”. Este fenómeno chama-se **fronteira verbal** e é típico do Alemão.



### 18 Realce nas seguintes orações as duas partes do complexo verbal:

primeira parte:  segunda parte:   
(verbo conjugado) (parte não conjugada)

Ex.: A **lauert** im Park seinem Feind F **auf**.

	<i>forma infinitiva</i>	<i>Português</i>
a) Der subjektive Tatbestand setzt Vorsatz voraus.	_____ =>	_____
b) Der Tötungsvorsatz reicht für die Erfüllung des subjektiven Tatbestands nicht aus.	_____ =>	_____
c) Der Autor stellt das Problem im Fall 17 dar.	_____ =>	_____
d) Die überwiegende Ansicht lehnt in den Fällen der aberratio ictus Kongruenz ab.	_____ =>	_____
e) Eine Bestrafung wegen vorsätzlichen Deliktes scheidet in diesem Fall aus.	_____ =>	_____

**19 Trata-se dum verbo com prefixo separável ou dum verbo com preposição?**

A zielt genau sein Objekt an, aber er schießt irrtümlich auf X.



**20 Negação: “nicht” e “kein”**

<b>nicht</b> <i>pode negar a oração</i>	Der Tatbestand des Totschlags ist nicht erfüllt.
<b>nicht</b> <i>pode negar o elemento seguinte</i>	Für den subjektiven Tatbestand genügt nicht irgendein Tötungsvorsatz.
<b>kein</b> <i>nega o elemento seguinte</i>	Da keine Rechtfertigungsgründe eingreifen, ist Rechtswidrigkeit gegeben.



**21 Prefixos de negação**

**un-, in- e a-** são prefixos de negação.

Ex: Schuld <=> Unschuld  
 konsequent <=> inkonsequent  
 typisch <=> atypisch

## 22 Sufixos de adjectivos / advérbios

- a) São frequentes os sufixos **-lich, -isch, -ig**: = “com tal característica”
- |             |                          |                  |
|-------------|--------------------------|------------------|
| vorsätzlich | -> “com premeditação”    | => premeditado   |
| gesetzlich  | -> “conforme a lei”      | => legal         |
| staatlich   | -> “do Estado”           | => estatal       |
| fahrlässig  | -> “por descuido”        | => negligente    |
| juristisch  | -> “relativo ao Direito” | => juridicamente |

b) Os sufixos seguintes podem, muitas vezes, ser interpretados como os exemplos abaixo:

<b>-bar</b>	strafbar	-> “pode ser punido”	=> punível; criminal
	vorhersehbar	-> “pode ser previsto”	=> previsível
<b>-los</b>	ausnahmslos	-> “sem excepção”	=> sem excepção
<b>-frei</b>	steuerfrei	-> “livre de imposto”	=> isento de imposto
<b>-haft</b>	schuldhaft	-> “com culpa”	=> culposo; culpado
<b>-weise</b>	richtigerweise	-> “de modo correcto”	=> correctamente
<b>-voll</b>	reuevoll	-> “cheio de arrependimento”	=> arrependido
<b>-reich</b>	abwechslungsreich	-> “rico em variações”	=> variado
<b>-arm</b>	schadstoffarm	-> “pobre em poluentes”	=> pouco poluidor



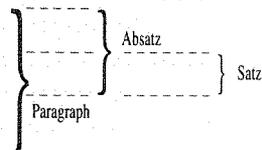
## 23 Modo de citação

§ 15. **Vorsätzliches und fahrlässiges Handeln.** Strafbar ist nur vorsätzliches Handeln, wenn nicht das Gesetz fahrlässiges Handeln ausdrücklich mit Strafe bedroht.

§ 16. **Irrtum über Tatumstände.** (1) Wer bei Begehung der Tat einen Umstand nicht kennt, der zum gesetzlichen Tatbestand gehört, handelt nicht vorsätzlich. Die Strafbarkeit wegen fahrlässiger Begehung bleibt unberührt.

(2) Wer bei Begehung der Tat irrig Umstände annimmt, welche den Tatbestand eines milderer Gesetzes verwirklichen würden, kann wegen vorsätzlicher Begehung nur nach dem milderer Gesetz bestraft werden.

§ 17. **Verbotsirrtum.** Fehlt dem Täter bei Begehung der Tat die Einsicht, Unrecht zu tun, so handelt er ohne Schuld, wenn er diesen Irrtum nicht vermeiden konnte. Konnte der Täter den Irrtum vermeiden, so kann die Strafe nach § 49 Abs. 1 gemildert werden.



§ 16 StGB § 16 Abs.1 StGB § 16 Abs.1 S.2 StGB  
ou § 16 I StGB ou § 16 I.2 StGB

parágrafos 15 e 16	-> §§ 15,16 StGB
parágrafos 15s.	-> §§ 15f. StGB
parágrafos 15 até 17	-> §§ 15-17 StGB
parágrafos 15ss.	-> §§ 15ff StGB

**Sublinhe:** § 16 Abs. 1 S.2 StGB



24 a) Leia todo o TEXTO III e resuma o conteúdo, sem se preocupar em fazer uma tradução perfeita.

b) O caso teria a mesma solução em Portugal?



25 Tome nota das palavras que são importantes para si e que pretende aprender. Tenha em especial atenção os verbos.

## LIÇÃO IV



### 1 Leitura simplificada

O TEXTO IV é tirado duma introdução geral ao Direito. O texto menciona Friedrich Karl von Savigny e Gustav Radbruch.

**Quais são as posições fundamentais destes juristas quanto ao direito natural?**

**Leia a versão simplificada do texto. Resuma as ideias principais em Português.**

### TEXTO IV

#### 1.1.3 Rechtspositivismus und Naturrecht

Für die Vertreter des Rechtspositivismus gibt ausschließlich der normsetzende Wille des Staates dem Gesetz seine Legitimation. Bei der Gesetzgebung ist der Staat nicht an ethische Rechtsprinzipien gebunden. Er ist frei, auch von der herrschenden Rechtsauffassung abweichendes Recht, und das umschließt auch ungerechte Rechtssätze, zu setzen. Der Rechtspositivismus verzichtet damit bei seiner Begriffsbestimmung auf das dritte Kriterium des Rechts, die Gerechtigkeit. Diese Auffassung wurde im 19. Jahrhundert von der historischen Rechtsschule (Savigny) vertreten und wirkte bis zu den Erfahrungen des gesetzlichen Unrechts im NS-Staat. [...]

Aus den Erfahrungen mit dem totalitären Staat kam es im deutschen Sprachraum nach 10 der NS-Zeit zu einer Renaissance des Naturrechts. Gustav Radbruch, der vor der Zeit des Dritten Reiches den Standpunkt des Rechtspositivismus vertreten hatte, schrieb 1946:

„Die Rechtswissenschaft muß sich wieder auf die jahrtausende alte gemeinsame Weisheit der Antike, des christlichen Mittelalters und des Zeitalters der Aufklärung besinnen, daß es ein höheres Recht gebe als das Gesetz, ein Naturrecht, ein Gottesrecht, ein Vernunftrecht, kurz ein übergesetzliches Recht, an dem gemessen das Unrecht Unrecht bleibt, auch wenn es in der Form des Gesetzes gegossen ist.“ 15

Davon ausgehend kann das Naturrecht als ein von Zeit und Ort ebenso wie von jeder staatlichen Rechtsetzung unabhängiges Recht definiert werden, an dem sich staatliches 20 Recht zu messen hat. Die prominentesten Vertreter des Naturrechts waren in der Antike Plato und Aristoteles, im christlichen Mittelalter Thomas von Aquin und in der Aufklärung insbesondere Hugo Grotius. [...]

In den Verfassungen des Bundes (Art. 1 und Art. 20 Abs. 3 GG) und in denen einiger Länder (vgl. Art. 100 der Bayerischen Verfassung) ist auf Naturrecht Bezug genommen. 25 Auch das Bundesverfassungsgericht entschied mit Beschluß vom 12. 10. 1951: „Das Bundesverfassungsgericht erkennt die Existenz überpositiven, auch den Verfassungsgeber bindenden Rechts an und ist zuständig, das gesetzte Recht daran zu messen“ (abgedruckt in: Entscheidungen des BVerfG, Band 1, S. 14, Leitsatz 27).

*Rechtspositivismus:* Nur der Wille des Staates legitimiert das Gesetz.

Das Kriterium der Gerechtigkeit ist nicht zwingend.

Diese Lehre wirkte im Nationalsozialismus.

Nach 1945: Renaissance des Naturrechts.

Gustav Radbruch 1946:  
Es gibt ein höheres, übergesetzliches Recht. Unrecht bleibt Unrecht, auch wenn es Gesetz ist.

*Naturrecht:* Staatliche Rechtsetzung darf nicht in Widerspruch zum Naturrecht stehen.

Das GG und das BVerfG akzeptieren die Existenz des Naturrechts.

(Dieter Fuchs, Ewald Schellenberger: Recht. Ein Arbeitsbuch für die Kollegstufe/Grundkurs. Paderborn 1987, p.11.)



## 2 O sujeito: Como identificá-lo? (I)

Sublinhe o sujeito das frases do texto simplificado.

**Pode-se identificar o sujeito pelo caso do respectivo sintagma nominal (nominativo).**

O nominativo reconhece-se pelas terminações típicas caso/género do nominativo (cf. lição II. 6).

<i>singular</i>			<i>plural</i>
<i>m</i>	<i>n</i>	<i>f</i>	<i>m = n = f</i>
<b>r</b>	<b>s</b>	<b>e</b>	<b>e</b>

Estas terminações podem ocorrer

- nos artigos der Jurist
- nos adjetivos ein neues Buch, aktuelle Informationen
- nos pronomes pessoais da 3.<sup>a</sup> pessoa er, es, sie
- nos pronomes relativos demonstrativos das Buch, das er liest, ...  
dieser neue Paragraph
- e interrogativos welche Fakultäten?

\* Estas terminações não são exclusivas do nominativo!

Não há necessariamente uma dessas terminações em todos os sintagmas nominais no nominativo!

\* Os pronomes indefinidos *man* (=> “a gente”, se: *man sagt, daß* => *diz-se que*) e *niemand* (=> ninguém) estão sempre no nominativo.

\* O sujeito nunca é precedido por uma preposição.

## 3 O sujeito: Como identificá-lo? (II)

Defina o sujeito nas orações das seguintes linhas do texto desta lição: 2, 3, 5, 9

**Pode-se identificar o sujeito pela sua posição na oração.**



l. 5: bei seiner Begriffsbestimmung => \_\_\_\_\_

| bis zu | => | \_\_\_\_\_ |

l. 7: und wirkte bis zu den Erfahrungen => \_\_\_\_\_

| mit | => | \_\_\_\_\_ |

l.10: mit dem totalitären Staat => \_\_\_\_\_

l.27: entschied mit Beschluß vom\* => \_\_\_\_\_

| in | => | \_\_\_\_\_ |

l.22: im\* christlichen Mittelalter => \_\_\_\_\_

l.25: In den Verfassungen => \_\_\_\_\_

| von | => | \_\_\_\_\_ |

l. 3: von der herrschenden Rechtsauffassung => \_\_\_\_\_

| vor | => | \_\_\_\_\_ |

l.11: vor der Zeit des Dritten Reiches => \_\_\_\_\_

\* im = in + dem; zum = zu + dem; zur = zu + der; beim = bei + dem; vom = von + dem



### 7 As vírgulas

Ao contrário do Português, as orações subordinadas são destacadas por vírgulas.

Ex.: Gustav Radbruch, der vor der Zeit des Dritten Reiches den Standpunkt des Rechtspositivismus vertreten hatte, schrieb 1946: [...]



## 8 Coloque as vírgulas:

- Das Grundgesetz akzeptiert die Existenz eines Naturrechts das über dem gesetzten Recht steht.
- Da er F töten wollte lag dolus directus vor.
- A hatte nicht für möglich gehalten daß er X treffen könnte.

\* Tal como em Português, em Alemão colocam-se vírgulas nas posições, enumerações e inserções.



## 9 O particípio I

### a) Formação

#### infinitivo do verbo + d

Complete:	Alemão		Português
handeln	handelnd	=>	agindo
bestehen	_____	=>	_____
rechtfertigen	_____	=>	_____

### b) O particípio I na função de advérbio

Ex.: Davon ausgehend kann das Naturrecht als unabhängiges Recht definiert werden. => partindo (daí)

O particípio I na função de advérbio pode, na maioria dos casos, ser traduzido pelo gerúndio.

### c) O particípio I na função de adjectivo

#### infinitivo de verbo + d + terminação



## 10 Procure uma solução equivalente em Português:

der normsetzende Wille des Staates => \_\_\_\_\_  
abweichendes Recht => \_\_\_\_\_



### 11 O sintagma nominal

O sintagma nominal é formado por um substantivo ou pronome, o chamado núcleo, e os seus atributos:

	ATRIBUTOS À ESQUERDA		NÚCLEO	ATRIBUTOS À DIREITA
prep.	artigo ou equi-valente	adjectivo nomes próprios no genitivo	substantivo ou pronome	genitivo/preposicional/adverbial
Ø	der	normsetzende	Wille	des Staates
Ø	Ø	Ø	Kommentar	zur Rechtspolitik

#### Estrutura de dependência:

1	der	normsetzende	Wille	des Staates
2				
1			Kommentar	zur Rechtspolitik
2				



### 12 Determine o início e o fim de cada sintagma nominal e sublinhe o seu núcleo até l.8 do TEXTO IV.

Ex.: [Für die Vertreter des Rechtspositivismus] gibt ausschließlich [der normsetzende Wille des Staates] [dem Gesetz] [seine Legitimität].



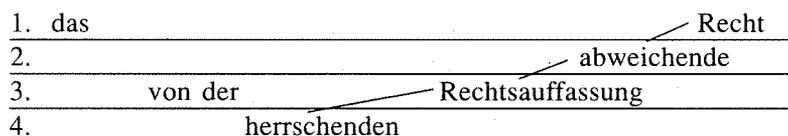
### 13 O adjectivo atributivo alargado

Do adjectivo atributivo, por sua vez, podem depender mais elementos:

Ex.: *das von der herrschenden Rechtsauffassung abweichende Recht* forma o núcleo do sintagma nominal. Em dependência directa encontra-se o adjectivo *abweichende*. Este, por sua vez, é especificado por outro sintagma nominal *von der herrschenden*

*Rechtsauffassung*, formado pelo substantivo (+ preposição + artigo) *von der Rechtsauffassung* e o adjectivo dependente *herrschenden*.

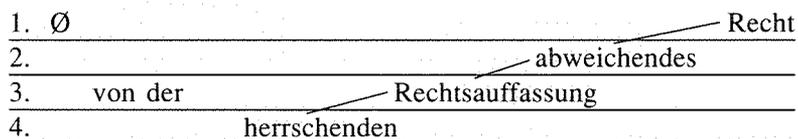
**Esquema da relação das dependências:**



O artigo ou o seu substituto e o núcleo “enquadram” o adjectivo, também na sua versão alargada. Um artigo aparentemente “orfão” indica ao leitor a necessidade de procurar o respectivo substantivo, o que encontrará a seguir ao adjectivo alargado.

No TEXTO IV 1. 3, o núcleo *Recht* do sintagma nominal do exemplo acima não tem artigo:

**Esquema da relação de dependências:**



**14 O sintagma nominal complexo**

**Esquematize os seguintes sintagmas nominais:**

a) das dritte Kriterium des Rechts

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

b) von jeder staatlichen Rechtsetzung unabhängiges Recht

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

c) die jahrtausende alte gemeinsame Weisheit der Antike, des christlichen Mittelalters und des Zeitalters der Aufklärung

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

d) aus den Erfahrungen mit dem totalitären Staat

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

e) Die Existenz eines überpositiven, auch den Verfassungsgeber bindenden Rechts

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

f) dem für den Eventualvorsatz wenigstens erforderlichen intellektuellen Element

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

## LIÇÃO V



1 Dê uma olhadela ao desenho de Wilhelm Busch. O que é que acontece? O que significa do ponto de vista do direito criminal?



2 Leia o TEXTO V A. Verifique se estas afirmações estão certas. Indique as respectivas linhas:

	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>linhas</i>
a) J.-M. Günther analisa se se trata dum furto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
b) Definição de “Wegnahme”: Transferência ilegal duma coisa para um outro poder de disposição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
c) Os frangos vão para o poder de disposição de Max e Moritz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
d) O tipo legal do furto não é preenchido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
e) O comportamento de Max e Moritz é justificável.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
f) Max e Moritz tinham entrado na casa da viúva Bolte.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
g) Max e Moritz cometeram um furto qualificado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____
h) Max e Moritz preencheram o tipo legal de introdução em casa alheia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	_____

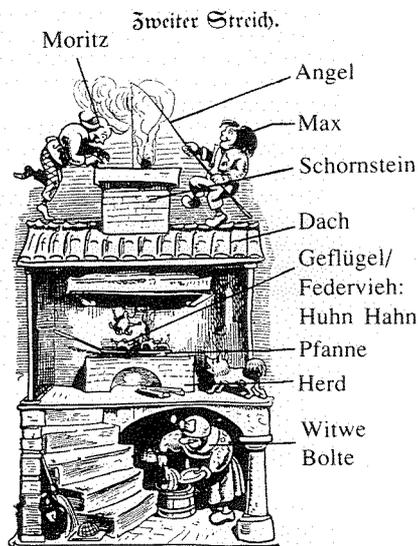
TEXTO V A

Jörg-Michael Günther

# Der Fall Max und Moritz

Juristisches Gutachten über die Umtriebe  
zweier jugendlicher Straftäter als  
Warnung für Eltern und Pädagogen

Frankfurt/M. 1988. Pp. 28-34. (Gekürzt und leicht verändert).



## DER 2. STREICH

### A. DAS ANGELN UND VERSPEISEN DER GEBRATENEN HÜHNER UND DES GEBRATENEN HAHNS

#### 1) Diebstahl, §§ 242, 243 Absatz 1 Nr. 1 StGB

Max und Moritz könnten sich durch das Angeln und Verspeisen des gebratenen Federviehs eines gemeinschaftlichen Diebstahls in einem besonders schweren Fall strafbar gemacht haben.<sup>123 124 125</sup> Das

<sup>123</sup> § 242 StGB. Diebstahl. »Wer eine fremde bewegliche Sache einem anderen in der Absicht wegnimmt, dieselbe sich rechtswidrig zuzueignen, wird mit Freiheitsstrafe bis zu fünf Jahren oder mit Geldstrafe bestraft; der Gesetzestext für den besonders schweren Fall des Diebstahls findet sich auszugsweise weiter unten in Fn. 135

<sup>124</sup> Illies, Tiere als Nahrung des Menschen, in: Anthropologie des Tieres, 1977, S. 76 ff.

<sup>125</sup> »Alles, was sich regt und lebt, das sei eure Speise, wie das grüne Kraut habe ich's euch alles gegeben.«, Genesis 9, 3

(Publicado em 1865, «Max und Moritz» de Wilhelm Busch tornou-se um dos livros infantis mais bem sucedidos na Alemanha durante mais do que um século.)

Angeln der Tiere müßte dann strafrechtlich als Wegnahme von Sachen zu werten sein. Unter einer Wegnahme versteht man den Bruch fremden und Begründung neuen, nicht notwendig eigenen Gewahrsams.<sup>126 127 128 129</sup>

Das gebratene Geflügel schmurgelte lieblich in einer Pfanne auf dem Herd der Witwe Bolte und unterstand damit ihrem Gewahrsam. Max und Moritz haben diesen fremden Gewahrsam bereits zu dem Zeitpunkt gebrochen, als sie die Hühner und den Hahn erfolgreich aus dem Schornstein herausangelten.<sup>130 131</sup>

Neuer Gewahrsam wurde begründet, als Max und Moritz das gebratene Geflügel in ihrem Verstecke hinter der Hecke genüsslich verspeisten. Spätestens im Augenblick des Verzehrs wurde nämlich Witwe Bolte von jedem weiteren Einfluß auf ihr gebratenes Federvieh ausgeschlossen.<sup>132</sup> Max und Moritz handelten dabei auch in der für einen Diebstahl erforderlichen Zueignungsabsicht, weil jeder von ihnen die gebratenen Tiere – genau wie die Eigentümerin Bolte – verspeisen wollte.<sup>133</sup>

Ihr Handeln war durch nichts zu rechtfertigen; Max und Moritz haben schuldhaft gehandelt.

Zu untersuchen bleibt, ob sogar ein Diebstahl in einem besonders schweren Fall vorliegt.<sup>134</sup> Zu denken ist an einen sog. Einsteigediebstahl nach § 243 Absatz 1 Nr. 1 StGB. Hiernach wird ein Täter, der zum Zweck des Diebstahls in einen umschlossenen Raum einbricht oder einsteigt, schärfer bestraft.<sup>135</sup>

Ein Einsteigediebstahl setzt das Eindringen eines großen Teils des Körpers in den geschützten Raum voraus; ein Hineinlangen ist kein Einsteigen.<sup>136 137</sup>

Max und Moritz angelten das gebratene Geflügel aus dem Schornstein heraus, ohne hierbei mit einem großen Teil des Körpers in den Schornstein einzudringen. Die Beurteilung ihrer Tat als Einsteigediebstahl erscheint daher unter Berücksichtigung der einschlägigen Rechtsprechung sehr zweifelhaft.<sup>138</sup>

126 Mezger, Vom Sinn der strafbaren Handlung, a.a.O.

127 RG Strafs. 48, 58 (Gänsebuchtfall): »Wegnahme liegt vor, wenn ein Täter die in einer fremden Gänsebuchtf befindlichen und einem anderen gehörenden Gänse heraus-treibt.«

128 Herzberg, Betrug und Diebstahl durch listige Sachverschaffung, ZStW 89, 367 ff.

129 Lackner, § 242 3 c) a. E.: »Auf die Mittel, mit denen der Wechsel im Gewahrsam her-beigeführt wird, kommt es nicht an (z. B. Hühnerdiebstahl durch dressierten Hund).«

130 BGH MDR 1955, 145

131 Gewahrsamsbruch liegt spätestens mit dem unbemerkten Verlassen des Grundstücks unter Mitnahme der »Beute« vor

132 richtungswiesend OLG Köln NJW 1986, 392 für einen Parallelfall (Schnapsfall): »In dem Augenblick des Schnapstrinkens wurde der bisherige Gewahrsamsinhaber von jedem Einfluß auf diesen Teil seiner Ware ausgeschlossen. In jenem Moment war dieser Teil der Ware nach der Lebensauffassung eindeutig der Herrschaftssphäre des Täters zuzuordnen.«

133 im Einzelnen: Eser, Zur Zueignungsabsicht beim Diebstahl, JuS 1964, 477

134 hierzu: Furtner, Der schwere, besonders schwere und minder schwere Fall im Strafrecht, JR 1969, 11 ff.

135 § 243 StGB. »Ein besonders schwerer Fall liegt in der Regel vor, wenn der Täter 1. zur Ausführung der Tat in ein Gebäude, eine Wohnung, einen Dienst- oder Geschäftsraum oder in einen anderen umschlossenen Raum einbricht, einsteigt, ...«

136 BGH Strafs. 10, 132 (Schuppenfall)

137 BayObLG JZ 1973, 324 (Reifenanglerfall)

138 siehe nur BayObLG JZ 1973, (Reifenanglerfall): »Bei der gegebenen Sachlage, bei der der Täter die zu stehlende Sache nur »herausangeln«, selbst aber außerhalb des Raumes bleiben wollte, liegen diese Voraussetzungen (des Einsteigediebstahls; Anm. des Autors) nicht vor.«

**Ergebnis:**

Max und Moritz haben sich durch das Angeln und Verspeisen des gebratenen Federviehs der Witwe Bolte des gemeinschaftlichen Diebstahls nach §§ 242, 25 Absatz 2 StGB strafbar gemacht.<sup>144</sup> [...]

**40 5) Hausfriedensbruch, § 123 StGB**

Zur Verwirklichung ihrer kriminellen Pläne haben die Lausbuben das Grundstück der Witwe betreten und sind ihr auf das Dach gestiegen.

**Ergebnis:**

45 Max und Moritz haben einen [...] Hausfriedensbruch begangen, § 123 StGB.

138a Schönke-Eser, 248 a StGB Rn. 15

139 Bundestags-Drucksache 7/1261 S. 27

140 BGH Strafs. b. Dallinger MDR 1954, 336 (Huhnfall): »Ein Huhn im Wert von 5 DM ist ein Gegenstand von geringem und unbedeutendem Wert.«

141 LG Kempten NJW 1981, 933

142 § 248 a StGB. Diebstahl und Unterschlagung geringwertiger Sachen. »Der Diebstahl und die Unterschlagung geringwertiger Sachen werden in den Fällen der §§ 242 und 246 nur auf Antrag verfolgt, es sei denn, daß die Strafverfolgungsbehörde wegen des besonderen öffentlichen Interesses an der Strafverfolgung ein Einschreiten von Amts wegen für geboten hält.«

143 vgl. Fn. 19

144 zur Verfassungsmäßigkeit des Bagatelldiebstahls ausführlich: BVerfG NJW 1979, 1039 ff.; siehe auch Baumann, Bekämpfung oder Verwaltung der Kleinkriminalität, in Schröder-GedSchr., S. 523 ff.



3 No texto há três frases que contêm afirmações jurídicas gerais não restritas a este caso. Quais são essas três frases?

a) linha(s) \_\_\_\_\_ b) linha(s) \_\_\_\_\_ c) linha(s) \_\_\_\_\_

Estas três frases estão no presente. A maioria das outras frases está no pretérito imperfeito ou no pretérito perfeito.



#### 4 O Pretérito Perfeito

Ex.: “Max und Moritz haben diesen fremden Gewahrsam bereits zu dem Zeitpunkt gebrochen, als sie die Hühner und den Hahn aus dem Schornstein herausangelten.” (l. 10ss.)

Max und Moritz sind in ein Versteck gegangen.

#### 5 Formação do pretérito perfeito:

haben ou sein

+

particípio II

\* No complexo verbal separado do pretérito perfeito (bem como na voz passiva, nas estruturas com verbos modais, no futuro e nas locuções verbais funcionais; vd. adiante) trata-se da **fronteira verbal**, estrutura sintáctica esta que já conhece do verbo com prefixo separável (lição III, 17).

O pretérito perfeito e o pretérito imperfeito alemães não correspondem exactamente aos respectivos tempos no Português. Nos textos jurídicos, eles expressam quase sempre o passado e a diferença entre eles normalmente não é essencial para o entendimento.



6 Procure os complexos verbais no pretérito perfeito da linha 37 até à 46 do TEXTO IV A. Marque-as com estes símbolos:



7 Formação do participípio II

a) Verbos fracos com/sem prefixo separável:

(prefixo separável) + ge + radical + t

machen	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>ge + mach + t</td></tr></table>	ge + mach + t	gemacht
ge + mach + t				
voraussetzen	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>voraus + ge + setz + t</td></tr></table>	voraus + ge + setz + t	vorausgesetzt
voraus + ge + setz + t				

b) Verbos fracos com prefixo não separável:

prefixo não separável + radical + t

erklären	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>er + klär + t</td></tr></table>	er + klär + t	erklärt
er + klär + t				

c) Verbos com terminação em -ieren:

radical + t

informieren	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>informier + t</td></tr></table>	informier + t	informiert
informier + t				

d) Verbos fortes com/sem prefixo separável:

(prefixo separável) + ge + radical com vogal mudada + en

brechen	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>ge + broch + en</td></tr></table>	ge + broch + en	gebrochen
ge + broch + en				
einsteigen	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>ein + ge + stieg + en</td></tr></table>	ein + ge + stieg + en	eingestiegen
ein + ge + stieg + en				

e) Verbos fortes com prefixo não separável:

prefixo não separável + radical com vogal mudada + en

begehen	—>	<table border="1" style="display: inline-table;"><tr><td>be + gang + en</td></tr></table>	be + gang + en	begangen
be + gang + en				



### 8 Procure os infinitivos destes participios II (verbos fracos):

geschützt, gebraten, gezielt, gefragt, gearbeitet, nachgefragt, ausgearbeitet, vorgelesen, eingekauft, erlebt, bearbeitet, versucht, behandelt, analysiert, reformiert, falsifiziert, fotokopiert

### 9 Procure os infinitivos destes participios II (verbos fortes). Cf. lista de consulta de infinitivos no anexo.

gestiegen, umschlossen, geschrieben, getreten, eingetreten, gedacht, gegolten, gefunden, mitgeholfen, versprochen, bewiesen

### 10 Procure os infinitivos destes participios II (verbos fortes/fracos)

geraten, vermieden, mißlungen, verloren, gebunden, bedacht, entliehen, begonnen, gewesen, entschieden, empfohlen, ausgenommen, hingenommen, eingeflossen, zusammengehangen, hintergangen, zerschlagen, wiederbegonnen

### 11 Ponha estas frases no pretérito perfeito:

Ex.: Max und Moritz stehlen das gebratene Geflügel. (gestohlen/haben)  
= Max und Moritz haben das gebratene Geflügel gestohlen.

- a) Max und Moritz töten die Hühner und den Hahn. (getötet/haben)
- b) Die Witwe Bolte hat Hühner. (gehabt/haben)
- c) J.-M. Günther tritt für eine Bestrafung von Max und Moritz ein, obwohl sie die Straftaten schon 1885 begangen haben. (eingetreten/sein)
- d) Wilhelm Buschs Buch "Max und Moritz" wird von vielen Generationen gelesen. (worden/sein)



## 12 Voz passiva

Voz activa: Günther untersucht den Fall Max und Moritz unter strafrechtlichen Aspekten.

Voz passiva, a): Der Fall Max und Moritz wird von Günther unter strafrechtlichen Aspekten untersucht.  
=> O caso Max e Moritz é analisado por Günther sob o ponto de vista do Direito Penal.

**werden** (+ von/durch...) + **particípio II**

acção; em Português => ser

Voz passiva, b): Der Fall Max und Moritz ist unter strafrechtlichen Aspekten untersucht.  
=> O caso Max e Moritz está analisado sob o ponto de vista do Direito Penal.

**sein** + **particípio II**

resultado, estado; em Português => estar



## 13 Procure os complexos verbais na voz passiva da linha 13 até à 27. Marque-os:



## 14 O verbo “werden”

	<i>verbo principal</i>	<i>verbo auxiliar</i>
<i>infinitivo</i>	werden	werden
<i>3ª pessoa sing.</i>	wird	wird
<i>pl.</i>	werden	werden
<i>pretérito</i>	wurd-	wurd-
<i>particípio II</i>	geworden	worden

**a) verbo principal:**

Peter Kaufmann **wird** nach dem Jurastudium Rechtsanwalt.  
=> Depois do curso em Direito, Peter Kaufmann **torna-se** advogado.



**b) verbo auxiliar: formação da voz passiva**

Cf. 12 a) desta lição.

**c) verbo auxiliar: formação do futuro**

O futuro, muito raro em textos jurídicos, também é construído com o verbo auxiliar *werden*. Há duas formas do futuro:

**futuro I**

(corresponde em muitos casos ao futuro simples)

**futuro II**

(corresponde em muitos casos ao futuro composto)

**significado modal**

Er wird ein Buch über Strafrecht schreiben.

=> Presumivelmente, ele está a escrever / escreverá um livro sobre direito criminal.

Er wird ein Buch über Strafrecht geschrieben haben.

=> Presumivelmente, ele escreveu um livro sobre direito criminal.

**significado temporal**

=> Ele escreverá um livro sobre direito criminal.



**15 Escreva estas frases na voz activa:**

Ex.: Der Fall Max und Moritz wird von Günther untersucht.  
Günther untersucht den Fall Max und Moritz.

Der Fall Max und Moritz ist von Günther untersucht worden.  
Günther hat den Fall Max und Moritz untersucht.

- a) Diebstahl wird von den Gerichten mit Freiheitsstrafe bis zu fünf Jahren oder mit Geldstrafe bestraft.
- b) Eine weitreichende Reform des §218 wird vom Bundesverfassungsgericht nicht akzeptiert.
- c) Das deutsche Strafrecht ist vom Gesetzgeber mehrfach reformiert worden.
- d) Der Reifenanglerfall ist vom BayObLG entschieden worden.



### 16 Verbos modais e o verbo “lassen”

Ex.: Max und Moritz **wollen** die gebratenen Hühner **verspeisen**.

**Construções com verbos modais:**



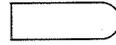
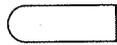
### 17 Significado dos verbos modais

	<b>significado básico</b>	<b>uso “subjectivo”</b>
<i>müssen</i>	<i>necessidade, dever</i> Man muß das Angeln der Tiere als Wegnahme von Sachen werten. => Deve-se classificar a “pesca” dos animais como apropriação de coisas.	<i>suposição, quase certeza</i> Er muß/müßte es getan haben. => Ele deve ter feito isto.
<i>nicht müssen</i>	<i>negação de uma necessidade ou de um dever</i> Man muß nicht alle Kapitel des Buches lesen. => Não é preciso ler todos os capítulos do livro.	<i>admitir que uma suposição não é necessariamente certa</i> Er muß es nicht getan haben. => É possível que ele não tenha feito isto.

<p><i>dürfen</i> <i>permissão</i></p> <p>Die Studenten dürfen in der Prüfung den Gesetzestext benutzen. =&gt; Os estudantes podem usar o texto da lei durante a prova.</p>	<p>no conjuntivo II (Cf. lição VIII): <i>suposição</i></p> <p>Er dürfte die erste Rate bezahlt haben. =&gt; É provável que ele tenha pago a primeira prestação.</p>
<p><i>nicht dürfen</i> <i>proibição</i></p> <p>Die Studenten dürfen in der Prüfung keine Mitschriften benutzen.</p>	
<p><i>können</i> <i>capacidade ou possibilidade</i></p> <p>Er kann Chinesisch sprechen =&gt; Ele sabe falar chinês. Alle Universitätsmitglieder können die Universitätsbibliothek benutzen. =&gt; Todos os membros da Universidade podem usar a biblioteca geral.</p>	<p><i>suposição</i></p> <p>Er kann/könnte es getan haben. =&gt; Ele talvez o tenha feito.</p>
<p><i>sollen</i> <i>determinação, pedido, plano obrigação moral</i></p> <p>Die Studenten sollen für die Prüfung lernen. =&gt; Os estudantes devem estudar para o exame.</p>	<p><i>o que se diz</i></p> <p>Er soll das Auto gestohlen haben. =&gt; Diz-se que ele roubou o carro.</p>
<p><i>wollen</i> <i>desejo ou intenção</i></p> <p>Max und Moritz wollen Hühner essen. =&gt; Max e Moritz querem comer frangos.</p>	<p><i>dúvidas relativas a uma afirmação de outra pessoa</i></p> <p>Er will ihr geholfen haben. =&gt; Ele diz que a ajudou (mas eu duvido).</p>
<p><i>lassen</i> <i>mandar fazer ou deixar</i></p> <p>Der Richter läßt ein Gutachten anfertigen. =&gt; O juiz manda fazer uma perícia. / Die Parteien lassen die Anwälte die Vertragsdetails festlegen. =&gt; As partes deixam aos advogados a definição dos pormenores do contrato.</p>	



18 Procure no TEXTO V A, até à linha 20, construções com verbos modais e marque-as:



19 Marque as construções com verbos modais nestas frases da Lei Fundamental:

Art. 12a [Wehr - und Dienstleistungspflicht] (1) Männer können vom vollendeten achtzehnten Lebensjahr an zum Dienst in den Streitkräften, im Bundesgrenzschutz oder in einem Zivilschutzverband verpflichtet werden.

(2) Wer aus Gewissensgründen den Kriegsdienst mit der Waffe verweigert, kann zu einem Ersatzdienst verpflichtet werden. Die Dauer des Ersatzdienstes darf die Dauer des Wehrdienstes nicht übersteigen. Das Nähere regelt ein Gesetz, das die Freiheit der Gewissensentscheidung nicht beeinträchtigen darf und auch eine Möglichkeit des Ersatzdienstes vorsehen muß, die in keinem Zusammenhang mit den Verbänden der Streitkräfte und des Bundesgrenzschutzes steht. [...]

Art. 4 [Glaubens-, Gewissens- und Bekenntnisfreiheit] [...]

(3) Niemand darf gegen sein Gewissen zum Kriegsdienst mit der Waffe gezwungen werden. Das Nähere regelt ein Bundesgesetz.



20 Locuções verbais funcionais

Ex.: Das Gesetz **tritt** am 11.9.1992 **in Kraft.**

*infinitivo:* in Kraft .... treten

A locução verbal funcional têm duas partes:

- A parte verbal quase já não tem significado. O seu papel é praticamente reduzido ao dum portador de funções gramaticais. (São frequentes os verbos *bringen, kommen, setzen, nehmen, halten.*)
- A parte nominal é que é o portador do significado (dicionário!)



**21 Identifique as locuções verbais funcionais nestas frases.  
Procure-as no dicionário.**

- a) Seine Dissertation zum Zivilprozeßrecht stellt die herrschende Meinung in diesem Punkt in Frage.
- b) Der Beklagte hat dem Zeugen zur Kenntnis gebracht, daß es sich um unbezahlte Rechnungen handelte.
- c) Die Bibliothek steht der Öffentlichkeit zur Verfügung.
- d) Das Gericht gelangte zu der Überzeugung, daß Vorsatz nicht vorlag.
- e) Es muß in Betracht gezogen werden, daß Schuldausschließungsgründe vorliegen.



**22 “zu” + infinitivo**

**Uma oração infinitiva é completada com “zu”.**

Ex.: Er ist frei, auch ungerechte Rechtssätze zu setzen.

\* Em geral, as orações infinitivas são destacadas por vírgula.

**“zu”, em verbos com prefixo separável, insere-se entre o prefixo e a parte principal do verbo.**

Ex.: Max und Moritz angelten das gebratene Geflügel aus dem Schornstein heraus, ohne hierbei mit einem großen Teil des Körpers in den Schornstein einzudringen.



**23 Defina a função de “zu” nas seguintes frases:**

- |                               |   |
|-------------------------------|---|
| 1 – complemento do infinitivo | 3 – preposição                                    |
| 2 – prefixo separável         | 4 – partícula de escalares<br>(demasiado, demais) |

- a) Max und Moritz haben sich die gebratenen Hühner rechtswidrig zugeeignet.
- b) Sie haben den fremden Gewahrsam zu dem Zeitpunkt gebrochen, als es ihnen gelang, die Hühner herauszuangeln.
- c) Es ist notwendig, die einschlägige Rechtsprechung zu ähnlichen Fällen zu berücksichtigen.
- d) Herr Y ist zu schnell gefahren.

## TEXTO V B

### Offene Stellen

### Stellen-Sozietätsgesuche

Verband der Wohnungswirtschaft, der zugleich genossenschaftlicher Prüfungsverband ist, mit Sitz in Berlin sucht den/die

## Justitiar/in

zur selbständigen Bearbeitung aller die Wohnungswirtschaft betreffenden Rechtsfragen, insbesondere auf den Gebieten Wohnungsbauförderungsrecht, Mietrecht, Bau- und Bauplanungsrecht, Steuerrecht und Unternehmensrecht. Sein/ihr Augenmerk wird auch der Rechtsentwicklung auf dem Gebiet der DDR zu gelten haben.

Neben der rechtlichen Beratung der Mitglieder und der Verbandsorgane gehören die rechtliche Interessenvertretung und die Durchführung von Informations- und Fortbildungsveranstaltungen zu seinem/ihrer Aufgabengebiete. Die erfolgreiche Ausübung dieser Tätigkeit setzt neben überdurchschnittlichen juristischen Kenntnissen, nachgewiesen durch Prädikatsexamina, die Fähigkeit zum selbständigen Auftreten, Kreativität und Flexibilität sowie kollegialen und partnerschaftlichen Umgang mit den Verbandsmitgliedern und den Kollegen voraus.

Der/die Stelleninhaber/in ist unmittelbar dem zuständigen Vorstandsmitglied unterstellt.

Bewerbungen mit den üblichen Unterlagen werden an den **Verband Berliner Wohnungsbau-genossenschaften und -gesellschaften e.V., Lentzeallee 107, 1000 Berlin 33, Herrn Burkardt** – persönlich – erbeten. Vertraulichkeit wird zugesichert.

#### Rechtsanwältin

30 J., ledig, bay. Examen 12/89, mehrjährige Tätigkeit in renommiertester Fachanwaltskanzlei, Schwerpunkt Verwaltungsrecht und allg. Zivilrecht; fundierte EDV-Kenntnisse; mit Engagement, gewandtem Auftreten und Kontaktfähigkeit; in ungekündigter Stellung; sucht Tätigkeit bei Verband, Rechtsanwalt oder Unternehmen in Bayern, Eintritt kurzfristig möglich. Zuschriften erbeten unter F 7869 an NJW, Postfach 110241, 6000 Ffm. 11.

#### Assessorin

27 J., led., ortsungebunden, 2. Ex. ausr., Stationsnoten 10,8 P. Wahlfächer: 1. Ex.: Handels- u. Gesellschaftsrecht; 2. Ex.: Familienrecht; gute Englischkenntnisse, Französisch in Grundzügen; flexibel u. einsatzfr.; sucht Anfangsstellung bei RA, Verband, Versicherung, Behörde, o.ä. Zuschriften erbeten unter F 7874 an NJW, Postfach 110241, 6000 Ffm. 11.

**Größere Anwaltskanzlei im Ruhrgebiet** sucht jungen, dynamischen Kollegen. Prädikats-examen Voraussetzung. Tel.-Nr.: 02365/10020.

#### JURISTISCHES REPETITORIUM

sucht Fachhochschullehrer, Richter, Anwälte, Referendare als

#### Dozenten

in allen größeren Universitätsstädten.

Bitte richten Sie Ihre Bewerbung an: Dr. Grannemann & von Fürstenberg, Juristische Lehrgänge, Marienstraße 8, 7800 Freiburg, Telefon: 0761/39090.

#### Assessor

29 J., led., 1. Ex. befr. (8,06 P), 2. Ex. ausr. (6,22 P), kontaktfreudig u. engagiert, Ausbildung in Würzburg, Köln, Freiburg, Stationsnoten durchschnittl. oberes vollbefr., Schwerpunkt Wirtschaftsrecht, Neigung zum Arbeitsrecht, PC-Erfahrung, Englischkenntnisse, sucht verantwortungsvolle Tätigkeit in Unternehmen oder Anw.kanzlei. Zuschriften erbeten unter F 7858 an NJW, Postfach 110241, 6000 Ffm. 11.

Junger, dynamischer Rechtsanwalt, Steuerberater oder WP zum 1. 8. 90 oder später für

#### Bürogemeinschaft

in bestehender Anwaltskanzlei im Bodenseeraum gesucht. Zuschriften erbeten unter F 7857 an NJW, Postfach 110241, 6000 Ffm. 11.

#### Rechtsanwältin

sehr engagiert, in sehr lebhaftem Allgemeinkanzlei zur selbständigen Mitarbeit, bei angenehmen Bedingungen gesucht.

RA Hans Dorn, Lindenberg/Allgäu Schillerstraße 1  
Tel. 08381/4031

## Modernes Vertragsmanagement

Wir sind ein erfolgreiches, konzernunabhängiges Unternehmen der Werbewirtschaft. Als Partner von Agenturen und marktorientierten Unternehmen kön-

nen wir auf ein kontinuierliches Wachstum zurück- schauen.

Für unser Management-Team suchen wir in direkter Zuordnung zu unserem kaufmännischen Geschäftsführer den

# Leiter Vertragswesen

Ihre Aufgabe liegt in der Steuerung mehrerer Abteilungen, die für die Pflege, Erhaltung und Erweiterung der Vertragsbestände unseres Unternehmens zuständig sind. Sie führen dabei Verhandlungen mit wichtigen Partnern, z. B. Immobilienverwaltungs-Gesellschaften, Handelsorganisationen oder kommunalen Verwaltungen. Das vielseitige Aufgabengebiet wird durch Arbeiten in der Administration, der Organisation und der Mitarbeiterführung ergänzt. Wir suchen in dieser Position eine erfahrene Führungskraft mit qualifizierter kaufmännischer oder ju-

ristischer Ausbildung. Fundierte Erfahrungen im Vertrags- oder Organisationsbereich der privatwirtschaftlichen oder kommunalen Gebäudewirtschaft wären von Vorteil.

Führungs- und Verhandlungsfähigkeiten sowie Organisationsstärke und ein detailorientierter Arbeits-

stil runden unsere Anforderungen ab. Wenn Sie bis etwa 45 Jahre alt sind und weiterführende Informationen wünschen, stehen Ihnen unsere Berater, die Herren Dr. Walter Jochmann und Christof Fertsch-Röver, unter Telefon 02261/703157 gerne zur Verfügung. Sie sichern Ihnen absolute Vertraulichkeit zu.

Ihre Bewerbungsunterlagen (tabellarischer Lebenslauf, Zeugniskopien, Lichtbild, Gehalt, Eintrittstermin) senden Sie bitte unter der Kennziffer 863674 an Postfach 10 05 52, 5270 Gummersbach.



## Kienbaum und Partner

Internationale Personal- und Unternehmensberater

Gummersbach, Düsseldorf, Berlin, Frankfurt, Hamburg, Karlsruhe, München, Zürich, Wien,  
Los Angeles, San Francisco, São Paulo, Johannesburg



**24 Leia, por favor, os anúncios**

- a) Em quais destes anúncios se procura uma oferta de emprego?
- b) Em quais se oferece um lugar?
- c) Em quais destes anúncios se trata duma actividade do ramo económico?
- d) Em quais se trata de uma actividade junto a uma associação?
- e) Em quais se trata de uma actividade como advogado?

**25 Anúncio n.º 10**

- a) Quem procura?
- b) Quem é procurado?
- c) Quais as tarefas em jogo?
- d) Quais as qualificações que o procurado deve possuir?



**26 Procure os complexos verbais nos anúncios 1 e 10 e marque-os. Indique qual o tipo de complexo verbal em cada caso:**

- |                               |               |
|-------------------------------|---------------|
| A verbo com prefixo separável | D futuro      |
| B locução verbal funcional    | E voz passiva |
| C pretérito perfeito          | F verbo modal |



**27 Lembre-se de anotar e memorizar as palavras novas que nesta lição considera importantes para si. Não se esqueça das locuções verbais funcionais!**

## LIÇÃO VI



- 1 O TEXTO VI A trata de um documento que representa um marco na transição da idade média para a idade moderna na história alemã do direito.

**Na história jurídica de Portugal, também há “marcos” de transição para a idade moderna?**

**Quando e como se verificou a mudança para a concepção do direito e da jurisprudência modernas?**

- 2 De que espécie de texto se trata? Qual supõe ser o conteúdo do TEXTO VI A ?

**Escreva algumas hipóteses.**

---

---

---

---

### TEXTO VI A

158 **Peinliche Gerichtsordnung Kaiser Karls V. von 1532**

6 ungez. Bl., 29 Bl., H. 38 cm, B. 18 cm  
Frankfurter Druck von 1571, Titelblatt: Holzschnitt von Hermann tom Ring, gedruckt in Münster 1571 durch Dietrich Tzwyvel  
Münster, Westfälische Universitätsbibliothek, 4 an E<sup>3</sup> 1931<sup>c</sup> Sondermag.

- Die Peinliche Gerichtsordnung Kaiser Karls V. von 1532 (Constitutio Criminalis Carolina, CCC), die das prozessuale und materielle Strafrecht neu ordnete, ist als eines der wichtigsten Dokumente der deutschen Strafrechtsgeschichte anzusehen. Ihre Bedeutung liegt in der Ablösung mittelalterlicher Strafrechtstraditionen und im Schritt zur Vereinheitlichung des territorial zersplitterten Strafrechts. Sie wirkte bis in die Aufklärung hinein.

Um die Wende zum 16. Jahrhundert wurden im zeitgenössischen Strafrecht erhebliche Mängel gesehen. Dazu gehörte eine gewisse Rechtsunsicherheit wegen des Eindringens oberitalienischen und kanonischen Rechtsdenkens und wegen der territorialen Uneinheitlichkeit, wegen der oft willkürlichen Grausamkeit der Strafen und der Zulassung formaler Beweismittel (Gottesurteil, Reinigungseid u. a.) sowie wegen des privatrechtlichen Prinzips, Verbrechen nur zu verfolgen, wenn ein Kläger auftrat.

Gestützt auf Vorarbeiten des Juristen Johann Freiherr von Schwarzenberg, dessen Constitutio Criminalis Bambergensis (1507) z.T. wörtlich übernommen wurde, formuliert die CCC entscheidende Prinzipien eines neuen strafrechtlichen Denkens:

- Sie führt den Inquisitionsprozeß ein. Das heißt vor allem, daß der Richter Straftaten von Amts

30 wegen verfolgt, auch wenn kein Kläger auftritt (Offizialprinzip) und daß der Angeklagte durch »objektive« Beweismittel (Geständnis, Indizien, Zeugen) zu überführen ist. Um das wichtigste Beweismittel, das Geständnis des Angeklagten, zu erzwingen, ist unter genau festgelegten Umständen die Folter zugelassen.

35 – Der Richter erhält eine Doppelrolle: Er führt die Untersuchung gegen den Angeklagten im Prozeß und er spricht das Urteil. An sein beruf-

liches Ethos und an seine Ausbildung werden 40 besondere Anforderungen gestellt.

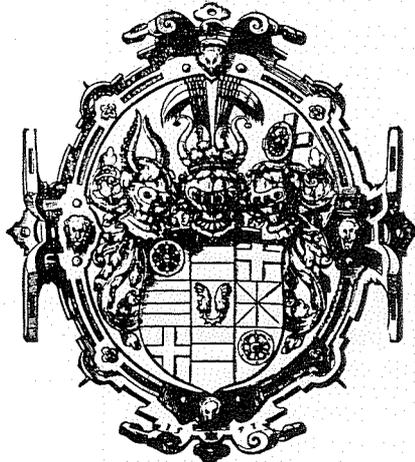
– Es gilt das Prinzip der Schuldhaftung. Bei der Strafzumessung werden Vorsatz, Versuch, Fahrlässigkeit und Schuldfähigkeit berücksichtigt. 45

– Bei der Zumessung der Strafen kann der Richter die besonderen Umstände eines Falles berücksichtigen.

– Die Strafen gelten aber noch der Vergeltung und der Unschädlichmachung des Täters; der Gedanke einer Resozialisierung durch Strafen kommt erst gegen Ende des 16. Jahrhunderts auf. 50

### Des Allerdurchleuchtigsten/

Größtmächtigen/Hubertwindelichen Kaiser Caroli des Sunff-  
ten/ vnd des Heiligen Römischen Reichs Princlich Wei-  
rliches Ordnung/ auff den Reichstagen zu Augsp-  
burg vnd Regenspurg In Jahren xxx.  
vnd xxxii. gehalten/auffgerichtet  
vnd beschloffen.



Nur dießo durch den Hochwürdigsten in Gott Fursten vnd Herren/  
Hein Johan Bischoffen zu Münster / vnd Administratori der  
Stifften Osnabrugk vnd Paderborn etc. In Jahr J. G. Stiff  
Münster/ derselben würcklich nachzusehen/ publicirt. Im Jahr  
M. D. LXXJ.

Nach ersten Anregungen des Reichskammerger-  
richts von 1497/98 waren mehr als drei Jahrzehnte 55  
vergangen, bis die CCC auf den Reichstagen von  
Augsburg (1530) und Regensburg (1532) verab-  
schiedet wurde. Es galt, zuvor die partikularisti-  
schen Interessen der Territorien zu überwinden.  
Dies geschah durch eine Kompromißlösung: Eine 60  
sog. salvatorische Klausel bestimmte, daß die  
CCC nur subsidiäre Gültigkeit haben sollte, daß  
ihre Bestimmungen also nur anzuwenden waren,  
wenn andere Rechtsbestimmungen dem nicht ent-  
gegenstanden. Trotzdem erfuhr sie eine sehr breite 65  
Wirkung, die auf ihrer überzeugenden inhaltlichen  
Qualität beruhte. Die CCC diente vielen territo-  
rialen Gerichtsordnungen als Vorbild, so etwa der  
lippischen Peinlichen Prozeßordnung von 1600  
des Grafen Simon VI. 70

Das hier ausgestellte Exemplar ist 1571 erschienen.  
Es handelt sich um einen Frankfurter Druck, der  
mit einem Titelblatt aus der Offizin des münster-  
schen Druckers Dietrich Tzwyvel junior versehen  
wurde. Das Titelblatt zeigt das Wappen des mün- 75  
sterschen Bischofs Johann von Hoya in einem  
Holzschnitt von Hermann tom Ring.

*R. Lieberwirth, Carolina. In: Handwörterbuch zur deut-  
schen Rechtsgeschichte 1. Berlin 1971. Sp. 593f. – A. Laufs,  
Rechtsentwicklungen in Deutschland. Berlin, New York  
1978. S. 84–93. Dort weiterführende Literaturangaben.*

De: Renaissance im Weserraum. Ausstellung im Schloß Brake bei Lemgo. Bd. I. Katalog. Berlin 1989. Pp. 118, 119.



3 Resuma em Português e numa só frase o texto até à linha 10.

---



---



---

4 Leia o texto até a linha 70. Ligue os rectângulos de acordo com o texto:

a ideia encontra-se  
na linha n.º

	1	não há o princípio da oficialidade	_____
	2	processo inquisitório	_____
A	3	a tortura ( <i>Folter</i> ) é restringida	_____
	4	meios de prova: indícios, confissão, testemunho	_____
	5	arbitrariedade e insegurança jurídica	_____
B	6	o juiz é jurista	_____
	7	o juiz investiga e julga	_____
C	8	as penas são às vezes excessivamente cruéis ( <i>grausam</i> )	_____
	9	só existe penalização em caso de culpa	_____
	10	a pena com o objectivo de reinserção social	_____
	11	no processo são válidas provas formais	_____

5 Em que linhas do texto se encontram as seguintes ideias?

- a) Os trabalhos da CCC, das primeiras iniciativas até à sua aplicação, demoraram mais de 30 anos. \_\_\_\_\_
- b) A partir de 1532, a CCC entrou em vigor em todos os territórios do Sacro Império Romano Germânico, mas apenas como direito subsidiário. \_\_\_\_\_
- c) Mesmo assim, a CCC teve grande influência. \_\_\_\_\_
- d) A CCC serviu como modelo ao direito processual de muitos territórios do Império. \_\_\_\_\_

6 Como se chama o jurista que preparou e elaborou o texto da CCC?

Qual a sua obra principal? \_\_\_\_\_



7 Represente a estrutura dos seguintes sintagmas nominais como fez na lição IV.12.:

- a) als eines der wichtigsten Dokumente der deutschen Strafrechtsgeschichte (l. 4-5)
- b) in der Ablösung mittelalterlicher Strafrechtstraditionen (l. 6-7)
- c) im Schritt zur Vereinheitlichung des territorial zersplitterten Strafrechts (l. 7-9)
- d) wegen der oft willkürlichen Grausamkeit der Strafen und der Zulassung formaler Beweismittel (l. 16-18)
- e) die partikularistischen Interessen der Territorien (l. 58-59)
- f) der lippischen peinlichen Prozeßordnung von 1600 des Grafen Simon VI. (l. 68-70)

\* Em 7 c), *territorial* não é declinado, portanto não está em dependência directa de *Strafrecht* (como adjectivo!), mas sim de *zersplitterten* (como advérbio!).  
=> do direito penal “estilhaçado” territorialmente.



8 A oração subordinada com elemento de ligação

Ex.: Eine sog. salvatorische Klausel bestimmte, **daß** die CCC nur subsidiäre Gültigkeit haben sollte, **daß** ihre Bestimmungen also nur anzuwenden waren, **wenn** andere Rechtsbestimmungen dem nicht entgegenstanden.

\* Orações subordinadas são destacadas por vírgulas (cf. lição IV.7.).

Na oração subordinada com um elemento de ligação, este forma com o verbo conjugado uma estrutura comparável à “fronteira verbal” (cf. lição III.17). O predicado está em último lugar e, no caso de um complexo verbal separado, vem sempre na posição:

Ex.: ....., **die** das prozessuale und materielle Strafrecht neu ordnete, .....

....., **bis** die CCC auf den Reichstagen von Augsburg (1530) und Regensburg (1532) verabschiedet wurde.

...., **elemento de ligação** ..... **complexo verbal**, ....

O elemento de ligação aparece frequentemente como

- pronome relativo (der, die, das / welcher / was)
- pronome interrogativo, começando com "w" (wie, was, wer, ...)
- conjunção subordinadora<sup>1</sup> (daß, weil, da, wenn, als, ob, ...)

Se o verbo tiver prefixo separável, este aparece antes da parte conjugada do verbo.

Ex.: ... die CCC, **welche** ein neues strafrechtliches Denken voraussetzt, ..



9 Procure outras orações subordinadas com elemento de ligação. Assinale o elemento de ligação:  e as partes conjugadas e não conjugadas do complexo verbal:



10 O pronome relativo

a) O pronome relativo como complemento no nominativo:

Die Peinliche Gerichtsordnung [...], **die** das [...] Strafrecht neu ordnete, ist als eines der wichtigsten Dokumente [...] anzusehen.

Es geht hierbei um die Frage, ob Idealkonkurrenz vorliegt, **was** Meier (1965) untersucht.

<sup>1</sup> Há dois tipos de conjunções: a conjunção subordinadora introduz uma oração subordinada, enquanto a conjunção coordenadora (*denn, aber, und, oder*) introduz uma oração principal.

b) *O pronome relativo como complemento no acusativo:*

Der Vermittlungsausschuß, **den** der Bundesrat anrief, konnte keine Lösung finden.

c) *O pronome relativo como complemento no dativo:*

Der Termin, **dem** die Parteien schon zugestimmt hatten, mußte erneut verschoben werden.

d) *O pronome relativo como complemento no genitivo:*

Die Schriftform, **deren** dieser Vertrag bedarf, ist nicht eingehalten worden.

e) *O pronome relativo como atributo no genitivo (em Português muitas vezes "cujo")*

Die Vorarbeiten des Juristen Johann Freiherr von Schwarzenberg, **dessen** Constitutio Criminalis Bambergensis z.T. wörtlich übernommen wurde, waren für die CCC sehr wichtig.

f) *O pronome relativo pode ser precedido por uma preposição:*

Der Jurist, von **dem** die CCC vorbereitet wurde, hieß v. Schwarzenberg.

## 11 A oração condicional

a) **A oração condicional com conjunção subordinadora**

Ex.: Die CCC wurde nur angewendet, **wenn** / **falls** andere Rechtsbestimmungen dem nicht im Wege standen.

\* *wenn*, além do significado modal («se»), pode também ter um significado temporal («quando»).

b) **A oração condicional sem elemento de ligação**

O verbo conjugado aparece em primeiro lugar:

Ex.: **Standen** andere Rechtsbestimmungen dem nicht entgegen, (so) wurde die CCC angewendet.

c) Outras expressões com significado de condição:

angenommen, daß	=> suponhamos que / supondo que
es sei denn, daß	=> a não ser que
gesetzt den Fall, daß	=> pondo a hipótese de
im Fall, daß	=> no caso de + infinitivo
unter der Bedingung, daß	=> na condição de + infinitivo
vorausgesetzt, daß	=> no pressuposto de + infinitivo

## 12 A oração final

Uma oração final pode ser introduzida por uma conjunção subordinadora

**damit**, **so daß** e às vezes **daß**

Ex.: Die CCC führte den Inquisitionsprozess ein, **damit** auch dann Verbrechen verfolgt wurden, wenn kein Kläger auftrat.

Uma oração infinitiva introduzida por “um” também tem um significado final:

Ex.: **Um** das Geständnis des Angeklagten **zu** erzwingen, ist die Folter zugelassen.



## 13 Nas seguintes frases, “um” introduz uma oração final ou trata-se de uma preposição?

- Um sein Urteil zu begründen, braucht der Richter Beweise.
- Um das Urteil gab es eine kontroverse Auseinandersetzung in der Presse.
- Wenn der Täter in einen umschlossenen Raum einbricht, um sich eine fremde bewegliche Sache zuzueignen, dann handelt es sich um einen besonders schweren Fall von Diebstahl.



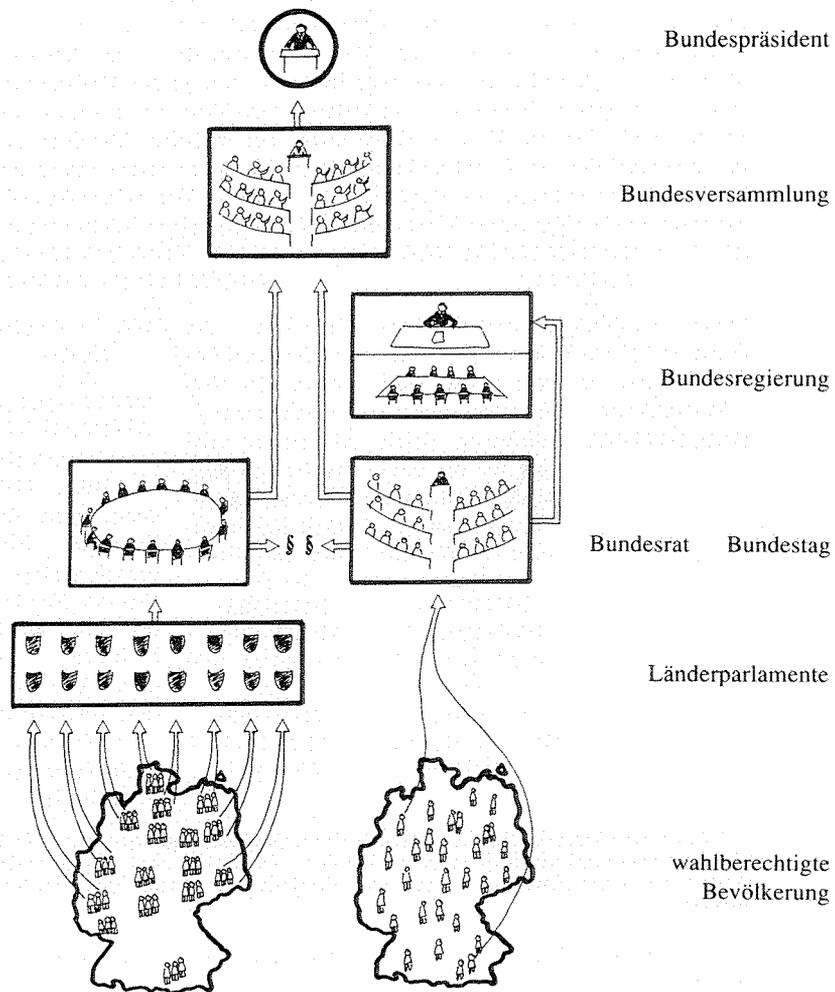
#### 14 A pergunta indirecta

Uma pergunta indirecta é introduzida por **ob** (pergunta de decisão: resposta sim ou não) ou por um **pronome interrogativo**:

Ex.: Er fragt: "Ist das Buch schon da?" = Er fragt, **ob** das Buch schon da ist.  
Er fragt: "Wann kommt das Buch?" = Er fragt, **wann** das Buch kommt.



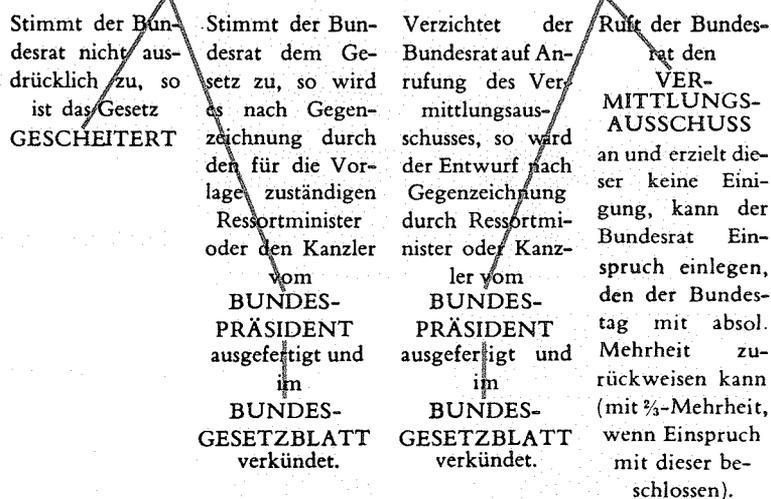
#### 15 Explique a relação entre os diversos órgãos do Estado, traduzindo o nome de cada um para Português:



## TEXTO VI B

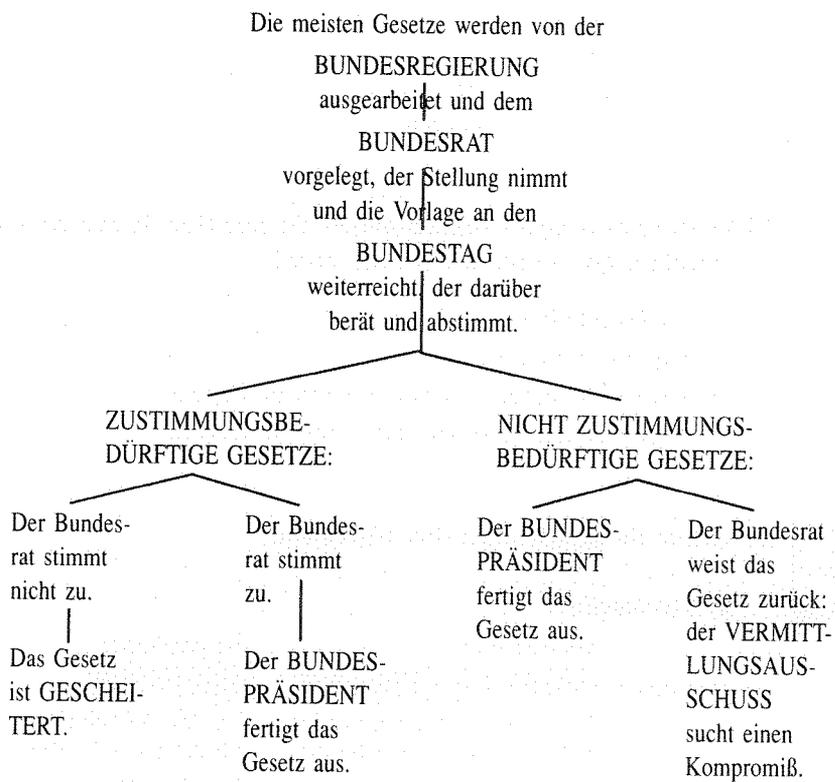
### DER WEG DER GESETZGEBUNG

Die Gesetzesinitiative kann von der Bundesregierung, vom Bundesrat oder von Mitgliedern des Bundestages ausgehen. In der größten Zahl der Fälle werden Gesetzentwürfe von der BUNDESREGIERUNG vorgelegt. Regierungsvorlagen werden von den Referenten in den Ministerien ausgearbeitet, zusammen mit einer Begründung über den federführenden Minister dem Kabinett unterbreitet und von diesem beraten. Im Falle der Billigung legt die Bundesregierung sie dem BUNDESRAT vor, der in diesem sog. „Ersten Durchgang“ dazu Stellung nehmen und Änderungsvorschläge machen kann. Zusammen mit diesen reicht der Bundesrat die Vorlage über die Bundesregierung, die gegebenenfalls zu diesen Änderungsvorschlägen ihrerseits begründete Stellung nimmt, an den BUNDESTAG weiter, der in drei Lesungen über die Vorlage berät. Der Bundestag kann die Vorlage zur Vorbereitung seiner Beratungen auch an einen oder mehrere Ausschüsse verweisen. In jeder Lesung wird über die Vorlage abgestimmt. Bei einfacher Mehrheit und in Ausnahmefällen bei Zweidrittelmehrheit ist das Gesetz angenommen und wird nunmehr wiederum dem BUNDESRAT vorgelegt. Der weitere Gang des parlamentarischen Verfahrens ist abhängig von der Frage, ob es sich handelt um ZUSTIMMUNGSBEDÜRFTIGE oder um NICHT ZUSTIMMUNGSBEDÜRFTIGE GESETZE\*



\* Auch diese kann der Bundesrat an den *Vermittlungsausschuß* leiten, was jedoch die Zustimmungsbefähigung nicht berührt. Bundestag und Bundesregierung können bei Zustimmungsgesetzen ebenfalls den Vermittlungsausschuß anrufen.

de: Rechtswörterbuch. Begründet von Carl Creifelds. Hg. v. Lutz Meyer-Gossner. München<sup>10</sup> 1990. p. 1418



\* Algumas formas são irregulares:

gut, besser, beste; hoch, höher, höchste; nahe, näher, nächste; viel, mehr, meiste; gern, lieber, liebste; wenig, minder, mindeste ou weniger, wenigste

\* partículas de comparação: **als** -> **superioridade / inferioridade**  
**wie** -> **igualdade**

## b) Uso do comparativo

1. “Hiernach wird ein Täter schärfer bestraft.”

=> ...é punido mais pesadamente (TEXTO V A, 1.27)

Radbruch schreibt, “[...] , daß es ein höheres Recht gebe als das Gesetz, ein Naturrecht [...].”

=> ...um direito superior à lei (TEXTO IV, 1.15s.)

2. “in allen größeren Uni-Städten”

(Não são cidades pequenas, mas também não são necessariamente muito grandes.) (TEXTO V B, anúncio 4)

“größere Anwaltskanzlei”

(Não é um escritório pequeno, mas também não é muito grande.) (TEXTO V B, anúncio 7)

## c) Uso do superlativo

Die CCC “ist als eines der wichtigsten Dokumente der deutschen Strafrechtsgeschichte anzusehen.”

=> um dos documentos mais importantes (TEXTO VI A, 1.4)

“Um das wichtigste Beweismittel [...] zu erzwingen, [...]”

=> o meio de prova mais importante (TEXTO VI A, 1.33-35)

“In der größten Zahl der Fälle [...]”

=> na maior parte dos casos (TEXTO VI B, 1.2)

Am deutlichsten ist dieses Problem im Lehrbuch dargestellt.

=> é apresentado mais claramente (da forma mais clara possível)

## LIÇÃO VII

### 1 Tente entender o vocabulário do TEXTO VII A com a ajuda do dicionário.

\* *Kündigung* refere-se tanto ao empregado como ao patrão:  
*despedimento / rescisão.*

### TEXTO VII A

■ CIP-Titelaufnahme der Deutschen Bibliothek

**Brox, Hans:**

Arbeitsrecht / von Hans Brox. – 9., neubearb. Aufl. – Stuttgart;

Berlin; Köln: Kohlhammer, 1989

(Kohlhammer-Studienbücher: Rechtswissenschaft)

Bis 8. Aufl. u.d.T.: Brox, Hans: Grundbegriffe des Arbeitsrechts

ISBN 3-17-010753-4

#### Inhaltsverzeichnis

	Seite	Rdnr.
<b>Kapitel 7: Die Beendigung des Arbeitsverhältnisses</b> . . . . .	94	177
<b>A. Kündigung</b> . . . . .	94	177
1. Ordentliche Kündigung . . . . .	94	178
1. Kündigungserklärung . . . . .	95	179
2. Kündigungsfristen . . . . .	98	184
3. Anhörung des Betriebsrats/Sprecherausschusses und Kündigungsschutz . . . . .	100	189
II. Außerordentliche Kündigung . . . . .	101	190
1. Kündigungserklärung . . . . .	101	191
2. Kündigungsgrund . . . . .	101	192
3. Ausschußfrist . . . . .	103	193
4. Verzicht und Verzeihung . . . . .	105	194
5. Anhörung des Betriebsrats/Sprecherausschusses . . . . .	105	195
6. Umdeutung . . . . .	105	196
III. Allgemeiner Kündigungsschutz nach dem Kündigungsschutzgesetz . . . . .	105	197
1. Geltungsbereich des KSchG . . . . .	107	198
2. Soziale Rechtfertigung der ordentlichen Kündigung . . . . .	107	199
3. Geltendmachung der Unwirksamkeit der ordentlichen Kündigung . . . . .	110	204
4. Geltendmachung der Unwirksamkeit der außerordentlichen Kündigung . . . . .	113	209
5. Änderungskündigung und KSchG . . . . .	113	210
6. Massenentlassungen und KSchG . . . . .	115	211

IV. Besonderer Kündigungsschutz für bestimmte Arbeitnehmergruppen . . . . .	115	212
1. Mutterschutz . . . . .	116	212
2. Schwerbehindertenschutz . . . . .	116	213
3. Kündigungsschutz für betriebsverfassungsrechtliche Funktionsträger . . . . .	117	214
4. Sonstige Fälle eines besonderen Kündigungsschutzes . . . . .	118	215
<b>B. Sonstige Beendigungsgründe . . . . .</b>	<b>118</b>	<b>216</b>

## TEXT VII B

### II. Außerordentliche Kündigung

Die außerordentliche Kündigung ist die vorzeitige Kündigung aus wichtigem Grund, die jedem Vertragspartner zusteht und bei der eine Kündigungsfrist nicht eingehalten zu werden braucht. Im Gegensatz zur ordentlichen Kündigung ist sie auch bei Arbeitsverhältnissen möglich, die auf bestimmte Zeit eingegangen sind. Sie erfolgt meistens fristlos.

Die außerordentliche Kündigung setzt eine Kündigungserklärung und einen Kündigungsgrund voraus.

#### 1. Kündigungserklärung 191

Auch die außerordentliche Kündigung muß von einer Vertragspartei der anderen erklärt werden. Im einzelnen gilt das oben (Rdnr. 179 ff.) zur ordentlichen Kündigung Gesagte entsprechend. [...]

#### 2. Kündigungsgrund 192

Nach § 626 I BGB kann jede Vertragspartei aus wichtigem Grund ohne Einhaltung einer Kündigungsfrist kündigen, wenn Tatsachen vorliegen, aufgrund deren dem Kündigenden unter Berücksichtigung aller Umstände des Einzelfalles und unter Abwägung der Interessen beider Vertragsteile die Fortsetzung des Arbeitsverhältnisses bis zum Ablauf der Kündigungsfrist oder bis zur vereinbarten Beendigung des Arbeitsverhältnisses nicht zugemutet werden kann.

Ein *wichtiger Grund* zur Kündigung liegt vornehmlich dann vor, wenn der Vertragspartner seine Vertragspflichten gröblich verletzt hat.

Beispiele: Beharrliche Weigerung, den Pflichten aus dem Arbeitsvertrag nachzukommen; schwere Verstöße gegen die betriebliche Ordnung oder den Betriebsfrieden (BAG 41, 150: Tragen einer „Anti-Strauß-Plakette“); strafbare Handlungen wie Diebstahl, Unterschlagung, Sachbeschädigung, Betrug, grobe Beleidigung gegenüber dem Vertragspartner. [...]

Immer kommt es auf die Umstände des Einzelfalles an; die Interessen des einen Vertragspartners an der Beendigung und des anderen Teils an der Fort-

30 führung des Arbeitsverhältnisses sind gegeneinander abzuwägen. Vor allem ist zu beachten, daß es sich bei der Kündigung aus wichtigem Grund um das äußerste Mittel handelt. Es muß dem Kündigenden *unzumutbar* sein, das Arbeitsverhältnis bis zum Ablauf der ordentlichen Kündigungsfrist oder bis zum vereinbarten Ende fortzusetzen.

So wird es im Falle einer kurzen Kündigungsfrist meist zumutbar sein, statt einer fristlosen eine fristgemäße Kündigung auszusprechen.

35 Ein wichtiger Grund setzt nicht notwendigerweise ein Verschulden des Vertragspartners voraus. So kann etwa die Tatsache, daß der Arbeitnehmer zur Fortsetzung der Arbeit unfähig wird, sowohl den Arbeitgeber als auch den Arbeitnehmer zur fristlosen Kündigung berechtigen.

40 Kündigt der Arbeitgeber wegen einer lang andauernden Krankheit des Arbeitnehmers fristlos, so ist ein besonders strenger Maßstab anzulegen, da der Arbeitnehmer in diesen Fällen besonders schutzbedürftig ist (vgl. BAG 33, 1); regelmäßig dürfte eine ordentliche Kündigung dem Arbeitgeber zuzumuten sein. [...]

45 Wird der Arbeitgeber von dritter Seite (z. B. von Kunden, von einer Gewerkschaft) unter Druck gesetzt, einen bestimmten Arbeitnehmer sofort zu entlassen, so kann die daraufhin erfolgte *Druckkündigung* rechtmäßig sein, wenn der Arbeitgeber sich zuvor schützend vor den Arbeitnehmer gestellt hat und ihm schließlich keine andere Möglichkeit bleibt, einen unzumutbaren eigenen Schaden abzuwenden (BAG AP Nr. 1, 3, 8, 10 zu § 626 BGB Druckkündigung; Blaese, DB 1987, 178).

50 Aus dem Grundsatz der Verhältnismäßigkeit folgt, daß einer Kündigung im Regelfall eine Abmahnung als das mildere Mittel vorausgehen muß (vgl. Falkenberg, NZA 1988, 489; Hunold, BB 1986, 2050; Beckerle/Schuster, Die Abmahnung, 1988). Dadurch soll dem Arbeitnehmer Gelegenheit gegeben werden, sein bisheriges fehlerhaftes Verhalten zu ändern und seine Vertragspflichten ordnungsgemäß zu erfüllen, andernfalls er mit einer Kündigung zu rechnen  
55 hat (Warnfunktion). Ausnahmsweise ist eine Abmahnung aber entbehrlich, wenn eine Änderung des Verhaltens nicht zu erwarten ist (z. B. weil der Arbeitnehmer – etwa infolge seiner körperlichen Verfassung – dazu nicht in der Lage oder erklärtermaßen dazu nicht willens ist) oder wenn das Vertrauensverhältnis durch eine schwere Pflichtverletzung (z. B. vorsätzliche strafbare Handlung gegenüber dem Arbeitgeber) derart zerstört worden ist, daß es nicht wieder hergestellt werden kann.  
60

Die Abmahnung erfolgt durch eine Erklärung gegenüber dem Vertragspartner, die einen Hinweis auf eine bestimmte Pflichtverletzung sowie eine deutliche und ernsthafte Aufforderung zur Aufgabe des genannten Fehlverhaltens zu enthalten hat; dem Arbeitnehmer muß deutlich werden, daß andernfalls der Bestand des Arbeitsverhältnisses gefährdet ist. Eine Frist, innerhalb derer die Abmahnung vorzunehmen ist, besteht nicht  
65 (BAG DB 1986, 1075). [...]

70 § 626 BGB stellt *zwingendes Recht* dar. Das Kündigungsrecht kann deshalb durch Einzel- oder Kollektivvertrag weder ausgeschlossen noch eingeschränkt werden, weil das zu einer unerträglichen Beeinträchtigung der persönlichen Freiheit des betroffenen Vertragspartners führen würde. Das Recht zur außerordentlichen Kündigung kann auch nicht vertraglich erweitert werden, weil damit die gesetzlichen Mindestkündigungsfristen umgangen würden (BAG AP Nr. 8, 67 zu § 626 BGB; Fall b).



**2 Leia o TEXTO VII B com a ajuda do glossário.**

**Em que linhas se encontram as seguintes ideias?                      linha(s)**

- a) O despedimento (rescisão) excepcional é de ultima ratio. \_\_\_\_\_
- b) O despedimento (rescisão) excepcional deve ser precedido por um pré-aviso. \_\_\_\_\_
- c) Uma definição do termo “despedimento (rescisão) excepcional” \_\_\_\_\_
- d) Exemplos de “fundamentos importantes” para um despedimento excepcional. \_\_\_\_\_
- e) Num(a) despedimento (rescisão) excepcional deve existir um fundamento e uma declaração de despedimento (rescisão). \_\_\_\_\_
- f) Também pode haver “fundamentos importantes” sem culpa de uma das partes. \_\_\_\_\_
- g) O contrato de trabalho, como a lei prevê, não pode excluir nem limitar o despedimento. \_\_\_\_\_
- h) Um “fundamento importante” é a infracção grave dos deveres resultantes do contrato de trabalho. \_\_\_\_\_
- i) É condição de despedimento (rescisão) exceptional que não se possa mais exigir de uma das partes que prolongue a relação de trabalho. \_\_\_\_\_
- j) Em cada caso concreto é de ponderar o interesse de uma das partes no termo da relação de trabalho contra o interesse da outra parte no seu prolongamento. \_\_\_\_\_



**3 Sublinhe os pronomes relativos e defina os elementos aos quais se referem: linhas 2 e 66.**

**4 Sublinhe o sujeito de cada oração da frase: linhas 13-18.**



**5 haben / sein + zu + infinitivo**

Ex.: Die Interessen **sind** gegeneinander abzuwägen. (1.1-6)  
= Die Interessen **müssen** gegeneinander abgewogen werden.

Die CCC bestimmte, daß unter genau festgelegten Umständen die Folter zuzulassen ist.

= Die CCC bestimmte, daß unter genau festgelegten Umständen die Folter zugelassen werden kann.

Der Antragsteller **hat** die Entscheidung zunächst abzuwarten.

= Der Antragsteller muß die Entscheidung zunächst abwarten.

**sein + zu + infinitivo = müssen, können - com voz passiva**  
(obrigação, necessidade, possibilidade)  
negação também: **nicht dürfen**

**haben + zu + infinitivo = müssen, negação também: nicht dürfen**



#### 6 Substitua as construções com “sein” ou “haben” pelos verbos modais “müssen” ou “können”, conforme o exemplo dado:

- Vor allem ist zu beachten, daß es sich um das äußerste Mittel handelt.
- Eine Frist, innerhalb derer die Abmahnung vorzunehmen ist, besteht nicht.
- In der Regel hat der Vertragspartner zuerst eine Abmahnung zu geben.
- Eine Abmahnung ist entbehrlich, wenn eine Änderung des Verhaltens nicht zu erwarten ist.



#### 7 Formação de palavras

der Kündigende => “aquele que está a despedir”

Substantivo formado a partir do participio I:

**kündigend + terminação = der Kündigende**

O sujeito está a exercer uma actividade momentânea.

der Gekündigte => “aquele que é despedido”

Substantivo formado a partir do participio II:

**gekündigt + terminação = der Gekündigte**

O sujeito sofreu uma acção.

der Lehrer => o professor  
 der Arbeitnehmer => "aquele que toma o trabalho", o empregado  
 Substantivo formado a partir da raiz do verbo:

lehren: lehr + er = der Lehrer  
 nehmen: nehm + er = der (Arbeit)nehmer

O sujeito exerce uma actividade duradora ou profissão.

\* A forma feminina junta o sufixo **-in**: die Richter**in**, pl. die Richter**innen**.

**8 Forme substantivos a partir dos verbos seguintes.  
 Qual é o significado em Português?**

	richten	geben	prüfen	beraten	informieren	ausbilden	suchen
der Richtende							
der Gerichtete		-					
der Richter					der Informant		



**9 Advérbios pronominais**

**da(r) + preposição** Ex.: dafür => para isso; darin => nisso  
**hier + preposição** hierfür => para isso  
**wo(r) + preposição** wofür => para o que

Trata-se de uma estrutura de correlação. O advérbio pronominal usa-se para substituir ideias ou objectos que já foram mencionados.

Ex.: Aus dem Grundsatz der Verhältnismäßigkeit folgt, daß einer Kündigung im Regelfall eine Abmahnung als das mildere Mittel vorausgehen muß. **Dadurch** soll dem Arbeitnehmer Gelegenheit gegeben werden, sein bisheriges fehlerhaftes Verhalten zu ändern.

O advérbio pronominal também pode referir-se a orações subordinadas posteriores:

*Ex.:* Er denkt **darán**, das Arbeitsgericht anzurufen.



**10 Sublinhe o advérbio pronominal. Determine qual é a ideia ou o objecto a que se refere em cada caso:**

- a) Ausnahmsweise ist eine Abmahnung aber entbehrlich, wenn eine Änderung des Verhaltens nicht zu erwarten ist (z.B. weil der Arbeitnehmer dazu nicht in der Lage ist).
- b) Das Recht der außerordentlichen Kündigung kann auch nicht vertraglich erweitert werden, weil damit die gesetzlichen Mindestkündigungsfristen umgangen würden.
- c) Um die Wende zum 16. Jahrhundert wurden im zeitgenössischen Strafrecht erhebliche Mängel gesehen. Dazu gehörte eine gewisse Rechtsunsicherheit.
- d) Hinsichtlich einer Tötung des X hatte A keinen Vorsatz. Es fehlt damit schon an dem für den Eventualvorsatz wenigstens erforderlichen intellektuellen Element.
- e) A hatte nicht damit gerechnet, daß er X treffen könnte.
- f) Max und Moritz angelten das gebratene Geflügel aus dem Schornstein heraus, ohne hierbei mit einem großen Teil des Körpers in den Schornstein einzudringen.
- g) Sie betraten widerrechtlich das Grundstück der Witwe Bolte, womit sie Hausfriedensbruch begingen.

## LIÇÃO VIII



1 Traduza, com a ajuda do glossário, o título e o subtítulo do TEXTO VIII A.

2 Atendendo ao tipo da publicação, qual será provavelmente o conteúdo deste texto?

### TEXTO VIII A

Politik

Frankfurter Allgemeine

Montag, 18. Februar 1991, Nr. 41 / Seite 5

#### ZEITUNG FÜR DEUTSCHLAND

### **In Brandenburg kommt die Überprüfung der Richter nicht voran**

Warten auf die Informationen aus Salzgitter und vom Stasi-Beauftragten / Mehr als 6000 Juristen fehlen

Ws. POTSDAM, 17. Februar. Im Land Brandenburg ist noch kein Richter oder Staatsanwalt, der schon zu Zeiten der DDR im Amt war und jetzt vorläufig weiteramtiert, durch die Richterwahl- beziehungsweise Staatsanwaltsberufungsausschüsse überprüft worden. Ein positiver Abschluß eines solchen Überprüfungsverfahrens aber ist zwingend vorgeschrieben, wenn ein bisheriger DDR-Richter oder -Staatsanwalt auch künftig in einem der neuen Bundesländer oder in Berlin weiterhin Richter oder Staatsanwalt sein will.

Überprüft wird, ob der Richter oder Staatsanwalt die persönlichen und sachlichen Voraussetzungen für das Amt besitzt. Nach einem laut Einigungsvertrag fortgeltenden Beschluß der Volkskammer der DDR haben die Ausschüsse vor allem die

20 folgenden Voraussetzungen für die Beru-  
fung zu prüfen: „Treue zum freiheitlichen,  
demokratischen, föderativen, sozialen und  
ökologisch orientierten Rechtsstaat; mora-  
lische und politische Integrität; fachliche  
25 Eignung und Fortbildungsbereitschaft; be-  
rufsethische Eigenschaften“. Wegen dieser  
strengen Kriterien wird vermutlich nur ein  
kleiner Teil der Richter und Staatsanwälte  
nach der Überprüfung wieder als Richter  
30 oder Staatsanwalt berufen werden kön-  
nen.

Die bereits gebildeten Ausschüsse konn-  
ten ihre Arbeit jedoch noch nicht beginnen,  
weil es bisher nicht möglich war, zunächst  
35 die Mitglieder dieser Ausschüsse selbst zu  
überprüfen. Dazu ist es notwendig, von der  
Zentralen Erfassungsstelle der Landesju-  
stizverwaltungen in Salzgitter und der Ber-  
liner Behörde des Bundesbeauftragten für  
40 die Verwaltung der Stasi-Akten Auskünfte  
darüber zu erhalten, ob dort über die Aus-  
schußmitglieder Erkenntnisse über rechts-  
staatswidriges Verhalten oder eine Tätig-  
keit für das Ministerium für Staatssicher-  
45 heit vorliegen. Wegen Arbeitsüberlastung  
der Behörde für die Verwaltung der Stasi-  
Akten sind deren Auskünfte noch nicht  
eingegangen. In Potsdam werden sie jedoch  
„jeden Tag dringend erwartet“.

50 Das im Einigungsvertrag vorgesehene  
Datum für den Abschluß der Überprüfung  
der Richter und Staatsanwälte, der 15.  
April, wird aber in keinem Fall eingehalten  
werden können. Darauf hat Justizminister  
55 Bräutigam jetzt hingewiesen und zugleich  
deutlich gemacht, daß äußerste Sorgfalt bei  
der Überprüfung der Richter und Staatsan-  
wälte, die weiterhin beschäftigt werden wol-

len, wichtiger sei als die Einhaltung von  
60 Fristen. Vermutlich könnten die Ausschüs-  
se erst Mitte März ihre Arbeit aufnehmen.  
Im Potsdamer Justizministerium rechnet  
man damit, daß alle noch im Amt befindli-  
chen Richter und Staatsanwälte, die sich in  
65 Brandenburg um Weiterbeschäftigung be-  
werben, im Laufe des ersten Halbjahres  
überprüft werden können.

Daß es bisher in Brandenburg noch nicht  
zu einem Stillstand der Rechtspflege ge-  
70 kommen ist, hält der Justizminister fast für  
ein Wunder. Die aus den alten Bundeslän-  
dern – vor allem aus Nordrhein-Westfalen  
– nach Brandenburg abgeordneten Richter  
reichen bei weitem nicht aus. In den näch-  
75 sten Jahren werden im Land Brandenburg  
angesichts der sprunghaft zugenommenen  
Verfahren – vor allem in Arbeitsrechts-Sa-  
chen – 800 bis 1000 Richter und Staatsan-  
wälte benötigt.

80 Nach den Berechnungen der Justizmini-  
ster der fünf neuen Länder fehlen ihnen zur  
Aufrechterhaltung einer geordneten  
Rechtspflege angesichts der auf die Gerichte  
zukommenden Prozeßflut insgesamt  
85 etwa 4500 Richter, 1000 Staatsanwälte und  
1300 Rechtspfleger vor allem für das  
Grundbuch- und Liegenschaftswesen. Man  
sei daher auf „West-Leihgaben“ dringend  
angewiesen. Bisher haben aber erst 130  
90 Richter aus den alten Bundesländern – Ver-  
waltungs-, Sozial- und Finanzrichter – ihre  
Tätigkeit in der ehemaligen DDR aufge-  
nommen.



**3 Leia as afirmações que se seguem. A que parágrafo se refere cada uma?**

*linha ... à ...*

- a) São matérias de avaliação perante uma comissão, aspectos profissionais e de conduta pessoal e política. \_\_\_\_\_
- b) Como falta um número enorme de juristas, a jurisdição em Brandenburg corre o risco de paralizar. E o problema agravar-se-á com o grande aumento de processos previsto para o futuro. \_\_\_\_\_
- c) Como ainda não foi possível verificar a integridade dos membros da comissão de avaliação, esta comissão ainda não começou a trabalhar. \_\_\_\_\_
- d) Em Brandenburg, ainda não houve nenhuma avaliação de juizes e de promotores da ex-RDA, processo este que é indispensável para que eles possam continuar ao serviço. \_\_\_\_\_
- e) Não vai ser possível cumprir o prazo para a avaliação previsto pelo tratado de unificação. \_\_\_\_\_

**4 Estas afirmações estão certas? Assinale e indique as linhas do texto onde se encontra a respectiva informação.**

*não sim linhas*

- a) A instituição das comissões de avaliação é uma decisão do Bundestag (parlamento federal).      o   o   \_\_\_\_\_
- b) Uma vez que faltam muitos juristas com formação, a maioria dos juizes e promotores não será avaliado pelas comissões.      o   o   \_\_\_\_\_
- c) É por motivo de sobrecarga de serviço que ainda não foi possível examinar os membros das comissões no que respeita a um eventual envolvimento no serviço secreto da ex-RDA.      o   o   \_\_\_\_\_
- d) É muito provável que a avaliação dos juizes e promotores seja levada a cabo até Junho próximo.      o   o   \_\_\_\_\_

- e) Há juizes procedentes dos antigos Estados da RFA a trabalhar em Brandenburg.      o   o   \_\_\_\_\_
- f) Só para as conservatórias do registo predial é que há um número suficiente de funcionários.      o   o   \_\_\_\_\_



## 5 Discurso indirecto / referência indirecta

Existem vários indicadores a sinalizar uma referência indirecta a um texto primário / um discurso directo:

- |  |  |
|--|--|
| “Im Potsdamer Justizministerium rechnet man damit, daß alle [...] Richter und Staatsanwälte [...] im Laufe des ersten Halbjahres überprüft werden können.” (linha 62 à 67) | 1. <b>verbo</b> que sinaliza a referência<br>2. oração subordinada com a conjunção <b>daß</b> (pergunta indirecta: <b>ob</b> ou <b>pronome interrogativo</b> ) |
| “Man sei daher auf ‘West-Leihgaben’ dringend angewiesen.” (linha 87 à 89)  | 3. uso do <b>conjuntivo</b>  |
| “Die Zahl der Flüchtlinge [...] wird nach Ansicht des Europaparlamentariers [...] drastisch steigen.” (linha 42 à 45)  | 4. A referência à afirmação original pode ser feita por expressões como <b>nach Ansicht</b> => na opinião; <b>so, laut, nach</b> => segundo etc.               |

A referência indirecta / o discurso indirecto são quase sempre indicados por um, dois ou mais destes indicadores.

## 6 Formas do conjuntivo

Existem duas formas do conjuntivo cuja função na indicação da referência indirecta é idêntica. O **conjuntivo I** é derivado da raiz da 1.ª pessoa do plural no presente (corresponde morfológicamente ao presente do conjuntivo). O **conjuntivo II** é derivado da raiz da 1.ª pessoa do plural no pretérito imperfeito (corresponde morfológicamente ao imperfeito do conjuntivo) e, nos verbos fortes, a vogal radical é modificada se for a, o ou u (a->ä, o->ö, u->ü).

Nos dois casos, a terminação do conjuntivo é idêntica.

	conjuntivo I		presente do ind.		conjuntivo II		pretérito imperf.	
	v. fraco		v. forte					
<i>ich</i>	such-e	geb-e	such-e	geb-e	such-te	gäbe-e	such-te	gab
<i>du</i>	such-est	geb-est	such-st	gib-st	such-test	gäb-est	such-test	gab-st
<i>er/les/</i>								
<i>sie</i>	<b>such-e</b>	<b>geb-e</b>	<b>such-t</b>	<b>gib-t</b>	<b>sucht-te</b>	<b>gäb-e</b>	<b>such-te</b>	<b>gab</b>
<i>wir</i>	such-en	geb-en	such-en	geb-en	such-ten	gäb-en	such-ten	gab-en
<i>ihr</i>	such-et	geb-et	such-t	geb-t	such-tet	gäb-et	such-tet	gab-t
<i>sie</i>	such-en	geb-en	such-en	geb-en	such-ten	gäb-en	such-ten	gab-en

\* Existe ainda a possibilidade de usar uma construção com **würd-** + **infinitivo**

Ex.: Sie sagten, sie gäben mir das Buch.

= Sie sagten, sie würden mir das Buch geben.

### 7 Formas frequentes do conjuntivo na 3.ª pessoa

	conjuntivo I	conjuntivo II	infinitivo
<i>singular</i>	<u>sei</u>	<u>wäre</u>	sein
<i>plural</i>	<u>seien</u>	<u>wären</u>	
<i>singular</i>	<u>habe</u>	<u>hätte</u>	haben
<i>plural</i>	haben	<u>hätten</u>	
<i>singular</i>	<u>werde</u>	<u>würde</u>	werden
<i>plural</i>	werden	<u>würden</u>	
<i>singular</i>	<u>könne</u>	<u>könnte</u>	können
<i>plural</i>	können	<u>könnten</u>	
<i>singular</i>	<u>müsse</u>	<u>müßte</u>	müssen
<i>plural</i>	müssen	<u>müßten</u>	
<i>singular</i>	<u>solle</u>	sollte	sollen
<i>plural</i>	sollen	sollten	
<i>singular</i>	<u>dürfe</u>	<u>dürfte</u>	dürfen
<i>plural</i>	dürfen	<u>dürften</u>	

habe – as formas sublinhadas são diferentes da respectiva forma do indicativo

haben – as formas não sublinhadas são idênticas às do indicativo



- 8 Quais os indicadores da referência indirecta / do discurso indirecto nestas afirmações? Sublinhe na frase e assinala com
- A: verbo ou outra expressão que sinaliza a referência
  - B: oração subordinada com “daß” etc.
  - C: conjuntivo

A/B/C

- a) [Justizminister Bräutigam hat] deutlich gemacht, daß äußerste Sorgfalt [.....] wichtiger sei als die Einhaltung von Fristen. \_\_\_\_\_
- b) Vermutlich könnten die Ausschüsse erst Mitte März ihre Arbeit aufnehmen. \_\_\_\_\_
- c) Daß es bisher in Brandenburg nicht zu einem Stillstand der Rechtspflege gekommen ist, hält der Justizminister fast für ein Wunder. \_\_\_\_\_



- 9 Leia p.f. o título e o subtítulo do TEXTO VIII B . Qual será, provavelmente, o conteúdo deste artigo?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

## TEXTO VIII B

### Europa-Abgeordneter wirft EG Untätigkeit vor

# Europäische Asylregelung gefordert

## Weiterer Anstieg der Zahl der Flüchtlinge befürchtet

deu. Bonn (Eigener Bericht) – Der Asylbeauftragte der Sozialistischen Fraktion im Europaparlament, Detlev Samland (SPD), hat der Europäischen Gemeinschaft am 5 Mittwoch in Bonn Untätigkeit bei der Suche nach einer europäischen Asylregelung vorgeworfen. Es werde zu „großen Schwierigkeiten“ führen, wenn bis zur Einführung

des Europäischen Binnenmarktes Ende 1992 nicht die Unterschiede im Asyl- und Visumrecht in den zwölf Mitgliedsstaaten beseitigt würden. Die Forderung nach einer EG-einheitlichen Richtlinie zur Asylpolitik sei im Weißbuch der EG zur Vorbereitung des Binnenmarktes enthalten. Gleichwohl gebe es bislang lediglich Abkommen von

„zufällig zusammensitzenden Ländern“. Bei der 1989 beschlossenen Europäischen Asylverfahrensrechts-Konvention fehle 20 Dänemark; das Schengener Abkommen zur Abschaffung der Binnengrenzen bestehe nur zwischen sechs EG-Staaten. Folge sei, daß niemand die darin enthaltenen Rechte vor dem Europäischen Gerichtshof in Den 25 Haag einklagen könne.

© Samland legte ein Konzept für eine neue Flüchtlingspolitik in der Bundesrepublik und der EG vor. Er verlangte eine neue 30 Definition des Flüchtlingsbegriffs, weil immer mehr Menschen aus sozialen und nicht aus politischen Gründen ihre Heimat verließen. Alle Flüchtlinge sollten gleichgestellt werden, damit auch sogenannte „geduldete“ Asylbewerber in den Genuß 35 von Bildungsangeboten und Sprachunterricht kommen könnten. Die Verteilung der Flüchtlinge müsse EG-weit über eine Quote erfolgen. Nehme ein EG-Land Flüchtlinge über die Quote hinaus auf, hätten die anderen 40 Staaten finanzielle Ausgleichszahlungen zu leisten.

Die Zahl der Flüchtlinge, die in die EG drängen, wird nach Ansicht des Europa- 45 parlamentarikers in den kommenden Jahren drastisch steigen. Die größten Flüchtlingsströme seien aus Osteuropa und den südlichen Ländern zu erwarten. Ziel müsse daher sein, den Menschen in ihrer Heimat bessere Lebensbedingungen zu bieten. Samland attackierte den 1991 vorgesehe- 50 nen EG-Betrag von 1,7 Milliarden Mark zur Unterstützung Osteuropas als „lächerlich“. Nötig wären laut Samland für Osteuropa und die südlichen Staaten zwischen 100 und 140 Milliarden Mark pro Jahr, ein 55 Betrag, der in etwa den jährlich von der EG gezahlten Agrarsubventionen entspreche.

© Scharf griff Samland auch seinen Parteifreund, den saarländischen Innenminister Frieder Läpple an, der kürzlich verlangt 60 hatte, Asylbewerber in Sammellagern ohne Anspruch auf Sozialhilfe unterzubringen. Das sei „absoluter Unsinn“ und löse keines der anstehenden Probleme.

(Süddeutsche Zeitung, 22.2.1991)



### 10 O senhor Detlev Samland

*não sim l. do texto  
em caso  
afirmativo*

- |   |                          |                          |       |
|---|--------------------------|--------------------------|-------|
| a) é deputado do Parlamento Europeu em Estrasburgo            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ |
| b) é deputado do parlamento alemão em Bona                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ |
| c) é socialista   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ |
| d) critica a política de concessão de asilo do governo alemão | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ |
| e) critica a política europeia de concessão de asilo.         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | _____ |

**11 A que parágrafo do texto é que estas afirmações correspondem?**

*ao parágrafo  
A/B/C/D/E*

- a) Daqui em diante, um número cada vez maior de refugiados, procedentes principalmente da Europa de leste, pretenderá entrar na CE. \_\_\_\_\_
- b) Para melhorar o nível de vida nos Estados de origem dos refugiados, a CE deve pôr à disposição verbas substanciais. \_\_\_\_\_
- c) Samland propõe pôr em pé de igualdade os refugiados por motivos políticos e os por motivos sociais. \_\_\_\_\_
- d) O problema principal da actual política europeia de concessão de asilo é que não tem o apoio de todos os países da CE. \_\_\_\_\_
- e) Samland critica a proposta do ministro do interior do Estado de Sarre, proposta esta que sugere o alojamento colectivo de refugiados até que adquiram o estatuto de asilados políticos. \_\_\_\_\_
- f) Samland sugere que a distribuição de refugiados por todos os países da CE seja feita segundo uma quota previamente estabelecida. \_\_\_\_\_



**12 Identifique os verbos conjugados no TEXTO VIII B**

(sem dar atenção às formas do infinitivo ou aos participípios).

**Quais os que estão no indicativo, quais os que estão no conjuntivo?**

(Neste texto, as formas do conjuntivo indicam sempre o discurso indirecto.)



### 13 Outras funções do conjuntivo II

Entre outras funções, o conjuntivo II pode ainda cumprir as seguintes tarefas:

#### a) exprimir a possibilidade dum circunstância

*Ex.:* "A könnte einen Totschlag an X begangen haben."  
(TEXTO III A, linha 9)

=> A podia ter cometido um homicídio na pessoa de X.

#### b) exprimir a irrealidade nas frases condicionais irrealis

*Ex.:* a) Wenn die Länder Osteuropas von der EG mehr Hilfe bekämen, (dann) könnten sie sich schneller ökonomisch stabilisieren und es gäbe weniger Flüchtlinge.

*alternativa de igual significado:*

Bekämen die Länder Osteuropas von der EG mehr Hilfe, (dann) könnten sie sich schneller ökonomisch stabilisieren und und es gäbe weniger Flüchtlinge.

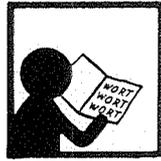
=> Se os países do Leste Europeu recebessem mais ajuda poderiam estabilizar economicamente mais depressa e haveria menos refugiados.

b) Wenn sie sich beworben hätte, (dann) hätte sie die Stelle sicher bekommen.

*alternativa de igual significado:*

Hätte sie sich beworben, (dann) hätte sie die Stelle sicher bekommen.

=> Se ela tivesse concorrido, de certeza ficaria com o lugar.



TEXTO IX A

## LIÇÃO IX

# ALLGEMEINER TEIL DES DEUTSCHEN BÜRGERLICHEN RECHTS

VON

DR. KARL LARENZ

EM. O. PROFESSOR  
AN DER UNIVERSITÄT MÜNCHEN

7. neubearbeitete Auflage



C.H. BECK'SCHE VERLAGSBUCHHANDLUNG  
MÜNCHEN 1989

§ 27. Der normale Vertragsschluß durch Willenserklärungen § 27

### B. Verträge

#### § 27. Der normale Vertragsschluß durch Willenserklärungen

*Literatur:* *Bailas*, Das Problem der Vertragschließung und der vertragsbegründende Akt, 1962; *Diederichsen*, Der logische Dissens, Festschr. der Juristischen Gesellschaft zu Berlin, 1984, S. 81 ff.; *Der Auslegungsdissens*, Festschr. für *Hübner*, 1984, S. 421 ff.; *Henrich*, Vorvertrag, Optionsvertrag.

Vorrechtsvertrag, 1965; *Hilger*, Die verspätete Annahme, AcP 185, 559; Ernst A. *Kramer*, Grundfragen der vertraglichen Einigung, 1972; *Leenen*, Abschluß, Zustandekommen und Wirksamkeit des Vertrages, AcP 188, 381; *Manigk*, Das Wesen des Vertragsschlusses in der neueren Rechtsprechung, JherJb. 75, 127; *Mayer-Maly*, Vertrag und Einigung, Festschr. f. *Nipperdey*, 1965, I S. 509; ders., Die Bedeutung des Konsenses in privatrechtsgeschäftlicher Sicht, in: *Rechtsgeltung und Konsens*, 1976; *Rolf Raiser*, Schadenshaftung bei verstecktem Dissens, AcP 127, 1; *Schlossmann*, Der Vertrag, 1876; *Schmidt-Rimpler*, Grundfragen einer Erneuerung des Vertragsrechts, AcP 147, 130; *Titze*, Die Lehre vom Mißverständnis, 1910; *Manfred Wolf*, Rechtsgeschäftliche Entscheidungsfreiheit und vertraglicher Interessenausgleich, 1970.

Unter den in § 18 IIa aufgeführten Arten von Rechtsgeschäften – nämlich den einseitigen Rechtsgeschäften, den Verträgen und den Beschlüssen – sind die wichtigsten die Verträge. Durch einen Vertrag binden sich die Vertragsschließenden wechselseitig (d. h. jeder sich und dadurch zugleich auch den anderen); sie setzen damit für ihr beiderseitiges Verhältnis eine Norm, die „lex contractus“ (oben § 2 IIc). Der Vertrag ist ein zweiseitiger Akt rechtlicher Geltungserzeugung<sup>1</sup> im Verhältnis der daran beteiligten Rechtssubjekte. Die von ihnen im Vertrag gesetzte Norm gilt grundsätzlich nur für sie selbst,<sup>2</sup> nicht, wie eine allgemeine Rechtsnorm, für eine unbestimmte Vielzahl von Personen und möglicher Anwendungsfälle. Die vertraglich gesetzte Norm ist daher, im Unterschied zu den in einem Gesetz oder einer Satzung enthaltenen Normen, keine „Rechtsnorm“ im Sinne des Art. 2 EGBGB, kein „Rechtssatz“ im technischen Sinne – es sei denn, es handle sich, wie bei dem normativen Teil eines Tarifvertrags, um einen sog. „Normenvertrag“.

15 Damit die von den Parteien getroffene Regelung im positivrechtlichen Sinne gilt, ist erforderlich, daß sie von der positiven Rechtsordnung als rechtsgültig anerkannt wird. Das ist im allgemeinen der Fall, wenn die vom Gesetz aufgestellten Voraussetzungen eines gültigen Rechtsgeschäfts, wie Geschäftsfähigkeit, Erklärung gegenüber dem Geschäftsgegner, Wahrung der etwa vorgeschriebenen

20 Form, vorliegen, der Vertrag nicht gegen ein gesetzliches Verbot oder die guten Sitten verstößt, keine zwingenden Gesetzesvorschriften entgegenstehen und, soweit die vertragliche Regelung auf einem Gebiete liegt, auf dem ein gesetzlicher „Typenzwang“ besteht, sie einem der zugelassenen Vertragstypen entspricht. In diesem Rahmen kann nach geltendem Recht jedermann Verträge mit einem

25 beliebig gewählten Partner abschließen (Abschlußfreiheit) und mit diesem den Inhalt der vertraglichen Regelung frei bestimmen (Freiheit der inhaltlichen Gestaltung). Das besagt der im Gesetz zwar nicht ausdrücklich ausgesprochene, aber von ihm vorausgesetzte und durch die Normierung seiner Grenzen mittelbar anerkannte Grundsatz der Vertragsfreiheit.<sup>3</sup>

30 Die im Vertrag getroffene Regelung gründet sich im Prinzip auf den sie in Geltung setzenden Willen der Vertragsschließenden selbst. Nur dann, wenn die vertragliche Regelung im Augenblick des Vertragsschlusses vom erklärten Willen beider Vertragspartner getragen ist, ist sie Ausdruck und Verwirklichung der Privatautonomie oder Selbstbestimmung eines jeden von ihnen.<sup>4</sup> Damit der Wille eines jeden im Verträge Geltung erlangen kann, muß er in einander entsprechenden

35 Geltungserklärungen beider, jeweils für den anderen Vertragspartner erkennbar, Ausdruck gefunden haben. Demnach erfordert der Vertrag grundsätzlich zwei Willenserklärungen der beiden Vertragspartner, die hinsichtlich des Inhalts der vertraglichen Regelung übereinstimmen und beide besagen, diese

40 Regelung *solle gelten*. Nur die Erklärungen beider zusammen vermögen die vertragliche Regelung in Geltung zu setzen; beide Erklärungen zusammen, in ihrer wechselseitigen Bezogenheit aufeinander, bilden „das Rechtsgeschäft“.<sup>5</sup> Ist auch

nur eine der beiden Erklärungen aus irgendeinem Grunde nichtig, so ist damit notwendig der Vertrag als zweiseitiges Rechtsgeschäft nichtig.

45 Das Gesetz unterscheidet die zum Vertragsschluß führenden Erklärungen der beiden Vertragspartner als „Antrag“ (Angebot, Offerte) und „Annahme“ des Antrags. Das Angebot für sich allein ist nichts anderes als ein Vorschlag, den der andere Teil dadurch, daß er ihn annimmt, zur von beiden übereinstimmend gesetzten Norm erhebt. Von welchem der Kontrahenten – ob vom Käufer oder  
50 vom Verkäufer, vom Mieter oder vom Vermieter, vom Besteller oder vom Werkunternehmer – das Angebot im einzelnen Fall ausgeht, ist gleichgültig. Erforderlich ist lediglich, daß die Erklärung des einen als ein Vertragsangebot, die des anderen als – rechtzeitige, uningeschränkte und vorbehaltlose – Annahme dieses Angebots gewertet werden kann. Wann das der Fall ist, und welche  
55 Folgen eintreten, wenn es an einer dieser Voraussetzungen fehlt, ist nunmehr darzustellen.

Der Unterschied von Angebot und Annahme wird dann bedeutungslos, wenn nicht die eine Partei der anderen einen fertigen Vorschlag zur Annahme unterbreitet, sondern wenn beide Parteien den Vertragstext gemeinsam aufsetzen und  
60 danach beide durch ihre Unterschrift ihr Einverständnis bekunden. In diesem Fall, so kann man sagen, befindet sich jeder zugleich in der Rolle des Antragenden und des Annahmenden. *Flume*<sup>5a</sup> spricht hier von einem „Vertragsschluß durch beiderseitige Zustimmung zu einem Vertragstext“. Das Gesetz erwähnt diese Art des Zustandekommens eines Vertrages nicht besonders, schließt sie  
65 aber auch nicht aus und setzt sie in § 154 Abs. 1 Satz 1 und in § 155 im Grunde voraus; *Leenen*<sup>5b</sup> bezieht sogar die §§ 154 und 155 auf sie allein. Im folgenden gehen wir von dem Normalfall des Vertragsschlusses durch die Annahme eines Vertragsangebots aus, kommen aber auf den genannten Sonderfall zurück.

<sup>1</sup> Wo die Parteien die rechtliche Bindung ausdrücklich ausschließen, da liegt kein Rechtsgeschäft und somit kein Vertrag im rechtlichen Sinne vor. Eine andere Frage ist, ob die Rechtsordnung eine Absprache, die von den Beteiligten zwar nicht als rechtlich bindend, aber doch als Einverständnis über das von ihnen zu beobachtende Verhalten gemeint ist, in bestimmten Hinsichten einem Vertrage gleich erachtet. Das hat der Gesetzgeber getan in § 25 Abs. 1 GWB.

<sup>2</sup> In die Rechtsstellung eines Dritten können die Vertragspartner grundsätzlich nicht eingreifen, sei es, daß sie ihm ein Recht entziehen oder eine Pflicht auferlegen könnten. Dies würde seiner Selbstbestimmung widerstreiten. Verträge können freilich in anderer Weise Interessen Dritter beeinträchtigen; hierzu *Martens*, Rechtsgeschäft und Drittinteressen, AcP 177, 113.

<sup>3</sup> Vgl. darüber Sch.R. I § 4. Zur Bedeutung des Grundgesetzes für die Vertragsfreiheit vgl. oben § 4 III. Skeptisch gegenüber dem Prinzip der Vertragsfreiheit *Zweigert*, „Rechtsgeschäft“ und „Vertrag“ heute, in *Festschr. f. Rheinstein*, 1969, Bd. II S. 493.

<sup>4</sup> Vgl. hierzu *Manfred Wolf* aaO. S. 59 ff.

<sup>5</sup> Weder das Angebot, noch seine Annahme sind, für sich allein genommen, bereits ein Rechtsgeschäft, da sie nur beide zusammen die Rechtsfolgen, auf die sie abzielen, herbeizuführen, den Vertrag als Regelung in Geltung zu setzen vermögen. Ebenso *MünchKomm/Kramer* 2 zu § 145, 2 zu § 151.

<sup>5a</sup> *Flume* § 34 II (S. 619). Vgl. auch *MünchKomm/Kramer* 1a zu § 145; *Ulrich Huber*, *RebelsZtschr.* 43, 435, 445; *Thiele* (oben vor § 24) S. 117 f.

<sup>5b</sup> aaO. S. 405 ff., 417.

## 1 A que parágrafos é que estas afirmações correspondem?

linha ..... à .....

- a) As declarações das partes que levam à conclusão do contrato são chamadas “proposta” e “aceitação”.

- b) Ao fechar um contrato, estabelece-se uma norma. \_\_\_\_\_
- c) Cada uma das partes pode fazer a proposta de um contrato: o inquilino ou o senhorio, o comprador ou o vendedor etc. \_\_\_\_\_
- d) Vigora o princípio da liberdade contratual, desde que não sejam violados os limites estabelecidos na lei. \_\_\_\_\_
- e) Se as partes aprovam o texto de um contrato formulado em conjunto, a distinção entre proposta e aceitação torna-se insignificante. \_\_\_\_\_
- f) A liberdade contratual inclui a liberdade de concluir ou não um contrato e a livre disposição quanto ao conteúdo do mesmo. \_\_\_\_\_
- g) Um contrato baseia-se em declarações de vontade coincidentes das partes. \_\_\_\_\_

**2 Responda às seguintes perguntas e indique, por favor, a(s) linha(s) do texto onde se encontra a respectiva informação.**

*linha(s)*

- a) Qual a distinção entre a “lex contractus” e uma norma jurídica geral?  
\_\_\_\_\_
- b) A lei pode impor condições gerais para a validade de um contrato. Quais as condições eventuais citadas no texto?  
– tem que haver: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_  
– o contrato não pode infringir:  
\_\_\_\_\_  
– o regulamento contratual tem que corresponder a:  
\_\_\_\_\_

c) No caso de um contrato cujo texto seja formulado em conjunto, não se pode distinguir entre a proposta e a aceitação. O que é que a lei diz sobre esta possibilidade de chegar à conclusão de um contrato?

linha(s)

d) Há uma frase que se refere ao conteúdo dos números seguintes do §27 do livro citado. Que informações é que se podem aí colher?

**3 Exprime em Português e com a ajuda do dicionário o conteúdo dos seguintes sintagmas nominais:**

a) die von ihnen im Vertrag gesetzte Norm (l. 7-8)

=> \_\_\_\_\_

b) den in einem Gesetz oder in einer Satzung enthaltenen Normen (l. 11)

=> \_\_\_\_\_

c) im Unterschied zu den in einem Gesetz oder einer Satzung enthaltenen Normen (l. 10-11)

=> \_\_\_\_\_

d) die von den Partnern getroffene Regelung (l. 15)

=> \_\_\_\_\_

e) die vom Gesetz aufgestellten Voraussetzungen eines gültigen Rechtsgeschäftes (l. 17-18)

=> \_\_\_\_\_

f) den sie in Geltung setzenden Willen der Vertragsschließenden (l. 30-31)

=> \_\_\_\_\_

g) die zum Vertragsschluß führenden Erklärungen der beiden Vertragspartner (l. 45-46)

=> \_\_\_\_\_

**4 Leia, por favor, o título e a indicação bibliográfica do TEXTO IX B.**

- a) Qual poderá ser o conteúdo do artigo?
- b) Quais as posições que a autora referirá presumivelmente?
- c) Tendo em vista o carácter da publicação, qual será o ponto de vista dela relativo a estas posições?

(O "Sozial-Report" é uma publicação periódica gratuita de Inter Naciones. Inter Naciones é uma das organizações mediadoras não estatais que realizam a política externa da RFA no ramo cultural.)

#### TEXTO IX B



Inter Naciones  
Kennedyallee 91-103  
D-5300 Bonn 2  
Telefon: 02 28 / 88 00  
Telex: 17 228 308 ind  
Telefax: 88 04 57

**Sozial-Report**

**9-91**

ISSN 0171 - 872X

S O N D E R T H E M A

Streikrecht und Aussperrung

- Arbeiter zwischen den Fronten -

Von Martina Bauer

Veröffentlichung frei - Belege erbeten. Free of charge - reprints requested.  
Publication libre - Prière d'envoyer des exemplaires justificatifs. Publicación libre - se agradecen comprobantes

Streikrecht und Aussperrung

- Arbeiter zwischen den Fronten -

Bonn - (INP). Nach einem sieben Jahre dauernden Rechtsstreit zwischen dem Betriebsrat (Arbeiter-Vertretung) des Bremer Zweigwerkes von Daimler-Benz und der Bundesanstalt für Arbeit in Nürnberg entschied Mitte 1991 das Bundessozialgericht in Kassel gegen die Arbeitsbehörde<sup>\*)</sup> und zog damit einen vorläufigen Schlußstrich unter eine exemplarische Auseinandersetzung.

Worum ging es?

Im Frühjahr 1984 kündigte die westdeutsche Gewerkschaft IG Metall die jeweils regional gültigen Tarifverträge. Sie wollte damit eine Vereinbarung über die Einführung der 35-Stunden-Woche unter Beibehaltung der vollen Löhne erzwingen. Weitere Forderungen betrafen die Struktur der Löhne, Gehälter und Ausbildungsvergütungen sowie eine zeitliche Begrenzung von angeordneter Mehrarbeit. Regelrechte Arbeitskämpfe entfalteten sich aber lediglich in zwei Bundesländern, nämlich in Baden-Württemberg und Hessen, wo große Produktionsstätten liegen. Aufgrund dieser Arbeitskämpfe kam es bald auch in der Automobilindustrie anderer Regionen zu Produktionsstörungen.

Bei Daimler-Benz in Bremen wurde ein Fertigungsbereich nach dem anderen stillgelegt, weil immer mehr Montageteile für die Autos ausblieben. Die Manager ordneten deshalb Kurzarbeit an. Der Betriebsrat beantragte daraufhin in Nürnberg die Gewährung von Kurzarbeitergeld. Die Bundesanstalt für Arbeit verweigerte jedoch diese Hilfe. Für die Gewerkschaft bedeutete

<sup>\*)</sup> (durch Gesetz 1952 geschaffene Körperschaft, der alle regionalen Arbeitsämter unterstehen).

dies, daß sie zusätzlich zu den regulären Streikgeldern auch die mittelbar vom Streik betroffenen Arbeitnehmer aus der Streikkasse unterstützen mußte.

Der Gewerkschaft drohte finanzieller Ruin in einer "klassischen" Auseinandersetzung um die Anerkennung und Sicherung des Streikrechts und seiner Ausübung.

Das Grundgesetz der Bundesrepublik Deutschland aus dem Jahre 1949 garantiert allen Berufstätigen "das Recht, zur Wahrung und Förderung der Arbeits- und Wirtschaftsbedingungen Vereinigungen zu bilden". Damit ist das Streikrecht verfassungsrechtlich geschützt. Seinen Inhalt und seine Grenzen festzulegen, oblag in der jungen Geschichte der Bundesrepublik der Rechtsprechung, in erster Linie also dem Bundesarbeitsgericht, das in mehreren Grundsatzentscheidungen Kriterien formuliert hat, an denen die Rechtmäßigkeit eines Streiks zu messen ist. (A)

Ein wichtiges Kriterium ist das Gebot der Verhältnismäßigkeit in tariflichen Auseinandersetzungen. Streik darf stets nur letztes Mittel (ultima ratio) nach Ausschöpfung aller Verständigungsmöglichkeiten sein, und er muß fair bleiben. Nach beendigem Streik müssen beide Seiten eine möglichst schnelle und umfassende Wiederherstellung des Arbeitsfriedens anstreben. Streiks können nur von Gewerkschaften geführt werden, und sie müssen stets den Abschluß von Tarifverträgen zum Ziel haben; politische Streiks sind nach deutschem Recht illegal. (B)

Die Freiheit zum Arbeitskampf ist jedoch nicht allein den Arbeitnehmern vorbehalten, sondern es gibt für die Arbeitgeberseite auch das Aussperrungsrecht. Dies bedeutet in der Praxis, daß bestreikte Firmen eine vorübergehende Nichtzulassung von Arbeitnehmern zur Arbeit, und zwar ohne die Weiterzahlung von Lohn, beschließen können. Die Aussperrung kann für alle Mitarbeiter oder nur für bestimmte Arbeitnehmergruppen gel- (C)

ten. Bei ihrer Festsetzung darf jedoch kein Unterschied gemacht werden zwischen Mitgliedern und Nichtmitgliedern der streikführenden Gewerkschaft.

Wenn man, wie das Bundesarbeitsgericht, Aussperrungen als Gegenstück zum Streik versteht, so ist es folgerichtig, daß der Unternehmer im bestreikten Betrieb aussperrern darf. Die "kalte" Aussperrung geht aber weiter: Der einzelne Arbeitnehmer verliert auch dann seinen Anspruch auf Lohnfortzahlung, wenn der Arbeitgeber ihn, aufgrund von Streiks in einem völlig anderen Betrieb, nicht weiterbeschäftigen kann. Juristisch begründet wird dies mit der sogenannten Betriebsrisikolehre: Die Unmöglichkeit der Beschäftigung wegen eines Streiks in einem anderen Betrieb gehöre in die "Sphäre" der Arbeitnehmer mit allen daraus resultierenden Folgen. (D)

Die Gewerkschaften sahen sich damals zunehmend von der Aussperrung betroffen - so in der Druckindustrie 1976 und 1978, in der Metallindustrie 1978 sowie in der Eisen- und Stahlindustrie 1978/79. Sie verstärkten deshalb ihre Forderung nach einem Aussperrungsverbot. Durch massenhafte Erhebung von Klagen bei den Arbeitsgerichten erreichten sie, daß sich das Bundesarbeitsgericht in den Folgejahren erneut mit der Aussperrung befaßte. (E)

Die Richter in Kassel haben grundsätzlich am Recht der Arbeitnehmer auf Aussperrung festgehalten, dabei aber die schon früher ebenfalls konstatierte prinzipielle Ungleichheit von Streik und Aussperrung betont. Sie lassen Aussperrung daher nur in der Form der "Abwehraussperrung" und in begrenztem Umfang gelten. (F)

Weiterhin wird die sogenannte Betriebsrisikolehre ins Feld geführt; bei Produktionsstörungen in Betrieben außerhalb des Streikgebiets sei mit Verschiebungen im Kräfteverhältnis zwischen den Tarifparteien zu rechnen. Für die betroffenen Arbeitnehmer außerhalb des Streikgebiets könnten also verminderte Beschäftigungs- und Vergütungsansprüche auftreten. Bei (G)

der Anordnung von Kurzarbeit wird den Betriebsräten nur ein begrenztes Mitbestimmungsrecht eingeräumt: die unternehmerische Entscheidung unterliegt nicht der Mitbestimmung, während  
95 die Modalitäten mit dem Betriebsrat gemeinsam festgelegt werden müssen.

Die Gewerkschaften protestierten zunächst, lenkten aber  
100 schließlich ein, weil sie davon ausgingen, daß die Bundesanstalt für Arbeit bei streikbedingter Kurzarbeit Lohnersatz zahlen würde. (H)

Die Bundesanstalt verweigerte die Zahlung des Kurzarbeitergeldes mit dem Hinweis auf das deutsche Arbeitsförderungs-gesetz, das diese Institution zur Neutralität bei Arbeitskämp-  
105 fen verpflichtet. Der häufig zitierte Paragraph 116 dieses wichtigen Gesetzes aus dem Jahre 1969 beginnt in seiner zu-letzt 1985 geänderten Fassung: Durch Gewährung von Arbeitslo-sengeld darf nicht in Arbeitskämpfe eingegriffen werden.

Vor 1969 hatten weder die unmittelbar von Arbeitskämpfen be-  
110 troffenen Arbeiter noch die nur mittelbar betroffenen, d.h. "kalt" ausgesperrten Arbeitnehmer Ansprüche auf Ersatzgelder, abgesehen von besonderen individuellen Härtefällen.

[... A seguir é delineado como é que se chegou à regulação actual.]

Nach den heute geltenden Vorschriften stellt sich bei Ar-  
beitskämpfen die Rechtslage für die betroffenen Arbeiter nun  
115 folgendermaßen dar:

- Im Streikgebiet erhalten Arbeitnehmer, die streiken oder  
ausgesperrt sind, sowie unmittelbar vom Arbeitskampf be-  
troffene Arbeitnehmer der gleichen Branche keine Lei-  
stungen der Bundesanstalt für Arbeit. Das war bisher so  
120 und gilt auch weiter. Konsequenz: die Gewerkschaft muß  
aus ihrer Streikkasse zahlen.
- Bei Arbeitsausfall in einer anderen Branche innerhalb  
oder außerhalb des Streikgebiets muß die Bundesanstalt  
für Arbeit immer zahlen. Diese Lücke im Gesetz ist jetzt  
125 geschlossen worden.

- Bei Arbeitsausfall außerhalb des Streikgebiets, aber in der gleichen Branche, erhalten Arbeitnehmer grundsätzlich Leistungen nach dem Arbeitsförderungsgesetz. Das gilt aber dann nicht, wenn in ihrem Tarifbezirk eine Forderung erhoben worden ist, die einer Hauptforderung des Arbeitskampfes gleicht. Außerdem muß erkennbar sein, daß dessen Ergebnis aller Voraussicht nach auch für ihren Tarifbezirk gelten wird.

Darüber aber befindet nicht der Präsident der Bundesanstalt allein, sondern ein Neutralitätsausschuß, dem neben dem Präsidenten je drei Vertreter der Arbeitgeber- und der Arbeitnehmerseite angehören. Gegen seine Entscheidungen können die am Arbeitskampf beteiligten Tarifparteien direkt beim Bundessozialgericht klagen. (I)

Die Unternehmer begrüßten diese Novellierung als Sicherung der Neutralität der Bundesanstalt für Arbeit. Die Gewerkschaften deuteten sie als weiteren Angriff auf ihr Streikrecht. (J)

Ein Konsens über den neuen § 116 AFG ließ sich allerdings nicht erzielen: Vor dem Bundesverfassungsgericht sind eine Verfassungsklage der IG Metall und eine Normenkontrollklage der SPD-Bundestagsfraktion anhängig. Während eine Entscheidung des höchsten Gerichts noch aussteht, haben die Verfassungsrichter in Karlsruhe im Juni 1991 eine Beschwerde der Arbeitgeber gegen ein Urteil des Bundesarbeitsgerichts abgewiesen, das seinerseits die bundesweite Aussperrung beim Druckerstreik von 1978 für rechtswidrig erklärt hatte.

Bei dem großen Druckerstreik von 1978 ging es der Gewerkschaft vor allem um erhöhten Schutz vor Rationalisierungsmaßnahmen; die neuen Technologien gefährdeten die Arbeitsplätze der Maschinensetzer. Als bereits sechs große Druckereien bestreikt wurden, beschlossen die Arbeitgeber für die ganze Bundesrepublik die Aussperrung. Schließlich standen 4 300 Streikenden etwa 130 000 Ausgesperrte gegenüber. Auf Klage der Gewerkschaft entschied das Bundesarbeitsgericht, daß diese Aussperrung unverhältnismäßig und damit rechtswidrig sei.

Das Bunderverfassungsgericht hat diese Rechtssprechung bestätigt und festgestellt, daß Arbeitskämpfmaßnahmen der Herstellung von Verhandlungsparität bei Tarifauseinandersetzungen dienen sollen.

Die Entscheidung wurde von Arbeitgeberseite und Gewerkschaften begrüßt. Während die Arbeitgeber unterstrichen, daß Karlsruhe die Aussperrung erstmals ausdrücklich in den verfassungsrechtlichen Schutz der Koalitionsfreiheit einbezogen habe, hoben die Gewerkschaften hervor, daß der Versuch der Arbeitgeber, das Streikrecht der Gewerkschaften zu unterlaufen, gescheitert sei.

Nach jahrzehntelangem Streit zwischen Gewerkschaft und Arbeitgebern steht nun fest, daß Arbeitgeber bei Arbeitskämpfen aussperren dürfen. Die Aussperrung aber muß dem Kräfteverhältnis "angemessen" sein.

(IN-Press)

#### Literaturhinweis

Arbeitskampf und Arbeitslosenversicherung, Der Streit um § 116 AFG, Demokratie und Recht 1986, Seite 27 - 38

Arbeitskampfrecht im Umbruch, Zur Zukunft von Streikfreiheit und Tarifautonomie, Monatszeitschrift des Wirtschafts- und Sozialwissenschaftlichen Instituts des Deutschen Gewerkschaftsbundes, 1986, Seite 227 - 237

Urteil des Bundessozialgerichts vom 5. Juni 1991, Az.: 7 RAR 26/89

Urteil des Bundesverfassungsgerichts vom 26. Juni 1991, Az.: 1 BvR 779/85

**5 Leia o texto até a linha 31 e responda:**

- a) Quem eram os participantes no processo mencionado no princípio do texto?

parte: \_\_\_\_\_ parte: \_\_\_\_\_

tribunal: \_\_\_\_\_

- b) Indique as reivindicações do sindicato dos metalúrgicos na primavera de 1984.

+ \_\_\_\_\_

+ \_\_\_\_\_

+ \_\_\_\_\_

**assinale:**

*sim não*

- |   |                          |                          |
|---|--------------------------|--------------------------|
| c) Só em Baden-Württemberg e Hessen é que houve greves.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| d) Houve interrupções de produção só em Baden-Württemberg e Hessen.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| e) A fábrica de Daimler-Benz em Bremen foi paralisada.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| f) A direcção daquela linha de montagem impôs trabalho reduzido.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| g) A comissão de trabalhadores de Daimler-Benz em Bremen pediu subsídios de desemprego parcial junto da Repartição de Trabalho ( <i>Arbeitsamt</i> ). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| h) A comissão de trabalhadores pagou o subsídio.  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| i) O sindicato pagou a indemnização de greve aos trabalhadores.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| j) Como o sindicato já estava arruinado financeiramente, não tinha condições para pagar a indemnização.   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

**6 Quais serão os tópicos tratados no resto do texto?**

a) \_\_\_\_\_ b) \_\_\_\_\_

c) \_\_\_\_\_ d) \_\_\_\_\_

**7 Leia agora da linha 113 até à 133.**

Nos casos referidos na tabela, quem é que deve pagar as indemnizações / os subsídios aos trabalhadores do ramo comercial X, sujeitos a um *lock-out* / a trabalho reduzido relacionado com uma greve na região tarifária A?

O sindicato ou a Repartição de Trabalho?

	<i>lock-out</i> ou trabalho reduzido	
	na região A	noutras regiões
greve no ramo X na região A	?	?
		excepção: Numa outra região há reivindicações tarifárias centrais iguais às da região A: ?
paralisação no ramo Z em consequência da greve no ramo X	?	?

**8 Leia agora da linha 32 à 112 e da linha 134 à 176. A que parágrafos é que as seguintes afirmações e apontamentos correspondem?**

*Indique a letra do respectivo parágrafo*

- a) Limitações legais do direito de greve.
- b) Na segunda metade da década de 1970, os sindicatos queriam que fosse consagrada a proibição do *lock-out*.
- c) Como é que o direito à greve se fundamenta legalmente?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- d) A direcção duma empresa tem o direito de impor trabalho reduzido. \_\_\_\_\_
- e) Embora esteja pendente uma acção de controlo da constitucionalidade do § 116 AFG no Tribunal Constitucional Federal, confirmou-se a jurisprudência segundo a qual o *lock-out* é legal, mas só na medida em que sirva ao estabelecimento da paridade de negociação entre os lados patronal e sindical. \_\_\_\_\_
- f) O Tribunal Federal do Contencioso Social em Kassel determinou que o *lock-out* só é legal como defesa contra uma greve. \_\_\_\_\_
- g) Hoje em dia, quem é que decide da concessão do subsídio de desemprego parcial (num dos casos em discussão)? \_\_\_\_\_
- h) O direito de *lock-out* por parte dos empregadores (greve patronal). \_\_\_\_\_
- i) *Lock-out frio*: *lock-out* por causa duma greve numa outra empresa. \_\_\_\_\_
- j) Anteriormente, no caso de trabalho reduzido por causa duma greve, a Repartição de Trabalho, em princípio, não pagava subsídios aos trabalhadores para não intervir em lutas laborais. \_\_\_\_\_

9 Quais os modelos que existem no direito penal para tratar do aborto? Quais estão em vigor em Portugal / em outros países?

10 Leia, p.f. a indicação bibliográfica, o título e os subtítulos do TEXTO IX C. Quais as informações que espera encontrar em cada um dos parágrafos?

TEXTO IX C

# Münchener Rechts-Lexikon

Band 3

R-Z

Redaktor

**Dr. Horst Tilch**

Generalsekretär des Bayer. Verfassungsgerichtshofes  
Vorsitzender Richter am Oberlandesgericht München



**C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung**

München 1987

## Schwangerschaftsabbruch

### A. Grundkonzeption des Gesetzes

Der Abbruch der Schwangerschaft – früher zu-  
meist als „Abtreibung“ bezeichnet – ist in den  
§§ 218 ff StGB einer relativ komplizierten Neure-  
5 gelung unterzogen worden. Sie folgt der sog  
„Indikationslösung“ dh, jeder Schwanger-  
schaftsabbruch ist im Prinzip strafbar, es sei  
denn, es greift ausnahmsweise einer der vom Ge-  
setz vorgesehenen Rechtfertigungsgründe (Indi-  
10 kationen) ein. Zwischenzeitlich galt die Fristenlö-  
sung, die jeden in den ersten 12 Wochen der  
Schwangerschaft vorgenommenen Abbruch  
straflos ließ. Das BVerfG hat im Jahre 1975 das  
Fristenmodell für verfassungswidrig erklärt  
15 (BVerfGE 39, S 1 (2) = NJW 1975, 573). Um  
gleichwohl zumindest bei der Schwangeren eine  
weitgehende Entkriminalisierung zu erreichen,  
hat die Neuregelung des 15. StÄG aus dem Jah-  
re 1976 (BGBl I 1213) weitreichende Sonderbe-  
20 stimmungen für die Schwangere getroffen (s da-  
zu unten C) und im übrigen die Indikationsfälle  
relativ weit gefaßt; sog „weites Indikationsmo-  
dell“ (s dazu unten D).

### B. Strafbarer Fremddabbruch

25 Ausgangspunkt der gesetzlichen Regelung ist  
die Strafbegründungsnorm des § 218 I StGB, die  
den Schwangerschaftsabbruch mit Freiheitsstrafe  
bis zu 3 Jahren oder mit Geldstrafe bestraft. In  
besonders schweren Fällen kann die Freiheitsstra-  
30 fe auf fünf Jahre erhöht werden. Tathandlung ist  
das Abbrechen der Schwangerschaft, worunter  
die Tötung der Leibesfrucht zu verstehen ist.  
Eingriffe vor Nidationsabschluß (ca 13 Tage nach  
Empfängnis) gelten nicht als Abbruchshandlung  
35 (§ 219 d StGB), weshalb der Einsatz von Intraute-  
rin-Pessaren, morning-after-Pillen etc völlig  
straffrei ist. Ist dieser Zeitraum verstrichen, so  
beginnt der eigentliche Schutz der Leibesfrucht.  
Ihre Abtötung kann erfolgen durch unmittelbare  
40 Einwirkung, zB Ausschaben, Absaugen, Perfo-  
ration. Es kommen aber auch Einwirkungen auf  
die Schwangere in Betracht, die mittelbar zum  
Absterben der Leibesfrucht führen; zB Verlet-  
zung oder Tötung der Schwangeren. § 218 StGB  
45 steht dann in Idealkonkurrenz mit den Körper-  
verletzungs- und Tötungsdelikten. Die Tat ist  
nur vorsätzlich begehbar. Der Versuch ist straf-  
bar (§ 218 IV 1 StGB).

### C. Strafbarkeit der Schwangeren

50 Führt die Schwangere den Abbruch selbst  
durch oder ist sie an der Tathandlung des Dritten  
beteiligt (zB Anstiftung oder Beihilfe), so gelten  
für sie folgende Besonderheiten:

1. Die Strafe beträgt Freiheitsstrafe bis zu ei-  
55 nem Jahr oder Geldstrafe (§ 218 III 1 StGB).

2. Wird der Abbruch innerhalb von 22 Wochen  
von einem Arzt vorgenommen und hat die  
Schwangere sich vorher sozial beraten lassen (s  
unten E.), so ist die Schwangere überhaupt nicht  
strafbar, sog „verkappte Fristenlösung“ des 60  
§ 218 III 2 StGB.

3. Wenn sich die Schwangere z Zt des Eingriffs  
in besonderer Bedrängnis befunden hat, so kann  
das Gericht von einer Bestrafung der Schwange-  
ren absehen, sog Bedrängnisklausel des § 218 65  
III 3 StGB.

4. Die Schwangere wird nicht wegen versuch-  
ten Schwangerschaftsabbruchs bestraft (§ 218  
IV 2 StGB).

5. Bei diesen Sonderregelungen handelt es sich 70  
um → besondere persönliche Merkmale, die gem  
§ 28 II StGB dem Dritten (zB dem Arzt) nicht  
zugute kommen.

### D. Die Indikationen

Die vier gesetzlich anerkannten Indikationen 75  
(Rechtfertigungsgründe) ergeben sich aus § 218 a  
StGB. Sie verdrängen als Spezialnormen den all-  
gemeinen rechtfertigenden Notstand des § 34  
StGB. Gemeinsame Voraussetzung aller Indika-  
tionen ist zunächst die Vornahme des Abbruchs 80  
durch einen Arzt. Ferner muß die Schwangere  
einwilligen, wobei die Einwilligungsfähigkeit  
nicht Geschäfts- sondern Verständnisfähigkeit  
voraussetzt (→ Einwilligung des Verletzten), die  
in diesen Fällen ab dem 16. Lebensjahr (Heirats- 85  
mündigkeit), uU aber auch schon vorher gege-  
ben sein dürfte.

#### 1. Medizinische Indikation

Ohne Fristeinschränkung ist ein Sch. zulässig,  
wenn er erforderlich ist, um eine Gefahr für das 90  
Leben oder die Gefahr einer schwerwiegenden  
Beeinträchtigung des körperlichen oder seeli-  
schen Gesundheitszustandes der Schwangeren  
abzuwenden und die Gefahr nicht auf andere für  
sie zumutbare Weise abgewendet werden kann 95  
(§ 218 a II Nr 2 StGB). Erfast werden Lebens-  
und Gesundheitsgefährdungen der Schwangeren.  
Dazu gehört zwar nicht schon jede Störung des  
sozialen Wohlbefindens, ebensowenig die nor-  
malerweise mit Schwangerschaft und Geburt 100  
verbundenen Belastungen, neben körperlichen  
Leiden kommen aber auch seelische Schäden in  
Betracht. Eine Lebensgefährdung kann auch in  
ernstlicher Suizidgefahr bestehen. Da gleichfalls 105  
solche Gefährdungen einbezogen werden, die  
sich durch Summierung wirtschaftlicher und fa-  
miliärer Belastungen als psychische Dauerüberla-  
stung niederschlagen können, ist diese Indikation  
keine rein medizinische mehr, sondern eine me- 110  
dizinisch-soziale.

### Parágrafo C

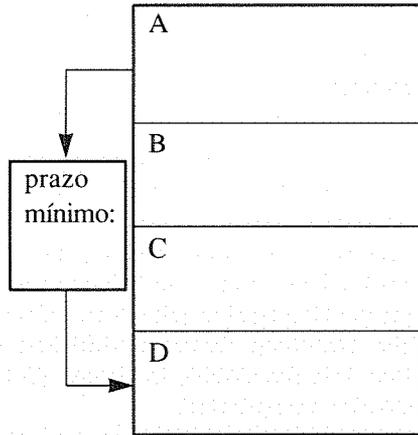
ameaça penal da mulher:	
Ela não é responsabilizada penalmente	a)
	b)
	c)

### Parágrafo D

aborto legal	
condição básica:	
indicações:	
1. aborto terapêutico	
aborto permitido:	aborto não permitido:
2. aborto eugénico	
condições:	
3. aborto por indicação ética	
aborto permitido:	aborto não permitido:
Quem é que decide?	
4. aborto por indicação social	
princípio:	
realidade:	

**Parágrafo E**

passos do processo:



Quem é competente em cada passo?

A \_\_\_\_\_

B \_\_\_\_\_

C \_\_\_\_\_

D \_\_\_\_\_

onde? \_\_\_\_\_

**Parágrafo F**

O seguro de doença paga:

- a) \_\_\_\_\_
- b) \_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_
- d) \_\_\_\_\_

**Parágrafo G**

objectivo da reforma do § 218 StGB:	
realidade:	
medidas actualmente em discussão:	

## TESTE FINAL

### TEXTO IX D

#### 7.8 Das Recht der Ordnungswidrigkeiten

- Für das Bagatellunrecht, für das Strafe als Sanktion zu schwerwiegend erscheint, ist der Begriff der Ordnungswidrigkeit eingeführt worden. Mit der *Definition*, daß die Ordnungswidrigkeit eine rechtswidrige und vorwerfbare Handlung ist, die mit einer Geldbuße geahndet werden kann (§ 1 Gesetz über Ordnungswidrigkeiten = OWiG), bezeichnet der Gesetzgeber den Unterschied zur Strafe. Die Differenzierung zwischen Straftat und Ordnungswidrigkeit nimmt der Gesetzgeber selbst vor, indem er in jedem Einzelfall ausdrücklich festlegt, welche Handlung Ordnungswidrigkeit und welche Straftat ist. Vergleichen Sie den Dritten Teil des OWiG, in dessen §§ 111–130 eine Fülle von Ordnungswidrigkeits-Tatbeständen geregelt sind. (A)
- 10 Durch die Umwandlung von Straftaten in Ordnungswidrigkeiten sind weite Bereiche des staatlichen Sanktionsrechts, insbesondere auch des früheren Verkehrsstrafrechts, „entkriminalisiert“ worden. (B)
- Die Rechtsfolge einer Ordnungswidrigkeit ist die Verwarnung ohne oder mit Verwarnungsgeld (von 5–75 DM; §§ 56 ff. OWiG in der ab 1. 4. 1987 geltenden Fassung) oder die Geldbuße von 5 bis 1000 DM, soweit nicht das Gesetz im Einzelfall höhere Beträge vorsieht (§ 17 OWiG). (C)
- 20 Der Zweck der Geldbuße liegt nicht darin, eine Tat zu sühnen, sondern eine bestimmte Ordnung durchzusetzen. Sie ist ein Appell an den Betroffenen, auch minder gewichtig erscheinende Gebote oder Verbote im Gemeinschaftsinteresse zu beachten. Daneben dient sie – vor allem im Wirtschaftsrecht – auch dem Zweck, die unter Verletzung von Ordnungsvorschriften erzielten Gewinne abzuschöpfen. Die angedrohten Geldbußen sind deshalb mitunter recht hoch; in einzelnen Gesetzen sind Geldbußen bis zu 100 000 DM und darüber angedroht (vgl. § 38 Abs. 4 KartellG). (D)

#### BEISPIEL 71 (E)

- 25 Manfred Ysop hatte am 28. 2. 1987, 14.15 Uhr, auf der Autobahn Nürnberg – Würzburg, km 301, mit seinem PKW, Fabrikat Ford, Kennzeichen Wü - Z 162, die an einer Baustelle zulässige Höchstgeschwindigkeit von 60 km/h um 17 km/h überschritten. Auf dem mit einer Spezialekamera fotografierten Bild, das die Polizeibehörde zwei Wochen später dem Ysop mit einer Aufforderung zur Stellungnahme zusandte, ist das Fahrzeug mit deutlich abgebildetem Kennzeichen, die elektronisch gemessene Geschwindigkeit, Datum und Uhrzeit zu sehen. Ysop, der den Verkehrsverstoß zugibt, wird einige Wochen später ein Bußgeldbescheid zugestellt, in dem die Zahlung einer Geldbuße von 75 DM sowie Verfahrenskosten in Höhe von 25 DM auferlegt werden. Muß sich Ysop mit dem Bußgeldbescheid abfinden? Würden Sie ihm raten, ein ggf. zulässiges Rechtsmittel einzulegen? (E)
- 30
- 35

Der Bußgeldbescheid (vgl. die Abbildung auf Seite 123) ist nach dem mitgeteilten Sachverhalt sachlich zu Recht erlassen worden: (F)

- 40 a) Manfred Ysop hat durch Überschreiten der durch ein Verkehrsschild angezeigten zulässigen Höchstgeschwindigkeit den Tatbestand einer Ordnungswidrigkeit nach § 49 Abs. 3 Nr. 4 mit § 41 Abs. 2 Zeichen 274 StVO verwirklicht.
- b) Gründe, die die Rechtswidrigkeit ausschließen könnten (zum Beispiel eine dringende Krankenhausfahrt = Notstand), sind nicht ersichtlich.
- c) Ysop handelte auch vorwerfbar, denn er hätte den Verkehrsverstoß bei genügender Aufmerksamkeit vermeiden können; er handelte fahrlässig.

45 Das OWiG bietet ein straffes, nicht entehrendes Verfahren an (§ 35 ff.). Die Zuständigkeit zur Verfolgung und Ahndung von Ordnungswidrigkeiten ist in der Regel der Verwaltungsbehörde übertragen, die mit der Ausführung des Gesetzes und der Überwachung der vorgeschriebenen Gebote und Verbote betraut ist (vgl. §§ 35, 36 OWiG). Durch die Zusammenfassung von Ermittlung und Entscheidung – auch darin unterscheidet sich das Ordnungswidrigkeitsverfahren grundlegend vom Strafverfahren – kann bei leichteren Zuwiderhandlungen die Ahndung rasch und ohne großen Aufwand durchgeführt werden. Gleichzeitig konnte auch die Entlastung der Strafgerichte von Bagatellsachen erreicht werden. (G)

55 Gegen den Bußgeldbescheid der Verwaltungsbehörde ist der Einspruch möglich, über den das Amtsgericht zu entscheiden hat (§§ 67, 68 OWiG). Gegen dessen Entscheidung ist die Rechtsbeschwerde zum Bayerischen Obersten Landgericht zulässig (§ 79 OWiG). Angesichts der klaren Beweislage im Beispiel 71 erscheint es jedoch nicht empfehlenswert, einen Einspruch einzulegen. (H)

(D. Fuchs, E. Schellenberger: Recht. Ein Arbeitsbuch für die Kollegstufe. Grundkurs. Paderborn 1987. Pp. 122, 124.)

## 12 A que parágrafos é que estas afirmações correspondem?

- a) Quando o legislador prevê uma coima trata-se de uma contra-ordenação; quando ameaça com uma pena trata-se dum crime. \_\_\_\_\_
- b) A coima é uma advertência severa para cumprimento das normas impostas pela lei. \_\_\_\_\_
- c) A lei das contraordenações prevê um processo mais rápido e simplificado, o que permite uma punição mais célere e menos burocratizada de infracções leves. \_\_\_\_\_

- d) É possível interpor recurso contra a aplicação  
duma coima. \_\_\_\_\_
- e) A infração dum limite à velocidade é um  
exemplo dum contraordenação. \_\_\_\_\_

**13 Estas afirmações estão certas? Indique sempre a respectiva linha:**

*não sim linha:*

- a) O legislador determina em que casos é que  
se trata dum contraordenação.      o o \_\_\_\_\_
- b) Há uns anos atrás, muitos delitos que hoje  
em dia são crimes, eram considerados  
contraordenações.      o o \_\_\_\_\_
- c) Todas as coimas servem exclusivamente para  
garantir o cumprimento de determinadas normas.      o o \_\_\_\_\_
- d) Manfred Ysop provocou um acidente de trânsito  
na auto-estrada.      o o \_\_\_\_\_
- e) As contraordenações não são investigadas e puni-  
das pelos tribunais, mas sim pela administração.      o o \_\_\_\_\_

**14 Anote as diferenças entre contraordenações e crimes mencionadas no texto:**

**15 Traduza da linha 36 até à 44:**

## SOLUÇÕES

### LIÇÃO I

2. Ex.: a) Einführung in das juristische Studium; b) Römische Rechtsgeschichte; c) Grundlagen des Strafrechts, Strafrecht, Allgemeiner Teil, Arbeitsgemeinschaften zur Vorlesung Strafrecht, Allgemeiner Teil; d) Juristische Methodenlehre; e) Grundzüge der Rechtsphilosophie; f) Übungen im bürgerlichen Recht für Anfänger; g) Klausurenkurs im Öffentlichen Recht; h) Internationales Wirtschaftsrecht, Insolvenzrecht; i) Grundzüge des Strafprozeßrechts; j) Zivilprozeßrecht I
3. Mo=>2ªFeira; Di=>3ªFeira; Mi=>4ªFeira; Do=>5ªFeira; Fr=>6ªFeira; Sa=>Sábado; So=>Domingo
4. nação, nacional, retórica, racional, nacionalismo, positivo, positivismo, revisão, actual, precisar, latente, sistemática, concorrência, concorrente, economia, económico, ilegalidade, legal, legalizar, argumento, argumentar, argumentativo, argumentação, método, criminólogo, romano
5. substantivos: Nation, Rhetorik, Nationalismus, Positivismus, Revision, Systematik, Konkurrenz, Konkurrent, Ökonomie, Illegalität, Argument, Argumentation, Methode, Kriminologe. adjetivos: national, rational, positiv, aktuell, latent, ökonomisch, legal, argumentativ, römisch. verbos: präzisieren, legalisieren, argumentieren.
6. a) Filosofia do Direito, b) História do Direito, c) Direito Penal, d) Direito Económico
8. elementos determinantes: Bund, Ausbildung, Förderung; elemento básico: Gesetz
9. Rechtsgeschichte, Grundzüge, Rechtsphilosophie, Methodenlehre etc.
- 10.Ex.: Verfassungsrecht, Rechtsphilosophie, Zivilordnung, Strafgesetz, Zivilprozeßrecht
- 11.Völkerrecht und Europarecht

### LIÇÃO II

3. a) herausgegeben von => editado por; b) und andere => e outros; c) Band => volume; d) 4. (= vierte ) Auflage, 1981 => 4ª edição 1981; e) 3. Aufl. 1988 => 3ª edição 1988
7. b) épocas da história do Direito, c) as constituições dos Estados federados, d) coleção do Direito Civil, Direito Penal e Direito Processual
8. 2 Das Recht der Bundesrepublik Deutschland, gen. ; 3 Der Gesetzesbegriff des Grundgesetzes, gen. ; 5 Eine Einführung in das Recht, prep. ; 6 Einführung in die

Rechtswissenschaft, prep. ; 7 Epochen der Rechtsgeschichte in Deutschland, gen./ prep.; Ein Arbeitsbuch für die Kollegstufe, prep. ; 9 Festschrift für Kurt Rebmann zum 65. Geburtstag, prep. ; 10 Kommentar zur Strafprozeßordnung, prep. ; 11 Verfassungen der deutschen Bundesländer mit Gesetzen über die Landesverfassungsgerichte etc. gen. / prep. ; 12 Sammlung des Zivil-, Straf- und Verfahrensrechts, gen.

9. a) die Länder der Bundesrepublik Deutschland; b) das Recht der Vereinigten Staaten; c) die Entscheidung des Gerichts

11.a) a pessoa jurídica; b) os Estados federados alemães; c) leis alemãs; d) a moderna ciência jurídica alemã; e) Novo Semanário Jurídico

### LIÇÃO III

3. a) não; b) sim; c) sim

4. a) não; b) sim, l. 19s.; c) sim, l. 22s.; d) sim, l. 24s.; e) sim, l. 26-33; f) sim, l. 31-34

5. a) e Lösung => solução; e Prüfung => exame; e Lesung => leitura; e Zahlung => pagamento; befragen, e Befragung => interrogatório; untersuchen, e Untersuchung => investigação; begründen, e Begründung => fundamentação

b) töten, e Tötung => matar; voraussetzen, e Voraussetzung => pressuposto; abweichen, e Abweichung => desvio; bestrafen, e Bestrafung => castigo, pena; handeln, die Handlung => actuação

10.a) lauert -> lauern (lauert ... auf -> auflauern) => estar à espreita; b) kommt -> kommen => vir; c) zielt -> zielen => apontar; d) fehlt -> fehlen => faltar

11.a) begehen, sim, begehen => cometer; b) gibt, sim, geben => dar; c) fährt, sim, fahren => conduzir, ir; d) fast, não, => quase; e) äußert, sim, äußern => manifestar, dizer; f) nicht, não => não; g) lügen, sim, lügen => mentir; h) löst, sim, lösen => solucionar; i) Recht, não, => direito; j) stößt, sim, stoßen => empurrar; k) fest, não, => firme; l) Fest, não, => festa

13.a) verursacht; b) ist; c) sucht; d) arbeiten; e) diskutiert, sieht

18.a) voraussetzen => pressupor; b) ausreichen => bastar; c) darstellen => representar; d) ablehnen => rejeitar; e) ausscheiden => estar excluído

19.anzielen: prefixo separável; schießen auf: preposição

23.Die Strafbarkeit wegen fahrlässiger Begehung bleibt unberührt.

### LIÇÃO IV

3. linhas: 2 der Staat, 3 Er, 5 Der Rechtspositivismus, 9 es

6. aus => (a partir) de / (a partir) das experiências; - bei => em / na legislação (no que diz respeito à legislação) / na definição do conceito; - bis zu => até / até as experiências; - mit => com / com o Estado totalitário / "decidiu com a decisão" (decidiu no acordão); - in => em / na idade média cristã / nas constituições; - von => de / da doutrina (dominante); - vor => antes / antes (do tempo) do Terceiro Reich
8. a)... eines Naturrechts, das... b) ... töten wollte, lag... c)... für möglich gehalten, daß...
9. handeln, handelnd => agindo; bestehen, bestehend => existindo; rechtfertigen, rechtfertigend => justificando
- 10.a vontade normativa do Estado; direito divergente (direito que se afasta)
- 12.[Bei der Gesetzgebung] ist [der Staat] nicht [an ethische Rechtsprinzipien] gebunden. [Er] ist frei, auch [von der herrschenden Rechtsauffassung abweichendes Recht], und das umschließt auch [ungerechte Rechtssätze], zu setzen. [Der Rechtspositivismus] verzichtet damit [bei seiner Begriffsbestimmung] auf [das dritte Kriterium des Rechts], [die Gerechtigkeit]. [Diese Auffassung] wurde [im 19. Jahrhundert] [von der historischen Rechtsschule (Savigny)] vertreten und wirkte [bis zu den Erfahrungen des gesetzlichen Unrechts im NS-Staat].

- 14.a) 1 das Kriterium  
2 dritte | des Rechts
- b) 1 Recht  
2 unabhängiges  
3 von jeder Rechtsetzung  
4 staatlichen
- c) 1 die Weisheit  
2 alte | gemeinsame | der Antike, des Mittelalters und des Zeitalters  
3 Jahrtausende christlichen | der Aufklärung
- d) 1 aus den Erfahrungen  
2 mit dem Staat  
3 totalitären
- e) 1 die Existenz  
2 eines Rechts  
3 überpositiven, bindenden  
4 auch den Verfassungsgeber
- f) 1 dem Element  
2 erforderlichen | intellektuellen  
3 wenigstens  
4 für den Eventualvorsatz

## LIÇÃO V

2. a) sim 1º parágrafo ; b) sim l. 5-7; c) sim l. 13-17; d) não l. 37-39; e) não l. 21-22; f) não l. 23-35; g) não l. 23-35; h) sim l. 40-46
3. a) 5-7; b) 25-27; c) 28-30
6. haben .... gemacht - haben .... betreten - sind .... gestiegen - haben .... begangen
8. schützen, braten, zielen, fragen, arbeiten, nachfragen, ausarbeiten, vorlesen, einkaufen, erleben, bearbeiten, versuchen, behandeln, analysieren, reformieren, falsifizieren, fotokopieren
9. steigen, umschließen, schreiben, treten, eintreten, denken, gelten, finden, mithelfen, versprechen, beweisen
10. geraten ou raten, vermeiden, mißlingen, verlieren, binden, bedenken, entleihen, beginnen, sein, entscheiden, empfehlen, ausnehmen, hinnehmen, einfließen, zusammenhängen, hintergehen, zerschlagen, wiederbeginnen
11. a) Max und Moritz haben die Hühner und den Hahn getötet. b) Die Witwe Bolte hat Hühner gehabt. c) J.-M. Günther ist für eine Bestrafung von Max und Moritz eingetreten, obwohl sie die Straftaten schon 1885 begangen haben. d) Wilhelm Buschs Buch "Max und Moritz" ist von vielen Generationen gelesen worden.
13. wurde begründet - wurde .... ausgeschlossen - haben .... gehandelt - wird .... bestraft
15. a) Die Gerichte bestrafen Diebstahl mit Freiheitsstrafe bis zu fünf Jahren oder mit Geldstrafe. b) Das Bundesverfassungsgericht akzeptiert eine weitreichende Reform des §218 nicht. c) Der Gesetzgeber hat das deutsche Strafrecht mehrfach reformiert. d) Das BayObLG hat den Reifenanglerfall entschieden.
18. können .... gemacht haben - muß .... gewertet werden - verspeisen wollte (No último exemplo, a posição do complexo verbal não corresponde ao esquema:  
  Trata-se duma oração subordinada.)
19. können ... verpflichtet werden - kann ... verpflichtet werden - darf ... übersteigen - beeinträchtigen darf (= oração subordinada) - vorsehen muß (= oração subordinada) - darf ... gezwungen werden
21. a) in Frage stellen => pôr em questão; b) zur Kenntnis bringen => informar alguém; c) zur Verfügung stehen => estar à disposição; d) zu der Überzeugung gelangen => chegar à convicção; e) in Betracht ziehen => tomar em consideração
23. a) 2; b) 3,1; c) 3,1 d) 4
24. anúncio 1: b), d), e); anúncio 2: a), c) ou d) ou e); anúncio 3: a), d) ou e); anúncio 4: b), e); anúncio 5: b); anúncio 6: a), c); anúncio 7: a), c) ou e); anúncio 8: b), e); anúncio 9: b), e); anúncio 10: a), c)

25. a) "Kienbaum und Partner", Internationale Personal- und Unternehmensberater  
 b) Leiter Vertragswesen - eine erfahrene Führungskraft, bis etwa 45 Jahre alt  
 c) Steuerung mehrerer Abteilungen; Pflege, Erhaltung und Erweiterung der Vertragsbestände, Verhandlungen führen; Administration, Organisation, Mitarbeiterführung. d) Erfahrung als Führungskraft, kaufmännische oder juristische Ausbildung; Führungs- und Verhandlungsfähigkeiten, Organisationsstärke, detailorientierter Arbeitsstil.
26. anúncio 1: wird (zu gelten) haben D / setzt voraus A / ist unterstellt E / werden erbeten E / wird zugesichert E ; anúncio 10: können zurückschauen F / führen Verhandlungen B / wird ergänzt E / runden ab A / stehen zur Verfügung B / sichern zu A

### LIÇÃO VI

3. A CCC era um código penal cujo importância consiste no desenlace do direito penal medieval e na uniformização do direito penal alemão.

4. A: 1 (l. 19-21); 5 (l. 13-14); 8 (l. 16-17); 11 (l. 17-19);  
 B: 2 (l. 28); 3 (l. 35-36); 4 (l. 32-33); 6 (l. 39-41); 7 (l. 37-39); 9 (l. 42);  
 C: 10 (l. 49-53)

5. a) l. 54-58; b) l. 60-65; c) l. 65-67; d) l. 67-68

6. a) Johann Freiherr von Schwarzenberg; b) Constitutio Criminalis Bambergensis

7. a) 1 als eines  
 2 der Dokumente  
 3 wichtigsten | der Strafrechtsgeschichte  
 4 deutschen

b) 1 in der Ablösung  
 2 Strafrechtstraditionen  
 3 mittelalterlicher

c) 1 im Schritt  
 2 zur Vereinheitlichung  
 3 des Strafrechts  
 4 zersplitterten  
 5 territorial

d) 1 wegen der Grausamkeit | und [wegen] der Zulassung  
 2 willkürlichen | der Strafen | Beweismittel  
 3 oft | formaler

e) 1 die Interessen  
 2 partikularistischen | der Territorien

f) 1 der Prozeßordnung  
 2 lippischen | peinlichen | von 1600 | des Grafen Simon VI

9. alguns exemplos: l. 3-4: ..., die [...] ordnete , ... ; l. 20-21: ..., wenn [...] auftrat; l. 23-25: ... , dessen [...] übernommen wurde . ; l. 29-33: ..., daß [...] verfolgt , auch wenn [...] auftritt und daß [...] ist . l. 56-58: ..., bis [...] verabschiedet wurde .
13. a) oração final; b) preposição; c) oração final / (verbo +) preposição: “es handelt sich um”
15. Bundespräsident => Presidente da República Federal; Bundesversammlung => Assembleia Federal; Bundesregierung => Governo Federal; Bundesrat => Conselho Federal (câmara alta); Bundestag => Parlamento Federal (câmara baixa); Länderparlamente => Parlamentos Estaduais; wahlberechtigte Bevölkerung => universo eleitoral (eleitores)
17. a) verbo com prefixo separável: l. 6-7 vorlegen; 9-11 weiterreichen; 20-22 zustimmen, 20-25 anrufen  
 b) voz passiva: l. 2-3 werden ... vorgelegt; 4-6 werden ... ausgearbeitet / unterbreitet / beraten; 14 wird abgestimmt; 15 ist angenommen; 16 wird vorgelegt; 22-36 wird ... ausgefertigt / verkündet  
 c) construção com verbo modal: l. 1-2 kann ... ausgehen; 8 machen kann; 12-13 kann ... verweisen; 27-29 kann ... einlegen; 32-33 zurückweisen kann; 38 kann ... leiten; 40-41 können ... anrufen  
 d) locução verbal funcional: l. 8 Stellung nehmen; 25-27 Einigung erzielen; 28-29 Einspruch einlegen
18. a) oração relativa: l. 7 ..., der ... machen kann . 10 ..., die ... Stellung nimmt . 11 ..., der ... berät . 30 ..., den ... kann . 38 ..., was ... berührt  
 b) pergunta indirecta: l. 17 ..., ob ... sich handelt +um (\*A ordem correcta com o verbo conjugado no fim da oração não está cumprida por causa da apresentação esquemática do texto)  
 c) oração condicional com elemento de ligação: 35 ..., wenn ... beschlossen [wurde].  
 d) oração condicional sem elemento de ligação: l. 20 até ao fim das colunas

## LIÇÃO VII

2. a) 29-30; b) 49-50; c) 1-7; d) 21-25; e) 6-7; f) 35-36; g) 68-70; h) 19-20; i) 30-32; j) 26-28
3. l. 2: die -> Kündigung; l. 66: derer -> eine Frist
4. jede Vertragspartei, Tatsachen, die Fortsetzung
6. a) Vor allem muß beachtet werden, ... b) ..., innerhalb derer die Abmahnung vorgenommen werden muß, ... c) In der Regel muß der Vertragspartner zuerst eine Abmahnung geben. d) ..., wenn eine Veränderung des Verhaltens nicht erwartet werden kann.

8. der Gebende, der Geber; der Prüfende, der Geprüfte, der Prüfer; der Beratende, der Beratene, der Berater; der Informierende, der Informierte; der Auszubildende, der Auszubildete, der Ausbilder; der Suchende, der Gesuchte, der Sucher
10. a) dazu -> Änderung des Verhaltens; b) damit -> toda a oração principal ; c) dazu -> erhebliche Mängel; d) damit -> toda a frase anterior ; e) damit -> daß er X treffen könnte; f) hierbei -> beim Angeln (ao pescar ); g) womit -> toda a oração principal

### LIÇÃO VIII

1. Em B., a avaliação dos juizes não avança.  
Esperar pelas informações de Salzgitter e do encarregado pela Stasi/ Faltam mais do que 6000 juristas
3. a) 14-31, b) 80-92; c) 32-49; d) 1-13; e) 50-67
4. a) não 17-19; b) não 55-60; c) sim 45-48; d) sim 62-67; e) sim 89-93; f) não 80-87
8. a) A,B,C; b) C; c) A,B
10. a) sim 3; b) não; c) sim 2; d) não; e) sim 4-25
11. a) D; b) D; c) C; d) B; e) E; f) C
12. verbos conjugados no indicativo: l. 4 hat; 26 legte...vor; 28 verlangte; 43 drängen, 44 wird; 50 attackierte; 58 griff... an; 61 hatte  
verbos conjugados no conjuntivo: l. 7 werde; 12 würden; 14 sei; 16 gebe; 19 fehle; 21 bestehe; 22 sei; 25 könne; 32 verließen, sollten; 36 könnten; 37 müsse; 38 nehme; 39 hätten; 46 seien; 47 müsse; 53 wären; 57 entspreche; 63 sei, löse

### LIÇÃO IX

1. a) 45-56; b) 1-14; c) 45-56; d) 15-29; e) 57-68; f) 15-29; g) 30-44
2. a) A norma dum contrato, ao contrário duma norma jurídica geral, obriga só os contratantes. Excepção: contratos normativos, p.ex. contratos colectivos de trabalho. l. 4-10, 21-23  
b) Tem que haver: capacidade jurídica, uma declaração frente à contraparte, manutenção da forma exigida. O contrato não pode infringir: uma proibição legal ou os bons costumes, prescrições legais obrigatórias. O regulamento contratual tem que corresponder a: um dos tipos de contrato permitidos. l. 15-23  
c) A lei não menciona nem exclui essa possibilidade, l.: 63-65  
d) "nunmehr" => daqui em diante (l. 55). Os pressupostos (=> Voraussetzungen) em questão são: a oferta, percebida como tal; e a aceitação atempada, ilimitada e incondicional da mesma. l.: 52-56

3. a) a norma estabelecida no contrato por eles; b) as normas contidas numa lei ou num contrato; c) em oposição às normas contidas numa lei ou num contrato; d) o regulamento acordado pelos parceiros; e) os pressupostos dum acto jurídico válido estabelecidos pela lei; f) a vontade dos contratantes que o (= o regulamento) põe em vigor; g) as declarações, de ambos os contratantes, que levam à conclusão do contrato
5. a) parte: Betriebsrat von Daimler-Benz, Bremen; parte: Bundesanstalt für Arbeit, Nürnberg; tribunal: Bundessozialgericht, Kassel  
 b) + introdução da semana de 36 horas; + alterações na estrutura remuneratória; + limitação das horas extraordinárias que podem ser impostas  
 c) sim; d) não; e) sim; f) sim; g) sim; h) não; i) sim; j) não

7. lock-out ou trabalho reduzido  
 na região A                      noutras regiões

greve no ramo X na região A	<i>o sindicato</i>	<i>a Repartição de Trabalho</i>	excepção: <i>o sindicato</i>
paralisação do ramo Z em consequência da greve no ramo X	<i>a Repartição de Trabalho</i>	<i>a Repartição de Trabalho</i>	

8. a) B; b) E; c) A; d) G; e) J; f) F; g), I; h) C; i) D; j) H

11. *Parágrafo A:*

*princípio básico:* “modelo de indicação”: A interrupção da gravidez, em princípio, é punível, se não se verificar excepcionalmente um dos motivos justificativos na lei (indicação). Modelo de 1974: “modelo de prazo”: uma interrupção feita nas primeiras 12 semanas não é punida. Modelo desde 1975: “modelo de indicação alargada”

*Parágrafo B:*

a) matar o feto, b) actuação directa ou indirecta, c) intenção, d) a tentativa também é punível

*Parágrafo C:*

a) se o aborto for feito dentro das primeiras 22 semanas por um médico e se a grávida procurou conselho junto dos serviços sociais; b) se a grávida se encontrava numa situação de dificuldades graves; c) se houve só tentativa

*Parágrafo D:*

*condição básica:* Ser feito por um médico e a grávida tem que concordar. *Aborto terapêutico - aborto permitido:* se houver perigo de vida ou de danos graves para o estado de saúde físico ou mental da grávida; *aborto não permitido:* se o perigo puder ser afastado duma outra maneira que se possa exigir à grávida. *Aborto eugénico - condições:* permitido nas primeiras 22 semanas se houver razões fortes para supor que a criança venha a sofrer malformações graves e irreversíveis; *aborto por indicação ética - aborto permitido:* se a gravidez é consequência de um crime; *aborto não permitido:* em caso de violação pelo marido; *Quem é que decide?* o médico. *Aborto por indicação social - princípio:* O aborto é permitido para evitar

o perigo numa situação muito grave para a grávida e que não possa ser evitada doutro modo; *realidade*: Embora o Tribunal Constitucional Federal exija uma interpretação restrita desta indicação, na realidade ca. de 80% dos abortos legais baseiam-se nela.

*Parágrafo E:*

A - aconselhamento: A grávida deve procurar conselho (junto dum entidade de assistência social) sobre os apoios a que tem direito; A - Um centro de apoio da assistência social; em casos excepcionais: um médico; B - declaração escrita dum médico sobre os pressupostos da indicação; B - médico; C - esclarecimento médico sobre os riscos da intervenção; C - médico; D - interrupção da gravidez; D - outro médico que não o que fez a declaração escrita referida em B; *onde?* num hospital; *prazo mínimo dos passos A - D:* 3 dias.

*Parágrafo F:*

*O seguro de doença paga:* a) o aconselhamento, b) o exame médico, c) o parecer sobre os pressupostos dum interrupção legal, d) a interrupção da gravidez.

*Parágrafo G:*

*objectivo da reforma de 1975:* baixar o número das interrupções; *realidade:* um aumento significativo; *medidas actualmente em discussão:* o não pagamento por parte das seguradoras de interrupções sem indicação médica; modelos que dificultam as indicações, sobretudo as de carácter social

#### TESTE FINAL:

12.a) A; b) D; c) G; d) H; e) E

13.a) sim 5-9; b) não 10-12; c) não 20-21; d) não 25-27; e) sim 45-48

14. As contraordenações são sancionadas pela própria administração (coima), enquanto os crimes passam obrigatoriamente pelos tribunais (pena). O objectivo dum coima é o de garantir o cumprimento de determinadas normas, enquanto o da pena é também o desagravo do crime. O procedimento contra as contraordenações é menos complicado e mais célere.

15. => O aviso de multa (cf. a representação na página 123) foi proferida com fundamento certo, conforme as circunstâncias referidas.

a) Manfred Ysop, ultrapassando a velocidade máxima permitida sinalizada por um sinal de trânsito, preencheu o tipo legal dum contraordenação conforme §49 alínea 3 nº4 com §41 alínea 2 marca 274 do Código da Estrada.

b) Fundamentos que possam excluir a ilegalidade (p. ex. uma ida urgente ao hospital = emergência), não se detectam.

c) Ysop agiu também de forma censurável, pois poderia ter evitado a infracção de trânsito se tivesse prestado atenção suficiente; teve uma actuação negligente.

## GLOSSÁRIO

Este glossário contém dois tipos de palavras: as palavras que aparecem com grande frequência em textos jurídicos apresentam-se escritas em caracteres de tamanho normal; as que aparecem com menos frequência estão escritas em caracteres mais pequenos.

O glossário inclui apenas significados básicos de palavras seleccionadas e não dispensa o uso do dicionário.

O género e o plural dos substantivos estão indicados da seguinte forma:

r Vertrag, "e	( <i>masculino</i> : der Vertrag, <i>plural</i> : die Verträge)
s Urteil, e	( <i>neutro</i> : das Urteil, <i>plural</i> : die Urteile)
e Entscheidung, en	( <i>fem.</i> : die Entscheidung, <i>pl.</i> : die Entscheidungen)

### LIÇÃO I

e Vorlesung, en	aula teórica
s Verzeichnis, se	catálogo
e Einführung, en	introdução
in	em, dentro, de, para
s Recht, e	direito
e Lehre	doutrina, teoria
von	de, desde
und	e
für	para
an (am)	a, junto de, em
nach	segundo, conforme; depois de; a, para, atrás
zu (zur, zum)	em, para, a; demasiado
allgemein	geral
r Teil, e	parte
s Volk, "er	povo, nação
e Arbeitsgemeinschaft, en	aula prática, grupo de trabalho
e Übung, en	aula prática, exercício

### LIÇÃO II

s Gesetz, e	lei
r Begriff, e	conceito
grund-	fundamental, básico
s Buch, "er	livro
e Kollegstufe, n	última fase do ensino secundário em determinados liceus
e Reihe, n	livros: série, colecção
e Verfassung, en	constituição
s Verfahren, -	processo

### LIÇÃO III

r Irrtum, "er	erro
e Schuld	culpa
r Fall, "e	caso
erschießen	abater a tiro
auf	em, sobre, em cima
r Augenblick, e	momento
er	ele
abdrücken	puxar o gatilho
tritt ... zur Seite	dá lugar
töten (getötet)	matar
werden (wird)	aqui: verbo auxiliar da voz passiva - "ser"
möglich	possível
nicht	não
halten für (hatte ... für ... gehalten)	considerar (mais-que-perfeito)
strafbar	punível
können (könnte)	poder
r Totschlag, "e	homicídio
begehen (begangen haben)	cometer
r Tatbestand, "e	tipo legal
verursachen	causar
erfüllen	cumprir
r Vorsatz, "e	dolo
hinsichtlich	quanto a
kein-	não, nenhum
fehlen (es fehlt)	faltar (es: pronome impessoal; substitui o sujeito da frase. Não se traduz.)
genügen	bastar, chegar
ausreichen	bastar, chegar, ser suficiente
zwischen	entre
e Voraussetzung, en	pressuposto
bei	em, junto de, a, com, sob
umstritten	duvidoso, discutido, disputável
dort	alí, lá, aí
r Erfolg, e	êxito, sucesso
erreichen	alcançar
r Täter,-	agente (do crime)
r Verlauf, "e	decurso
tatsächlich	efectivo, de facto
vorgestellt	imaginado, planeado
versuchen	tentar
fahrlässig	negligente
wollen	querer
e Sorgfalt	cuidado, atenção
-widrig	contrário
ist ... gegeben	é dado
r Grund, "e	causa, motivo

e Rechtfertigung, en	justificação
e Ausschließung schuldhaft	exclusão culpado, culposo
handeln (hat ... gehandelt)	agir
beide	ambos
r Paragraph, en	artigo, parágrafo (§)
r Absatz, "e	parágrafo
r Satz, "e	frase; teorema, regra

#### LIÇÃO IV

vertreten	representar, substituir, defender
ausschließlich	exclusivo, exclusivamente
setzen	pôr, estabelecer, impor
frei	livre
e Auffassung, en	opinião
abweichen	diferir, afastar-se
umschließen	abranger, encerrar
verzichten	renunciar
bestimmen	determinar, definir
wirken	influenciar, produzir, fazer
e Erfahrung, en	experiência
aus	de
r Standpunkt, e	ponto de vista
gemeinsam	comum, colectivo, juntamente
über-	demasiado, excedente, sobre-, supra-
davon	disso, daí
ausgehend	partindo
ebenso	assim, do mesmo modo
unabhängig	independente
Bezug nehmen auf ...	referir-se a ...
auch	também
r Beschluß, "sse	decisão, resolução, deliberação, despacho
anerkennen	reconhecer
binden	ter carácter vinculativo; ligar
zuständig	competente

#### LIÇÃO V - Texto A

s Gutachten, -	parecer
r Umtrieb, e	partida, malandrice
als	como, quando, enquanto, que, do que
r Streich, e	partida, malandrice
r Diebstahl, "e	furto
gemeinschaftlich	comum, comunitário
sich strafbar machen	"fazer-se punível", cometer delito
e Wegnahme	retractação

werten	qualificar, avaliar
verstehen	entender, compreender
man	pronome indefinido; traduzido muitas vezes por "se"
unter ... versteht man	por ... entende-se
r Bruch, "e brechen	ruptura, quebra, violação
r Gewahrsam	romper, quebrar, violar
bereits	poder de dispor
r Zeitpunkt, e	já
erfolgreich	momento
heraus	com êxito
s Versteck, e	para fora, fora
e Hecke, n	esconderijo
verspeisen	cerca de plantas
verzehren	comer
spätestens	comer
nämlich	o mais tardar
jed-	mêsmo, a saber, e que
weiter	cada
erforderlich	outro, mais além; continuar a ...
e Absicht, en	necessário
e Zueignung, en	intenção
weil	apropriação
r Eigentümer, -	como, porque
e Eigentümerin, nen	o proprietário
rechtfertigen	a proprietária
untersuchen	justificar
ob	investigar, analisar
vorliegen	se
sog. = sogenannt	existir, haver, estar pendente
r Zweck, e	chamado
einbrechen	fim, finalidade
scharf (comparativo: schärfer)	assaltar por arrombamento
voraussetzen	pesado, minucioso
hinein, hinein-	pressupor, presumir
langen	para dentro, dentro
e Beurteilung, en	estender a mão para
erscheinen	classificação
e Berücksichtigung	parecer, aparecer, manifestar-se, publicar-se
einschlägig	consideração
zweifelhaft	pertinente, respectivo, correspondente
s Ergebnis, se	duvidoso, dubitável, incerto
r Hausfriedensbruch	resultado
e Verwirklichung, en	introdução em casa alheia
r Lausbube, n	realização
	maroto

LIÇÃO V - Texto B

r Verband, "e zugleich	associação, federação ao mesmo tempo, simultaneamente
e Genossenschaft, en	cooperativa
r Sitz, e selbständig betreffend	sede autónomo, independente relativo a
e Frage, n insbesondere	pergunta particularmente
s Gebiet, e	área
s Unternehmen, - beraten gehören zu durchführen -reich ausüben	empresa aconselhar, conferir, deliberar pertencer a executar, levar a cabo "rico em", cheio de exercer
e Tätigkeit, en durchschnittlich	actividade (profissional) médio, em média
e Kenntnis, se nachweisen	conhecimentos provar, comprovar, demonstrar
e Fähigkeit, en unmittelbar Unterlagen (plural)	capacidade, habilidade, aptidão directo documentos
e Rechtsanwältin, nen	advogada
r Rechtsanwalt, "e	advogado
s Fach, "er	cadeira, disciplina, especialidade
e Kanzlei, en	escritório (de um advogado)
r Schwerpunkt, e	ponto principal
e EDV (=elektronische Datenverarbeitung)	informática, processamento de dados
e Assessorin, nen	categoria de entrada em algumas carreiras superiores
r Assessor, en gut	da função pública bom, bem
e Hochschule, n	universidade, escola superior
e Fachhochschule, n	escola superior politécnica
r Lehrer, -	professor, docente
r Referendar, e sehr	estagiário muito
e Ausbildung, en	formação, instrução
e Verantwortung, en voll, -voll kaufmännisch	responsabilidade cheio, "cheio de" comercial, referente à gestão e administração de empresas
r Geschäftsführer, -	gerente, director
r Vertrag, "e -wesen liegen liegen an	contrato área de ... ficar situado, estar, residir depende de, resultar de

e Erhaltung	conservação, manutenção
e Erweiterung, en	alargamento
ergänzen	completar
r Bereich, e	área
r Vorteil, e	vantagem
abrunden	aqui: completar

#### LIÇÃO VI - Texto A

ordnen	ordenar
wichtig	importante
ansehen als	considerar como
e Bedeutung	importância
ablösen	desligar, substituir
e Vereinheitlichung, en	uniformização, estandarização
um	em volta de, ao redor de, a, por
zeitgenössisch	contemporâneo, daquele tempo
erheblich	significativo
r Mangel, "	falta, carência, defeito
gewiß	certo, certamente, seguro
wegen	por, por causa de
oft	frequentemente
willkürlich	arbitrário
zulassen	permitir, admitir
s Verbrechen, -	crime
verfolgen	prosseguir, seguir, continuar, observar
r Kläger, -	requerente, demandante, acusador
wörtlich	literal, textual, à letra
entscheiden	decidir
das heißt	quer dizer, isto é
vor allem	sobretudo
r Richter, -	juiz
überführen	provar a culpa (de alguém)
erzwingen	forçar, obrigar, constringer
genau	exacto
r Umstand, "e	circunstância
erhalten	receber, obter; guardar, conservar
doppel-	duplo
e Rolle, n	papel
gegen	contra
sprechen	falar, dizer
s Urteil, e	sentença
e Anforderung, en	exigência
stellen	pôr
gelten	valer, estar em vigor
gelten als	passar por, dizer respeito a
berücksichtigen	tomar em consideração
e Unschädlichmachung	neutralização

aufkommen	surgir, nascer
aufkommen für ...	responsabilizar-se por
e Anregung, en	estímulo, sugestão
verabschieden	lei: votar, aprovar
es galt, ... zu ...	era preciso ...
überwinden	superar
geschehen	acontecer
e Lösung, en	solução; separação
e Gültigkeit	validade
e Bestimmung, en	disposição, regulamento; definição
entgegenstehen	ser contrário, opor-se a
überzeugen	convencer
beruhen auf	basear-se em
dienen	servir
s Vorbild, er	modelo, exemplo
so etwa	aqui: por exemplo
lippisch (do nome próprio Lippe)	nome de um território
sich handeln um	tratar-se de

#### LIÇÃO VI - Texto B

r Weg, e	caminho
ausgehen von	partir de
r Entwurf, "e	projecto, minuta
zusammen	junto
federführend	responsável, competente
unterbreiten	apresentar, submeter
e Billigung	aprovação, consentimento
dies-	este
e Stellung nehmen	tomar posição
weiterreichen	passar para
gegebenenfalls, ggf.	no caso
-seits	da parte de
ihrerseits	da parte deles/delas
verweisen an	remeter para
abstimmen	votar; harmonizar
e Ausnahme, n	excepção
s Drittel, -	terço (1/3)
annehmen	aprovar; supor
r Gang des Verfahrens	procedimento
abhängen von	depende de
zustimmen	concordar
bedürfen	necessitar, precisar
scheitern	falhar, lei: não ser aprovado
gegenzeichnen	contra-rubricar
ausfertigen	promulgar
verkünden	anunciar, proclamar
r Vermittlungsausschuß, "sse	comissão de conciliação

anrufen	apelar
erzielen	obter, chegar a
e Einigung, en	acordo, unificação
Einspruch einlegen	recorrer
zurückweisen	rejeitar
leiten an	passar para
berühren	tocar, referir a, afectar
ebenfalls	também
hoch	alto, elevado
nahe	próximo, ao pé de
viel	muito
gern	com gosto, gostar de ...
wenig	pouco
angenommen, daß	suponhamos que, supondo que
es sei denn, daß	a não ser que
gesetzt den Fall, daß	pondo a hipótese de
im Fall, daß	no caso de
unter der Bedingung, daß	na condição de
vorausgesetzt, daß	no pressuposto de
damit	para que
sodaß	de modo que

## LIÇÃO VII

e Kündigung	despedida, rescisão; denúncia, anulação
zustehen	competir, ter o direito de
brauchen	precisar
im Gegensatz zu	ao contrário de, em oposição a
erfolgen	efectuar-se, acontecer
erklären	explicar, declarar
im einzelnen	em pormenor
oben	em cima
entsprechend	correspondente
aufgrund	por causa de
unter Berücksichtigung	tendo em consideração
abwägen	ponderar, considerar
zumuten	exigir
vornehmlich	principalmente
e Pflicht, en	obrigação
verletzen	violiar, infringir
nachkommen	cumprir
e Weigerung, en	recusa
r Verstoß, "e	infracção
notwendigerweise	necessariamente
sowohl ... als auch ...	tanto ... como ...
berechtigen	habilitar, autorizar
r Maßstab, "e	escala, critério, graduação
regelmäßig	normalmente, regularmente

unter Druck setzen	forçar, pressionar
eigen	próprio
r Schaden, "	dano, prejuízo
abwenden	evitar, danos: prevenir
r Grundsatz, "e	princípio
e Verhältnismäßigkeit	princípio do uso de medidas proporcionais
	em relação ao fim desejado
	normalmente, regularmente
im Regelfall	aqui: advertência de despedimento iminente
e Abmahnung, en	por isso, através daquilo
dadurch	senão, (em) caso contrário
andernfalls	excepcionalmente, por exceção
ausnahmsweise	dispensável, supérfluo
entbehrlich	esperar, aguardar, contar com
erwarten	a isso, com isso
dazu	de tal modo que
derart ... daß	convidar, animar; notificar, intimar
auffordern	tarefa, renúncia
e Aufgabe, n	pôr em perigo, comprometer
gefährden	existência, duração
r Bestand, "e	por isso
deshalb	excluir
ausschließen	limitar
einschränken	

#### LIÇÃO VIII - Texto A

Brandenburg	um dos cinco Estados novos da Rep. Fed. da Alemanha
Salzgitter	cidade do oeste da Alemanha; sede da "Zentrale Erfassungsstelle der Landesjustizverwaltungen".
	Antes da unificação alemã, a função desta instituição era o registo e a documentação de actos dos órgãos estatais da RDA considerados crimes na RFA.
e Stasi ("Ministerium für Staatssicherheit")	serviço "de segurança do Estado"
beauftragen	todo-poderoso na antiga RDA
r Stasi-Beauftragte	encarregar, incumbir
(r Bundesbeauftragte für die Verwaltung der Stasi-Akten)	encarregado a nível federal para a administração das actas da Stasi
Potsdam	capital de Brandenburg
noch	ainda
r Staatsanwalt, "e	procurador da República, Ministério Público
e DDR	RDA
vorläufig	provisório, interino
weiter	mais largo, mais longe
weiter-	continuar a ...
e Wahl, en	eleição
beziehungsweise (bzw.)	respectivamente, ou seja

berufen	aqui: nomear
überprüfen	examinar, rever, controlar, verificar
zwingend	obrigatório, compulsório
bisherig	até agora
künftig	futuro
neue Bundesländer	novos Estados federados (antiga RDA)
alte Bundesländer	antigos Estados federados (RFA até 3 de Outubro de '89)
besitzen	possuir, ter
laut	segundo, conforme
fort	adiante, para diante, incessantemente;
	ausente, afastado
e Volkskammer	parlamento da antiga RDA
folgen	seguir, resultar, suceder
e Eigenschaft, en	característica, qualidade
streng	rigoroso, severo, exacto
vermutlich	presumível, provável
nur	só, somente, apenas
klein	pequeno
wieder	de novo, novamente
beginnen	começar
selbst, selber	mesmo, próprio; até (somente selbst)
e Erkenntnis, se	conhecimento, informação, percepção
dringend	urgente, premente
hinweisen auf	indicar, chamar a atenção para
e Frist, en	prazo
erst	só, antes
r Stillstand	paralização, pausa
e Rechtspflege	justiça, jurisdição, jurisprudência
abordnen	delegar
e Flut, en	torrente, grande quantidade
insgesamt	no total, em suma
s Grundbuch- und	
Liegenschaftswesen	tudo o que tem a ver com o registo predial
daher	por isso
e Leihgabe, n	empréstimo
angewiesen sein auf	depende de, precisar de, não ter outro recurso
e Tätigkeit aufnehmen	começar a trabalhar

#### LIÇÃO VIII - Texto B

vorwerfen	acusar, censurar
fordern	exigir, pedir, reclamar, reivindicar
r Anstieg, e	subida
befürchten	recear, temer
e Suche, n	procura
groß	grande, extenso, importante, alto
e Schwierigkeit, en	dificuldade, problema
führen	conduzir, levar, guiar

r Unterschied, e	diferença
einheitlich	uniforme
s Weißbuch	livro branco
e Vorbereitung, en	preparação
enthalten	conter
gleichwohl	todavia, mesmo assim
bislang	até agora
lediglich	somente
s Abkommen, -	acordo, convenção, convénio
abschaffen	abolir
e Grenze, n	fronteira
bestehen	existir
e Folge, n	consequência
niemand	ninguém
darin	nisto, nisso, dentro
vorlegen	apresentar
verlangen	pedir, solicitar
immer	sempre
gleichstellen	equiparar
dulden	tolerar
in den Genuß von ... kommen	passar a beneficiar de ...
verteilen	distribuir
EG-weit	em toda a CE
ausgleichen	compensar, nivelar, conciliar
zahlen	pagar
leisten	fazer, efectuar, prestar, cumprir
r Strom, "e	rio, torrente
e Bedingung, en	condição
bieten	oferecer, apresentar
vorsehen	prever, projectar
unterstützen	suportar, apoiar
etwa, in etwa	cerca de, aproximadamente, eventualmente
angreifen	atacar
kürzlich	recentemente
r Anspruch, "e	direito, pretensão
lösen	resolver; soltar; anular
anstehend	a ser tratado

## VOCABULÁRIO

abdrücken	puxar o gatilho
aber	mas, porém, todavia
abhängen von	depender de
s Abkommen, -	acordo, convenção, convénio
ablösen	desligar, substituir
e Abmahnung, en	advertência
abordnen	delegar
r Absatz, "e	parágrafo

abschaffen	abolir
e Absicht, en	intenção
abstimmen	votar; harmonizar
abwägen	ponderar, considerar
abweichen	diferir, afastar-se
abwenden	evitar, danos: prevenir
all-	todo
allgemein	geral
als	como, quando, enquanto, que, do que
also	assim, pois, por consequência
an (am)	a, junto de, em
ander-	outro
andernfalls	senão, (em) caso contrário
anerkennen	reconhecer
e Anforderung, en	exigência
angenommen, daß	suponhamos que, supondo que
angewiesen sein auf	depende de, precisar de, não ter outro recurso
angreifen	atacar
annehmen	aprovar; supor
e Anregung, en	estímulo, sugestão
anrufen	apelar
ansehen als	considerar como
r Anspruch, "e	direito, pretensão
anstehend	a ser tratado
r Anstieg, e	subida
e Arbeitsgemeinschaft, en	aula prática, grupo de trabalho
r Assessor, en	categoria de entrada em algumas carreiras superiores
e Assessorin, nen	da função pública
auch	também
auf	em, sobre, em cima
e Auffassung, en	opinião
auffordern	convidar, animar; notificar, intimar
e Aufgabe, n	tarefa, renúncia
aufgrund	por causa de
aufkommen	surgir, nascer
aufkommen für ...	responsabilizar-se por
r Augenblick, e	momento
aus	de
e Ausbildung, en	formação, instrução
ausfertigen	promulgar
ausgehen von	partir de
ausgehend	partindo
ausgleichen	compensar, nivelar, conciliar
e Ausnahme, n	excepção
ausnahmsweise	excepcionalmente, por excepção
ausreichen	chegar, bastar, ser suficiente
ausschließen	excluir
ausschließlich	exclusivo, exclusivamente

e	Ausschließung	exclusão
	ausüben	exercer
	beauftragen	encarregar, incumbir
e	Bedeutung, en	importância; significado
e	Bedingung, en	condição
	unter der Bedingung, daß	na condição de
	bedürfen	necessitar, precisar
	befürchten	recear, temer
	begehen	cometer
	beginnen	começar
r	Begriff, e	conceito
	bei	em, junto de, a, com, sob
	beide	ambos
s	Beispiel, e	exemplo
	beraten	aconselhar; conferenciar, deliberar
	berechtigten	habilitar, autorizar
r	Bereich, e	área
	bereits	já
	berücksichtigen	tomar em consideração
e	Berücksichtigung	consideração
	unter Berücksichtigung	tendo em consideração
	beruhen auf	basear-se em
	berühren	tocar, referir a, afectar
r	Beschluß, "sse	decisão, resolução, deliberação, despacho
	besitzen	possuir, ter
	besonders	particularmente, principalmente
r	Bestand, "e	existência, duração
	bestehen	existir
	bestimmen	determinar, definir
e	Bestimmung, en	disposição, regulamento; definição
	betreffend	relativo a
e	Beurteilung, en	classificação
	beziehungsweise (bzw.)	respectivamente, ou seja
	Bezug nehmen auf ...	referir se a ...
	bieten	oferecer, apresentar
e	Billigung	aprovação, consentimento
	binden	ter carácter vinculativo; ligar
	bisherig	até agora
	bislang	até agora
	Brandenburg	um dos cinco Estados novos da Rep. Fed. da Alemanha
	brauchen	precisar
	brechen	romper, quebrar, violar
r	Bruch, "e	ruptura, quebra, violação
s	Buch, "er	livro
	(alte) Bundesländer	antigos Estados federados (RFA até 3 de Outubro de '89)
	(neue) Bundesländer	novos Estados federados (antiga RDA)
	dadurch	por isso, através daquilo
	daher	por isso
	damit	para que

darin	nisto, nisso, dentro
davon	disso, daí
daß	que (conjunção)
dazu	a isso, com isso
e DDR	RDA
derart ... daß	de tal modo que
deshalb	por isso
r Diebstahl, "e	furto
dienen	servir
dies-	este
doppel-	duplo
dort	ali, lá, aí
dringend	urgente, premente
s Drittel, -	terço (1/3)
unter Druck setzen (r Druck)	forçar, pressionar
dulden	tolerar
durch	por; completamente
durchführen	executar, levar a cabo
durchschnittlich	médio, em média
ebenfalls	também
ebenso	assim, do mesmo modo
e EDV (=elektronische Datenverarbeitung)	informática, processamento de dados
EG-weit	em toda a CE
eigen	próprio
e Eigenschaft, en	característica, qualidade
r Eigentümer, -	o proprietário
e Eigentümerin, nen	a proprietária
einbrechen	assaltar por arrombamento
e Einführung, en	introdução
einheitlich	uniforme
e Einigung, en	acordo, unificação
einschlägig	pertinente, respectivo, correspondente
einschränken	limitar
Einspruch einlegen	recorrer
im einzelnen	em pormenor
entbehrlich	dispensável, supérfluo
entgegenstehen	ser contrário, opor-se a
enthalten	conter
entscheiden	decidir
entsprechend	correspondente
r Entwurf, "e	projecto, minuta
er	ele
e Erfahrung, en	experiência
r Erfolg, e	êxito, sucesso
erfolgen	efectuar-se, acontecer
erfolgreich	com êxito
erforderlich	necessário
erfüllen	cumprir

ergänzen	completar
ergeben	dar como resultado; provar, mostrar
s Ergebnis, se erhalten	resultado
e Erhaltung	receber, obter; guardar, conservar
erheblich	conservação, manutenção
e Erkenntnis, se erklären	significativo
erreichen	conhecimento, informação, percepção
erscheinen	explicar, declarar
erschießen	alcançar
erst	aparecer, manifestar-se, parecer; publicar-se
erwarten	abater a tiro
e Erweiterung, en erzielen	só, antes
erzwingen	esperar, aguardar, contar com
es sei denn, daß etwa, in etwa	alargamento
so etwa	obter, chegar a
s Fach, "er	forçar, obrigar, constranger
e Fachhochschule, n	a não ser que
e Fähigkeit, en fährlässig	cerca de, aproximadamente, eventualmente
r Fall, "e	por exemplo
gesetzt den Fall, daß im Fall, daß	cadeira, disciplina, especialidade
e Fassung, en federführend	escola superior politécnica
fehlen	capacidade, habilidade, aptidão
finden	negligente
e Flut, en	caso
e Folge, n folgen	pondo a hipótese de
fordern	no caso de
fort	versão
e Frage, n frei	responsável, competente
e Frist, en führen	faltar
für	encontrar, achar
es galt, ... zu ...	torrente, grande quantidade
r Gang des Verfahrens	consequência
ganz	seguir, resultar, suceder
s Gebiet, e gefährden	exigir, pedir, reclamar, reivindicar
gegebenenfalls, ggf.	adiante, para diante, incessantemente;
ist ... gegeben	ausente, afastado
gegen	pergunta
	livre
	prazo
	conduzir, levar, guiar
	para
	era preciso ...
	procedimento
	todo, inteiro, completo
	área
	pôr em perigo, comprometer
	no caso
	é dado
	contra

im Gegensatz zu (r Gegensatz, "e)	ao contrário de, em oposição a
gegenzeichnen	contra-rubricar
gehen	ir
gehören zu	pertencer a
gelten	valer, estar em vigor
gelten als	passar por, dizer respeito a
gemeinsam	comum, colectivo, juntamente
gemeinschaftlich	comum, comunitário
genau	exacto
e Genossenschaft, en	cooperativa
genügen	bastar, chegar
in den Genuß von ... kommen	passar a beneficiar de ...
gern	com gosto, gostar de ...
r Geschäftsführer, -	gerente, director
geschehen	acontecer
s Gesetz, e	lei
r Gewahrsam	poder de dispor
gewiß	certo, certamente, seguro
gleich	igual, idêntico, análogo, equivalente
gleichstellen	equiparar
gleichwohl	todavia, mesmo assim
e Grenze, n	fronteira
groß	grande, extenso, importante, alto
r Grund, "e	causa, motivo
grund-	fundamental, básico
s Grundbuch- und Liegenschaftswesen	tudo o que tem a ver com o registo predial
r Grundsatz, "e	princípio
e Gültigkeit	validade
gut	bom, bem
s Gutachten, -	parecer
halten für	considerar
handeln	agir
sich handeln um	tratar se de
r Hausfriedensbruch	introdução em casa alheia
e Hecke, n	cerca de plantas
das heißt	isto é, quer dizer
heraus	para fora, fora
heute	hoje
hier	aqui
hinein, hinein-	para dentro, dentro
hinsichtlich	quanto a
hinweisen auf	indicar, chamar a atenção para
hoch	alto, elevado
e Hochschule, n	universidade, escola superior
ihrerseits	da parte deles/delas
immer	sempre
in	em, dentro de, para

insbesondere	particularmente
insgesamt	no total, em suma
r Irrtum, "er	erro
jed-	cada
e Kanzlei, en	escritório (de um advogado)
kaufmännisch	comercial, referente à gestão e administração de empresas
kein-	não, nenhum
e Kenntnis, se	conhecimentos
r Kläger, -	requerente, demandante, acusador
klein	pequeno
e Kollegstufe, n	última fase do ensino secundário em determinados liceus
können	poder
e Kündigung	despedida, rescisão; denúncia, anulação
künftig	futuro, futuramente
kürzlich	recentemente
langen	estender a mão para
r Lausbube, n	maroto
laut	segundo, conforme
lediglich	somente
e Lehre	doutrina, teoria
r Lehrer, -	professor, docente
e Leihgabe, n	empréstimo
leisten	fazer, efectuar, prestar, cumprir
leiten an	passar para
liegen	ficar situado, estar, residir
liegen an	depende de, resultar de
lippisch (do nome próprio Lippe)	nome de um território
lösen	resolver; soltar; anular
e Lösung, en	solução; separação
man	pronome indefinido; traduzido muitas vezes por "se"
r Mangel, "	falta, carência, defeito
r Maßstab, "e	escala, critério, graduação
mit	com
möglich	possível
nach	segundo, conforme; depois de; a, para, atrás
nachkommen	cumprir
nachweisen	provar, comprovar, demonstrar
nahe	próximo, ao pé de
nämlich	mesmo, a saber, e que
neu	novo
nicht	não
niemand	ninguém
noch	ainda
notwendigerweise	necessariamente
nur	só, somente, apenas
ob	se
oben	em cima

oder	ou
oft	frequentemente
ohne	sem
ordnen	ordenar
r Paragraph, en	artigo, parágrafo (§)
e Pflicht, en	obrigação
Potsdam	capital de Brandenburg
s Recht, e	direito
rechtfertigen	justificar
e Rechtfertigung, en	justificação
r Rechtsanwalt, "e	advogado
e Rechtsanwältin, nen	advogada
e Rechtspflege	justiça, jurisdição, jurisprudência
r Referendar, e	estagiário
im Regelfall (r Regelfall, "e)	normalmente, regularmente
regelmäßig	normalmente, regularmente
-reich	"rico em", cheio de
e Reihe, n	livros: série, coleção
r Richter, -	juiz
e Rolle, n	papel
eine Rolle spielen	ter importância
Salzgitter	cidade alemã
r Satz, "e	frase, teorema, regra
r Schaden, "	dano, prejuízo
scharf	pesado, minucioso
scheinen	parecer
scheitern	falhar, lei: não ser aprovado
e Schuld	culpa
schuldhaft	culpado, culposo
r Schwerpunkt, e	ponto principal
e Schwierigkeit, en	dificuldade, problema
sehen	ver
sehr	muito
-seits	da parte de
selbst, selber	mesmo, próprio; até (somente selbst)
selbständig	autónomo, independente
setzen	pôr, estabelecer, impor
sich	se (pronomo relativo)
r Sitz, e	sede
sodaß	de modo que
sog. = sogenannt	chamado
solch(-)	tal
sondern	mas, mas sim
nicht nur ..., sondern auch ...	não só ... mas também ...
e Sorgfalt	atenção, cuidado
sowohl ... als auch ...	tanto ... como ...
spätestens	o mais tardar
sprechen	falar, dizer
r Staatsanwalt, "e	procurador da República, Ministério Público

r	Standpunkt, e	ponto de vista
e	Stasi ("Ministerium für Staatssicherheit")	serviço "de segurança do Estado" todo-poderoso na antiga RDA
r	Stasi-Beauftragte (r Bundesbeauftragte für die Verwaltung der Stasi-Akten)	encarregado a nível federal para a administração das actas da Stasi
	stellen	pôr
e	Stellung nehmen	tomar posição
r	Stillstand	paralização, pausa
	strafbar	punível
	sich strafbar machen	"fazer-se punível", cometer delito
r	Streich, e	partida, malandrice
	streng	rigoroso, severo, exacto
r	Strom, "e	rio, torrente
e	Suche, n	procura
r	Tatbestand, "e	tipo legal
r	Täter,-	agente (do crime)
e	Tätigkeit, en	actividade (profissional)
e	Tätigkeit aufnehmen	começar a trabalhar
	tatsächlich	efectivo, de facto
r	Teil, e	parte
	töten	matar
r	Totschlag, "e	homicídio
	tritt ... zur Seite	dá lugar
	über-	demasiado, excedente, sobre-, supra-
	überführen	provar a culpa (de alguém)
	überprüfen	examinar, rever, controlar, verificar
	überwinden	superar
	überzeugen	convencer
e	Übung, en	aula prática, exercício
	um	em volta de, ao redor de, a, por
	umschließen	abranger, encerrar
r	Umstand, "e	circunstância
	umstritten	duvidoso, discutido, disputável
r	Umtrieb, e	partida, malandrice
	unabhängig	independente
	und	e
	unmittelbar	directo
e	Unschädlichmachung	neutralização
	unter	por baixo de, sob, entre
	unterbreiten	apresentar, submeter
	Unterlagen (plural)	documentos
s	Unternehmen, -	empresa
r	Unterschied, e	diferença
	unterstützen	suportar
	untersuchen	investigar, analisar
s	Urteil, e	sentença
	verabschieden	lei: votar, aprovar

e Verantwortung, en	responsabilidade
r Verband, "e	associação, federação
s Verbrechen, -	crime
e Vereinheitlichung, en	uniformização, estandarização
s Verfahren, -	processo
e Verfassung, en	constituição
verfolgen	prosseguir, seguir, continuar, observar
e Verhältnismäßigkeit	princípio do uso de medidas proporcionais em relação ao fim desejado
verkünden	anunciar, proclamar
verlangen	pedir, solicitar
r Verlauf	decorso
verletzen	violar, infringir
r Vermittlungsausschuß	comissão de conciliação
vermutlich	presumível, provável
verspeisen	comer
s Versteck, e	esconderijo
verstehen	entender, compreender
unter ... versteht man	por ... entende-se
r Verstoß, "e	infração
versuchen	tentar
verteilen	distribuir
r Vertrag, "e	contrato
vertreten	representar, substituir, defender
verursachen	causar
verweisen an	remeter para
e Verwirklichung, en	realização
verzehren	comer
s Verzeichnis, se	catálogo
verzichten	renunciar
viel	muito
s Volk, "er	povo, nação
e Volkskammer	parlamento da antiga RDA
voll, -voll	cheio, "cheio de"
von	de, desde
vor	antes, diante de, em frente de
vor allem	sobretudo
voraussetzen	pressupor, presumir
vorausgesetzt, daß	no pressuposto de
e Voraussetzung, en	pressuposto
e Vorbereitung, en	preparação
s Vorbild, er	modelo, exemplo
vorgestellt	imaginado, planeado
vorläufig	provisório, interino
vorlegen	apresentar
e Vorlesung, en	aula teórica
vorliegen	existir, haver, estar pendente
vornehmlich	principalmente
r Vorsatz, "e	dolo

vorsehen	prever, projectar
r Vorteil, e	vantagem
vorwerfen	acusar, censurar
e Wahl, en	eleição
während	enquanto, durante
r Weg, e	caminho
wegen	por, por causa de
e Wegnahme	retractação
e Weigerung, en	recusa
weil	como, porque
s Weißbuch	livro branco
weiter	mais largo, mais longe; outro; mais além;
	weiter-: continuar a
weiterreichen	passar para
welch(-)	que, o qual, a qual
wenig	se, quando
werden	verbo auxiliar; tornar-se
werten	qualificar, avaliar
-wesen	área de
wesentlich	essencial
wichtig	importante
-widrig	contrário
wieder	de novo, novamente
willkürlich	arbitrário
wirken	influenciar, produzir, fazer
wissen	saber
e Wissenschaft, en	ciência
wollen	querer
wörtlich	literal, textual, à letra
zahlen	pagar
zeitgenössisch	contemporâneo, daquele tempo
r Zeitpunkt, e	momento
zu (zur, zum)	em, para, a; demasiado
e Zueignung, en	apropriação
zugleich	ao mesmo tempo, simultaneamente
zulassen	permitir, admitir
zumuten	exigir
zurückweisen	rejeitar
zusammen	junto
zuständig	competente
zustehen	competir, ter o direito de
zustimmen	concordar
r Zweck, e	fim, finalidade
zweifelhaft	duvidoso, dubitável, incerto
zwingend	obrigatório, compulsório
zwischen	entre

## ABREVIATURAS

a.a.O.	am angegebenen Ort	local citado
Abs.	Absatz	parágrafo
absol.	absolut	absoluto
AcP	Archiv für civilistische Praxis	(revista jurídica)
AFG	Arbeitsförderungsgesetz	lei básica do trabalho
AP	Arbeitsgerichtliche Praxis	obra de consulta do BAG
Art.	Artikel	artigo
Aufl.	Auflage	edição
Az	Aktenzeichen	número de registo
BAG	Bundesarbeitsgericht	tribunal federal do trabalho
BayOLG	Bayrisches Oberlandesgericht	Supremo tribunal da Baviera
BB	Der Betriebsberater	(revista)
Bd.	Band	volume
BGB	Bürgerliches Gesetzbuch	código civil
BGBI	Bundesgesetzblatt	corresponde ao Diário da República
BGH	Bundesgerichtshof	supremo tribunal alemão
Bl.	Blatt, Blätter	folha(s)
BVerfG	Bundesverfassungsgericht	Tribunal Constitucional Federal
ca.	circa	cerca de
d.h.	das heißt	quer dizer, isto é
DB	Der Betrieb; Deutsche Bundesbahn	(revista); companhia ferroviária da RFA
DDR	Deutsche Demokratische Republik	RDA (até 3.10.1990)
DM	Deutsche Mark	marco alemão
EDV	Elektronische Datenverarbeitung	processamento de dados
EG	Europäische Gemeinschaft	Comunidade Europeia
EGBGB	Einführungsgesetz zum BGB	lei da introdução ao código civil
f	folgende [Seite]	seguinte (s.)
f.	für	para
Festschr.	Festschrift	publicação comemorativa; livro de homenagem
ff.	fortlaufend folgende [Seiten]	seguintes (ss.)
Fn.	Fußnote	nota de rodapé
FS	Festschrift	publicação comemorativa; livro de homenagem
gem.	gemäß	conforme
GG	Grundgesetz	Lei Fundamental
ggf.	gegebenenfalls	dado o caso, se assim for
GVG	Gerichtsverfassungsgesetz	lei da organização judiciária
GWB	Gesetz gegen Wettbewerbsbeschränkungen	lei sobre a regulamentação da livre concorrência nos mercados
Hg., Hrsg.	Herausgeber	editor, organizador da edição
hg.v., hrsg.v.	herausgegeben von	editado por, organizado por
Jb	Jahrbuch	anuário
JR	Juristische Rundschau	(revista jurídica)

JuS	Juristische Schulung	(revista jurídica)
JZ	Juristenzeitung	(revista jurídica)
KartellG	Kartellgesetz	lei sobre cartéis
KSchG	Kündigungsschutzgesetz	lei sobre a protecção contra revogações injustas do contrato de trabalho
Lit.	Literatur	literatura, doutrina
m.	mit	com
m.w.N.	mit weiteren Nachweisen	com outras indicações
MDR	Monatsschrift für deutsches Recht	(revista jurídica)
Neubearb.	Neubearbeitung	edição refundida
NJW	Neue Juristische Wochenschrift	(revista jurídica)
Nr.	Nummer	número
OLG	Oberlandesgericht	tribunal das 2ª e 3ª instâncias
OWiG	Ordnungswidrigkeitengesetz	lei das contraordenações
PKW	Personenkraftwagen	automóvel, veículo ligeiro
Rdnr.	Randnummer	número marginal
RG	Reichsgericht	supremo tribunal alemão até 1945
Rn	Randnummer	número marginal
Rspr.	Rechtsprechung	jurisprudência
S.	Seite	página
s.	siehe	vide
sog.	sogenannt	chamado
Sp.	Spalte	coluna
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands	Partido Socialdemocrata Alemão
StÄG	Strafverfahrensänderungsgesetz	lei sobre a alteração do processo penal
StGB	Strafgesetzbuch	código penal
StPO	Strafprozeßordnung	código do processo penal
Strafs.	Strafsache(n)	caso penal
STVO	Straßenverkehrsordnung	código de estradas
u.	und	e
u.a.	und andere, und anderes; unter anderem	e outros, e outras coisas; entre outras coisas
u.d.T.	unter dem Titel	sob o título
u.U.	unter Umständen	sob certas condições, talvez
v.	von	de
vgl.	vergleiche	confira
z.B.	zum Beispiel	por exemplo
z.T.	zum Teil	em parte
z.Zt.	zur Zeit	ao tempo, presentemente
Zeitschr.	Zeitschrift	revista
ZS	Zeitschrift	revista
ZStW	Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft	(revista jurídica)

## LISTA DE CONSULTA DE INFINITIVOS

Esta lista permite encontrar as formas do infinitivo dos verbos fortes e irregulares mais frequentes, facilitando a consulta do dicionário. Os verbos na coluna da esquerda são dados na 3ª pessoa do singular (excepto quando são precedidos do pronome pessoal respectivo) ou na forma do particípio II. De um modo geral, os prefixos dos verbos (be-, ent-, ver-, miß- ...) não são mencionados. Também não são mencionadas as formas dos verbos com -ä- na 3ª pessoa do singular do presente cujo infinitivo tem raiz com -a-.

### Símbolos:

- a presente
- b pretérito imperfeito
- c particípio II
- d conjuntivo II

aß	b essen	verdarb	b verderben
band	b binden	darf	a dürfen
gebar	b gebären	gedieh	b gedeihen
barg	b bergen	gediehen	c gedeihen
bat	b bitten	verdirbt	a verderben
-beten	c bitten	verdorben	c verderben
gebiert	a gebären	drang	b dringen
ich bin	a sein	verdroß	b verdrießen
birgt	a bergen	verdrossen	c verdrießen
biß	b beißen	-drungen	c dringen
-bissen	c beißen	-dungen	c dingen
du bist	a sein	verdürbe	d verderben
blich	b bleichen	-dürft	c dürfen
-blichen	c bleichen	durfte	b dürfen
blieb	b bleiben	befahl	b befehlen
blies	b blasen	empfahl	b empfehlen
bog	b biegen	fand	b finden
-bogen	c biegen	ficht	a fechten
geboren	c gebären	befiehlt	a befehlen
-borgen	c bergen	empfiehlt	a empfehlen
bot	b bieten	fiel	b fallen
-boten	c bieten	fang	b fangen
brach	b brechen	flicht	a flechten
-bracht	c bringen	flocht	b flechten
brachte	b bringen	-flochten	c flechten
-brannt	c brennen	flog	b fliegen
brannte	b brennen	-flogen	c fliegen
bricht	a brechen	floh	b fliehen
-brochen	c brechen	-flohen	c fliehen
-bunden	c binden	floß	b fließen
-dacht	c denken	-flossen	c fließen
dachte	b denken	focht	b fechten
dang	b dingen	-fochten	c fechten

beföhle	d	befehlen	-kannt	c	kennen
empföhle	d	empfehlen	kannte	b	kennen
befohlen	c	befehlen	klang	b	klingen
empfohlen	c	empfehlen	-klungen	c	klingen
fraß	b	fressen	gekonnt	c	können
frißt	a	fressen	konnte	b	können
frug	b	fragen	lag	b	liegen
fuhr	b	fahren	gelang	b	gelingen
-funden	c	finden	mißlang	b	mißlingen
gab	b	geben	las	b	lesen
galt	b	gelten	-legen	c	liegen
-gangen	c	gehen	lieh	b	laufen
begann	b	beginnen	lieh	b	leihen
vergaß	b	vergessen	-liehen	c	leihen
gegessen	c	essen	ließ	b	lassen
gibt	a	geben	liest	a	lesen
gilt	a	gelten	erlischt	a	erlöschen
ging	b	gehen	verlischt	a	verlöschen
vergißt	a	vegessen	litt	b	leiden
gleich	b	gleichen	-litten	c	leiden
-glichen	c	gleichen	log	b	lügen
glitt	b	gleiten	-logen	c	lügen
-glitten	c	gleiten	verlor	b	verlieren
-golten	c	gelten	verloren	c	verlieren
begönne	d	beginnen	erlosch	b	erlöschen
begonnen	c	beginnen	verlosch	b	verlöschen
goß	b	gießen	erloschen	c	erlöschen
-gossen	c	gießen	verloschen	c	verlöschen
gräbt	a	graben	lud	b	laden
griff	b	greifen	gelungen	c	gelingen
-griffen	c	greifen	mißlungen	c	mißlingen
grub	b	graben	mag	a	mögen
half	b	helfen	maß	b	messen
-hängen	c	hängen	mied	b	meiden
hat	a	haben	-mieden	c	meiden
hatte	b	haben	mißt	a	messen
hielt	b	halten	-mocht	c	mögen
hieß	b	heißen	mochte	b	mögen
hilft	a	helfen	muß	a	müssen
hing	b	hängen	gemußt	c	müssen
hob	b	heben	mußte	b	müssen
-hoben	c	heben	nahm	b	nehmen
-holfen	c	helfen	-nannt	c	nennen
hub	b	heben	nannte	b	nennen
hülfe	d	helfen	nimmt	a	nehmen
ist	a	sein	-nommen	c	nehmen
ißt	a	essen	genoß	b	genießen
kam	b	kommen	genossen	c	genießen
kann	a	können	pflog	b	pflegen

gepflogen	c	pflegen	schob	b	schieben
pries	b	preisen	-schoben	c	schieben
-priesen	c	preisen	scholl	b	schallen
rang	b	ringen	-schollen	c	schallen
-rannt	c	rennen	schoß	b	schießen
rannte	b	rennen	-schossen	c	schießen
rieb	b	reiben	-schrak	b	schrecken
-rieben	c	reiben	schrickt	a	schrecken
rief	b	rufen	schrie	b	schreien
riet	b	raten	schrieb	b	schreiben
riß	b	reißen	-schrieben	c	schreiben
-rissen	c	reißen	-schrien	c	schreien
ritt	b	reiten	schrift	b	schreiten
-ritten	c	reiten	-schritten	c	schreiten
roch	b	riechen	-schrocken	c	schrecken
-rochen	c	riechen	schuf	b	schaffen
-rungen	c	ringen	schwamm	b	schwimmen
sah	b	sehen	schwand	b	schwinden
-sandt	c	senden	schwang	b	schwingen
sandte	b	senden	schwieg	b	schweigen
sang	b	singen	schwillt	a	schwellen
sank	b	sinken	schwoll	b	schwellen
sann	b	sinnen	-schwommen	c	schwimmen
saß	b	sitzen	schwor	b	schwören
geschah	b	geschehen	-schworen	c	schwören
schalt	b	schelten	-schwunden	c	schwinden
schied	b	scheiden	-schwungen	c	schwingen
-schieden	c	scheiden	schwur	b	schwören
geschichte	a	geschehen	ihr seid	a	sein
schien	b	scheinen	-essen	c	sitzen
-schienen	c	scheinen	sieht	a	sehen
schilt	a	schelten	wir, sie sind	a	sein
schlang	b	schlingen	sog	b	saugen
schlich	b	schleichen	-sogen	c	saugen
-schlichen	c	schleichen	sönne	d	sinnen
schlief	b	schlafen	-sonnen	c	sinnen
schliff	b	schleifen	sprach	b	sprechen
-schliffen	c	schleifen	sprang	b	springen
schliß	b	schleißen	spricht	a	sprechen
-schlissen	c	schleißen	-sprochen	c	sprechen
schloß	b	schließen	sproß	b	sprießen
-schlossen	c	schließen	-sprossen	c	sprießen
schlug	b	schlagen	-sprungen	c	springen
-schlungen	c	schlingen	stach	b	stechen
schmilzt	a	schmelzen	stahl	b	stehlen
schmolz	b	schmelzen	stak	b	stecken
-schmolzen	c	schmelzen	stand	b	stehen
schnitt	b	schneiden	-standen	c	stehen
-schnitten	c	schneiden	starb	b	sterben

sticht	a	stechen	warf	b	werfen
stieg	b	steigen	weiß	a	wissen
-stiegen	c	steigen	gewesen	c	sein
stiehlt	a	stehlen	wich	b	weichen
stieß	b	stoßen	-wichen	c	weichen
stirbt	a	sterben	wies	b	weisen
-stochen	c	stechen	-wiesen	c	weisen
-storben	c	sterben	will	a	wollen
stößt	a	stoßen	wirbt	a	werben
strich	b	streichen	wird	a	werden
-strichen	c	streichen	wirft	a	werfen
stritt	b	streiten	du wirst	a	werden
-stritten	c	streiten	wob	b	weben
stünde	d	stehen	-woben	c	weben
stürbe	d	sterben	wog	b	wiegen
-sungen	c	singen	bewog	b	bewegen
-sunken	c	sinken	-wogen	c	wiegen
-tan	c	tun	bewogen	c	bewegen
tat	b	tun	gewönne	d	gewinnen
traf	b	treffen	gewonnen	c	gewinnen
trägt	a	tragen	-worben	c	werben
trank	b	trinken	worden	c	werden
trat	b	treten	-worfen	c	werfen
trieb	b	treiben	wuchs	b	wachsen
-trieben	c	treiben	-wunden	c	winden
trifft	a	treffen	-wunken	c	winken
tritt	a	treten	würbe	d	werben
-troffen	c	treffen	wurde	b	werden
trog	b	trügen	würfe	d	werfen
-trogen	c	trügen	wusch	b	waschen
trug	b	tragen	-wußt	c	wissen
-trunken	c	trinken	wußte	b	wissen
wand	b	winden	zieh	b	ziehen
-wandt	c	wenden	-ziehen	c	ziehen
wandte	b	wenden	zog	b	ziehen
gewann	b	gewinnen	-zogen	c	ziehen
war	b	sein	zwang	b	zwingen
warb	b	werben	-zwungen	c	zwingen